UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

CYRO DE SOUZA NETO

Desenho urbano e criminalidade: uma análise para as regiões do Largo da Batata e Largo Nossa Senhora do Ó – São Paulo/SP.

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

Desenho urbano e criminalidade: uma análise para as regiões do Largo da Batata e Largo Nossa Senhora do Ó – São Paulo/SP.

CYRO DE SOUZA NETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estudos Brasileiros

Orientador: Prof. Dr. Jaime Tadeu Oliva

SÃO PAULO
2019

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
© reprodução total

S729

Souza Neto, Cyro de

Desenho urbano e criminalidade : uma análise para as regiões do Largo da Batata e Largo Nossa Senhora do Ó – São Paulo, SP / Cyro de Souza Neto ; Jaime Tadeu Neto, orientador -- São Paulo, 2018.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil : tensões, rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro.

Título em inglês: Urban drawing and criminality : an analysis for the regions of Largo da Batata and Largo Nossa Senhora do Ó – São Paulo, SP.

Descritores: 1. Criminalidade 2. Segurança 3. Espaço Urbano 4. Sociedade I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Oliva, Jaime Tadeu, orient. III. Título.

IEB/SBD65/2018 CDD 22.ed. 709.8161

Bibliotecária responsável: Daniela Piantola - CRB-8/9171

AGRADECIMENTOS

Dedico especial agradecimento a Cyro de Souza, meu avô e pai dedicado que com sabedoria soube dirigir-me os passos e os pensamentos para o alcance de meus objetivos. A Deus, por acreditar que nossa existência pressupõe outra infinitamente superior. A meu professor e orientador, Prof. Dr. Jaime Tadeu Oliva pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material, sempre com uma simpatia contagiante e pelo fornecimento de material para a pesquisa do tema.

Aos meus pais, e minha irmã pelo exemplo, amizade e o carinho. A minha mãe e avó que com carinho e apoio, não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. E em especial ao meu grande companheiro e amigo Edivaldo Constantino, que tornou possível a finalização deste trabalho.

As Prof. Vanderli Custódio e Glória da Anunciação Alves, que foram tão importantes no desenvolvimento deste estudo. A todos os professores do IEB e a Cristina e Dani, secretárias da pós. Aos amigos do LABUR (Laboratório de Geografia Urbana) pelo incentivo e pelo apoio constantes. Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível

RESUMO

A sociedade brasileira vivenciou um processo de crescimento urbano acelerado. Aliado a isso, e dadas as respectivas realidades locais, foi possível verificar o surgimento de diversos problemas sociais, econômicos e ambientais nas grandes aglomerações urbanas no país. Em particular, destaca-se a questão da criminalidade urbana. De acordo com contribuições provenientes de diferentes áreas do conhecimento, regiões com elevadas taxas de crime não estão distribuídas aleatoriamente no espaço urbano. Assim, é possível argumentar que certas condições do ambiente urbano podem influenciar a ocorrência do ato criminoso. O argumento é que características do desenho urbano bem como a composição social e demográfica são fatores relevantes para a ocorrência do crime. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica da criminalidade e sua relação com as características urbanas das regiões do Largo da Batata e do Largo Nossa Senhora do Ó, São Paulo-SP, e em seguida realizar um estudo comparativo das condições urbanas, que inclui o socioeconômico. Assim, procura-se compreender o crime com outra perspectiva, realizando uma abordagem local e específica. No que diz respeito às questões metodológicas, propõe-se realizar um estudo empírico, baseado em visitas *in loco*, buscando identificar como a existência da criminalidade urbana se relaciona com questões urbanas. Tal estudo terá também como alicerce análises históricas, geográficas, sociais e econômicas do espaço. A justificativa para estudar estas regiões é devido as suas características urbanísticas, relevância para a cidade de São Paulo e peculiaridades, como as características das edificações, uso do solo e movimentação das regiões.

Palavras-chave: Criminalidade, segurança, espaço urbano, sociedade.

ABSTRACT

Brazilian society has experienced a process of accelerated urban growth. Allied to this, and given their respective local realities, it was possible to verify the emergence of various social, economic and environmental problems in the agglomerations in the country. In particular, the issues of urban security stand out. According to contributions from different research areas, regions with high crime rates are not distributed randomly in the city. Thus, it is possible to argue that some of the characteristics that define the urban area can influence the occurrence of the criminal act. The argument is that urban design as well as social and demographic composition is relevant factors to study crime.In this sense, this dissertation analyze the dynamics of crime and its relation to the characteristics of urban areas of the Largo da Batata and Largo Nossa Senhora do Ó, São Paulo- SP, and then carry out a comparative study of urban conditions, which includes the socioeconomic. Thus, we try to understand the crime with another perspective, taking a local and specific approach. With regard to methodology, it is proposed to carry out an empirical study, based on *in loco* visits, trying to identify how the existence of urban crime relates to urban issues. This study will also have as a foundation historical, geographical, social and economic analyzes. The justification for studying these regions is due to their urban characteristics, relevance to the city of São Paulo and peculiarities, such as the characteristics of the buildings, land use and movement of the regions.

Keywords: Crime, safety, Urban Space, Society.

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1: Os municípios mais violentos do Brasil, 2015 72
Tabela 4.2: Os municípios menos violentos do Brasil, 2015 73

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1: Teoria da atividade de rotina....28
Figura 2.2: Teoria dos padrões criminais 30

Figura 3.1: Mercado de Pinheiros, década de1920....38
Figura 3.2: Cooperativa agrícola, década de1920 39
Figura 3.3: Largo de Pinheiros, 1920 40
Figura 3.4: Dinâmica urbana em Pinheiros, década de 1960 41
Figura 3.5: Terminal de ônibus no Largo da Batata, 1991 41
Figura 3.6: Capas do jornal "A Gazeta de Pinheiros" anos de 1960, 1970 e 1980 43
Figura 3.7: Capas do jornal "A Gazeta de Pinheiros" anos 1990, 2000 e 2010 43
Figura 3.8: Igreja dedicada a Nossa Senhora do Ó, de 1976 até os dias atuais....45
Figura 3.9: Praça do Largo da antiga Igreja Matriz....46
Figura 3.10: Casa cultural, 2018....46
Figura 3.11: Esboço do projeto do Largo da Batata pelo arquiteto Tito Lívio....50
Figura 3.12: Largo da Batata e populares....51
Figura 3.13: Zonas de recreação no Largo da Batata 51
Figura 3.14: Rua dos arredores do Largo da Batata 52
Figura 3.15: Exemplos de edificações depredadas, com segurança reforçada e pouca visibilidade da rua....53
Figura 3.16: Ruas com grande movimentação 54
Figura 3.17: Exemplo de preservação das edificações 54
Figura 3.18: Vandalismo 55
Figura 3.19: Exemplos de modificação na arquitetura 55
Figura 3.20: Equipamentos de saúde e segurança 56
Figura 3.21: Exemplo de modificações na arquitetura 56
Figura 3.22: Largo da Batata - Pinheiros....57
Figura 3.23: Pinheiros e área de estudos delimitada 59
Figura 3.24: Uso do solo na área do Largo da Batata....59
Figura 3.25: Localização das instituições de ensino e saúde....60
Figura 3.26: Localização das paradas de ônibus e semáforos 61
Figura 3.27: Equipamentos de segurança 62
Figura 3.28: Largo Nossa Senhora do Ó - Freguesia do Ó....62
Figura 3.29: Freguesia do Ó e área delimitada....63
Figura 3.30: Uso do solo na área de estudo da Freguesia do Ó....63
Figura 3.31: Localização das instituições de ensino e saúde....64
Figura 3.32: Localização de paradas de ônibus e semáforos....65
Figura 3.33: Equipamentos de segurança 66

Figura 4.1: Distribuição do número de homicídios por continente, 2013 69
Figura 4.2: Distribuição da taxa de homicídios no mundo, 2013....70
Figura 4.3: Taxa de homicídio no Brail e Regiões, 2005 a 2015 71
Figura 4.4: Taxa de crime CVLI, 2015 71
Figura 4.5: Número absoluto de crime CVLI, 2015....72
Figura 4.6: Variação na taxa de crime CVLI, 2007-2015 74
Figura 4.7: Criminalidade na cidade de São Paulo, 2017....75
Figura 4.8: Distribuição do número de furtos na cidade de São Paulo por distrito, 2017....77

Figura 4.9: Distribuição do número de homicídios na cidade de São Paulo por distrito, 201777
Figura 4.10: Distribuição do número de roubos na cidade de São Paulo por distrito, 2017 78
Figura 4.11: Número de crimes por período do dia.....79
Figura 4.12: Número de crimes por período do dia em relação ao número de crime total 80
Figura 4.13: Localização geográfica dos furtos a estabelecimentos comerciais e de ensino ...81
Figura 4.14: Localização geográfica dos furtos a veículos 81
Figura 4.15: Localização geográfica dos roubos a transeuntes 82
Figura 4.16: Localização geográfica dos homicídios 83
Figura 4.17: Localização geográfica dos furtos a estabelecimentos comerciais e de ensino ...83
Figura 4.18: Localização geográfica dos furtos a veículos 84
Figura 4.19: Localização geográfica dos roubos a transeuntes 84
Figura 4.20: Localização geográfica dos homicídios 85

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO 1
2 – FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS 5
2.1 – DISCUSSÕES SOBRE CIDADES 6
2.1.1 – Caracterização das cidades e da dinâmica urbana 6
2.1.2 – A representação da cidade para o homem 12
2.1.3 – A segregação e o espaço urbano 15
2.2 – CRIMINALIDADE 18
2.2.1 – Crime e o medo do crime e suas consequências para sociedade: a arquitetura em xeque 18
2.2.2 – Teorias da criminologia ambiental 25
3 – CARACTERIZAÇÕES HISTÓRICA E URBANA DO LARGO DA BATATA E DO LARGO DA NOSSA SENHORA DO Ó 37
3.1 – ANÁLISE HISTÓRICA DAS REGIÕES DO LARGO DA BATATA E LARGO NOSSA SENHORA DO Ó 37
3.1.1 – O Largo da Batata 37
3.1.2 – Largo Nossa Senhora do Ó 43
3.2 – ANÁLISE QUALITATIVA DO PERFIL ESPACIAL DAS REGIÕES 47
3.2.1 – Interface urbana 47
3.2.1.1 – Interface urbana no Largo da Batata 49
3.2.1.2 – Interface urbana no Largo Nossa Senhora do Ó 54
3.2.2 – Distribuição espacial de alguns equipamentos urbanos 57
3.2.2.1 – Equipamentos urbanos no Largo da Batata 57
3.2.2.2 – Equipamentos urbanos no Largo Nossa Senhora do Ó 62
4 – ANÁLISE DO FENÔMENO DA CRIMINALIDADE 67
4.1 – "*THE BIG PICTURE*": ANÁLISE DO CRIME NO BRASIL E EM SÃO PAULO 67
4.2 – CRIMINALIDADE NAS REGIÕES DE ESTUDO: LARGO DA BATATA E LARGO NOSSA SENHORA DO Ó 80
4.2.1 – Estudos do crime no Largo da Batata 80
4.2.2 – Estudos do crime no Largo Nossa Senhora do Ó 83
5 – DISCUSSÃO SOBRE PERFIS ESPACIAIS, DESENHO URBANO E CRIMINALIDADE 87
6 – CONCLUSÕES 95
REFERÊNCIAS 99

1 – INTRODUÇÃO

Diversas áreas do conhecimento têm lançado esforços na busca pela compreensão do fenômeno da criminalidade, expandindo os horizontes sobre a temática. Junto a isso diversos autores argumentam sobre a gravidade do crime no Brasil que, por sua vez, provoca significantes impactos negativos sobre a população, modificando o comportamento individual e afetando o direito de ir vir dos cidadãos (Paul Brantingham e Patricia Brantingham, 1995; Sangmoon Kim, Randy LaGrange e Cecil Willis, 2012; Daniel Cerqueira, 2010; Robert Sampson e Byron Groves, 1989).

É inegável que a criminalidade é um problema bastante relevante para sociedade brasileira. Evidências da literatura sugerem que regiões com elevadas taxas de crime não estão distribuídas aleatoriamente no espaço, de tal modo que esse estudo parte da hipótese principal de que elementos do desenho urbano, assim como a composição social, econômica e demográfica podem influenciar a ocorrência do ato criminoso. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo discutir a relação entre criminalidade e o desenho urbano nas regiões do Largo da Batata e no Largo da Nossa Senhora do Ó, localizados na cidade de São Paulo.

Assim, o espaço onde o ato criminoso acontece é um dos pontos chave para compreender o fenômeno da criminalidade. É importante destacar que diversas outras questões podem ser apontadas como variáveis importantes na criminalidade, tais como deficiências do sistema de justiça criminal brasileiro ou o exponencial aumento do tráfico de drogas. Desse modo, é plausível argumentar que áreas com elevadas taxas de crime não estão distribuídas aleatoriamente no espaço urbano (Heith Copes, 1999; Eduardo Almeida *et al.*, 2005). Para Tony Grubesic e Elisabeth Mack (2008), altas taxas de criminalidade podem ser compreendidas como resultados sintomáticos de fatores ambientais, econômicos, políticos e sociológicos que caracterizam uma determinada região.

Análises sobre o espaço e suas características vêm revelando que o modo como o desenho urbano de uma região influencia na escolha das vítimas pelos agressores. Cada elemento espacial é analisado pelo agressor, tais como, presença de postos de polícia, estabelecimentos comerciais, período do dia de maior movimentação de pessoas entre outros. Isso tudo pode favorecer ou não a ocorrência do ato criminoso.

Essa dissertação investiga como a criminalidade é afetada por fatores arquitetônicos e urbanísticos em uma determinada região, e se justifica por abordar tal temática de modo interdisciplinar, dialogando com outras áreas do conhecimento. O trabalho mostra a importância em estabelecer uma relação íntima entre segurança e as características urbanas

das regiões. Espera-se que contribuição mais significativa desse estudo seja fomentar um melhor entendimento das condições de segurança em espaços urbanos. Assim, busca-se compreender o crime com outra perspectiva, realizando uma abordagem local e específica. A motivação para realizar esta pesquisa foi o alarmante cenário da criminalidade no Brasil e o apelo da sociedade para viver em locais seguros.

As perguntas que norteiam o desenvolvimento do estudo são: De que forma a configuração arquitetônica e urbanística das regiões contribuem para a ocorrência do evento criminoso? Como o crime está relacionado com os atributos espaciais de uma área? Como a estrutura social e econômica se relaciona com o crime?

Especificamente, o objetivo consiste em (i) identificar algumas características urbanísticas das regiões que, baseado na revisão da literatura, podem ser consideradas elementos do espaço que possuem alguma relação com a criminalidade; (ii) verificar se de fato, tais características urbanas potencializam ou inibem o comportamento criminoso; (iii) estudar como características socioeconômicas e urbanísticas interagem na ocorrência do evento criminoso. Por fim, cabe justificar a escolha das áreas escolhidas como objeto de estudo. As regiões do largo da Batata e Largo Nossa Senhora do Ó foram selecionadas para realização deste trabalho devido as suas características urbanísticas, relevância para a cidade de São Paulo e peculiaridades, como as características das edificações, uso do solo e movimentação das regiões.

É importante estabelecer, desde já, as principais diretrizes que irão guiar o desenvolvimento desse estudo. Admite-se o caráter multidimensional do fenômeno analisado, de tal forma que não se pretende defender que o desenho urbano, isoladamente, possa eliminar o problema da criminalidade. É necessário um conjunto de políticas com múltiplas dimensões para obter resultados efetivos sobre essa questão. Adicionalmente, ainda reconhecendo a natureza da criminalidade, o estudo não se propõe a estudar todos os motivos associados com essa temática. Busca-se oferecer um recorte específico na análise da relação entre padrões do desenho urbano e crime. Além disso, definir um conceito sobre criminalidade foi uma questão que emergiu desde o início da dissertação. Assim, a despeito das multiplicidades de definições, considera-se crime como relacionado diretamente com violações das leis penais.

Contando com essa introdução, que é o primeiro capítulo, a dissertação foi estruturada em seis seções. O segundo capítulo foi construído para apresentar as ideias teóricas que orientam e fundamentam as interpretações levantadas ao longo do estudo. Essa seção de revisão bibliográfica foi pensada em dois grandes grupos temáticos, que juntos criam um pano

de fundo sistemático que possibilita analisar de forma crítica o assunto abordado. O primeiro grupo consiste em discutir as cidades sob diferentes perspectivas enquanto que o segundo grupo temático tem como intuito discutir a criminalidade. Busca-se adquirir as ferramentas analíticas necessárias para compreender com clareza o assunto estudado.

O capítulo 3 objetiva realizar um estudo profundo sobre as regiões de pesquisa através de estudos históricos, urbanos e sociais. A ideia é conduzir uma análise sobre a formação das regiões do Largo da Batata, localizado no Bairro de Pinheiros e Largo nossa Senhora do Ó, região da Freguesia do Ó, buscando avaliar características importantes para o desenvolvimento desta dissertação.

O capítulo 4 tem dois objetivos, sendo que o primeiro consiste em analisar a dinâmica do crime na cidade de São Paulo. A ideia é compreender esse fenômeno através de lupa geográfica mais ampla, para em seguida tornar a análise mais fina. O segundo objetivo é caracterizar as áreas de interesse do trabalho, sob perspectivas urbanas e sociais. Aqui, o foco é estudar especificamente as regiões do Largo da Batata e o Largo da Nossa Senhora do Ó.

O capítulo 5 apresenta as principais reflexões e discussões da dissertação. Esse capítulo tem como objetivo articular, a partir das evidências levantadas ao longo de todo o estudo, a relação existente entre perfis espaciais, desenho urbano e criminalidade. Nesse sentido, para além da exposição de dados, busca-se refletir sobre a principal questão de pesquisa elencada nessa dissertação. Por fim, o capítulo 6 sumariza as conclusões encontradas nesse estudo.

2 – FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

Esse capítulo da dissertação tem como objetivo apresentar as ideias teóricas que orientam e fundamentam a pesquisa e as interpretações levantadas ao longo do estudo. Uma vez que o objetivo do trabalho é analisar a relação entre criminalidade e ambiente urbano, essa seção de revisão bibliográfica foi estruturada em dois grandes grupos temáticos, que juntos criam um pano de fundo sistemático que possibilita analisar de forma crítica o assunto abordado. Busca-se adquirir as ferramentas analíticas necessárias para compreender com clareza o assunto estudado. Esse é o espírito desse capítulo e, portanto, deve ser encarado como uma síntese robusta das visões teóricas utilizadas nessa dissertação, em detrimento de uma abordagem detalhista ou pormenorizada dos tópicos abordados.

O primeiro grupo consiste em discutir as cidades sob diferentes perspectivas. Nesse caso, foram delimitados três focos de análise. O primeiro tem como objetivo discutir algumas definições sobre o conceito de cidades. Além disso, busca-se caracterizar os centros urbanos sob a perspectiva histórica, e em seguida analisar os aspectos relevantes da dinâmica urbana. O segundo foco do capítulo tem como objetivo discutir a questão da representação das cidades para os indivíduos. Essa abordagem se revela extremamente fundamental, pois possibilita compreender qual o papel do espaço urbano dentro do imaginário das pessoas e, facilita o entendimento de como a sociedade enxerga o espaço e sua representação. Por fim, o terceiro foco discute a segregação do espaço. A ideia é que as regiões possuem características distintas no que tange a distribuição espacial de amenidades urbanas, como shoppings ou supermercados e espaços de lazer. Isso está diretamente associado com questões como desigualdade social, que por sua vez interfere no cotidiano das grandes metrópoles brasileiras. É importante ressaltar que essas discussões fornecem ferramentas analíticas que permitirão compreender a pergunta de interesse dessa dissertação de forma integrada.

O segundo grupo temático tem como intuito discutir a criminalidade em diferentes aspectos. Foram utilizadas três subseções distintas para abordar essa questão. A primeira subseção consiste em debater conceitos relacionados com a definição e medo da criminalidade urbana. A questão da segurança nos espaços urbanos é vista como um importante elemento que influencia diretamente o imaginário da qualidade de vida da população. Por si só, isso já justifica delimitar o escopo teórico do estudo crime, assim como, do medo do crime. A segunda subseção analisa algumas teorias que discutem a relação entre crime e espaço, destacando-se aquelas da criminologia ambiental e as provenientes da literatura de estudos urbanos. Dito de outra forma, uma vez formada a noção do que é crime, a

ideia é buscar relacionar esse fenômeno com o desenho urbano das cidades. Esse é o objetivo concreto dessa dissertação.

É preciso esclarecer algumas questões antes de iniciar, de fato, a discussão teórica. Uma das dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento desse estudo consistiu em considerar o conceito de criminalidade. Dadas as características desse fenômeno, que é complexo e multidisciplinar, definir criminalidade foi uma questão que surgiu desde o início da dissertação. Dito isso, buscou-se considerar o crime como relacionado diretamente com violações das leis penais, que por sua vez, pode ser categorizado como violentos ou patrimoniais. Ao longo desse capítulo serão realizadas discussões mais específicas sobre tópico, mas desde já, deve ficar claro o posicionamento desse trabalho.

Vale dizer que a abordagem proposta nesse estudo se concentra na análise da relação entre o ambiente urbano e o crime. Não é interesse debater sobre as causas da criminalidade, ainda que esse seja um tema bastante relevante. Busca-se compreender a estrutura geral dos padrões de ocorrência do crime, em particular, relacionando-o com o desenho urbano. Nessa linha de pensamento, é importante pontuar que políticas de combate a criminalidade não devem ser sustentadas apenas pelo critério do ambiente urbano. Mais uma evocando as características básicas desse fenômeno, compreendemos que ações contra o crime devem possuir um caráter múltiplo e integrado com outras dimensões, como a social, econômica etc. Todos esses pontos serão, oportunamente, retomados ao longo do texto.

2.1 – DISCUSSÕES SOBRE CIDADES

2.1.1 – Caracterização das cidades e da dinâmica urbana

Compreender a definição de termo cidade é extremamente relevante para entender a relação entre criminalidade e espaço urbano. Entretanto, existem várias formas de conceituar cidades de tal maneira que aqui serão discutidas apenas algumas, que não exaurem todas as suas possíveis interpretações. Não se pretende apontar a existência de visões corretas ou inadequadas para compreender as cidades, mas busca-se, através de alguns autores, criar um pano de fundo sobre a ideia das cidades que permeia o desenvolvimento desta dissertação. Dito isso, não é nosso interesse investigar em minúcias a vasta literatura referente a essa questão. Pretende-se analisar as principais contribuições, e com isso construir ferramentas analíticas relevantes para estudar a relação entre crime e desenho urbano.

Assim, para Raquel Rolnik (1995) a cidade é comparada a um "imã que atrai e reúne e concentra os homens". Através dessa analogia, a arquiteta relaciona a cidade como uma zona de encontro e trocas de experiências e histórias. Seguindo essa linha de análise de que a cidade possui a capacidade de agregar pessoas, a autora entende a cidade como um espaço coletivo, vivo e atrativo. Rolnik (1995) complementa seu argumento da seguinte forma:

> "A cidade é antes de mais nada um imã, pois antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia ela aglomera uma quantidade de pessoas por uma finalidade." (Raquel Rolnik, 1995: p.12)
>
> "(...) pensar a cidade como imã implica necessariamente viver de forma coletiva. Na cidade nunca se esta só, mesmo que o próximo ser humano esteja para além da parede do apartamento vizinho ou num veículo no transito. O homem só no apartamento ou o indivíduo dentro do automóvel é um fragmento de um conjunto, parte de um coletivo." (Raquel Rolnik, 1995: 19).

Por outro lado, Rolnik (1995) também argumenta que a cidade é algo que vai além de zonas de aglomerações humanas. Esse agrupamento de pessoas forma um conjunto de indivíduos que realizam movimentos e percursos constantes. Assim, Rolnik (1995) cria novas formas para explicar esse complexo objeto. A autora divide a cidade em denominações como a cidade escrita, a cidade política e a cidade comércio.

No que se refere à escrita, a arquiteta usa um paralelismo para explicar a formação das cidades e memorizar as letras. A autora faz algumas analogias para definir o que é cidade e em seguida disserta sobre as grandes urbes capitalistas. Deste modo, Rolnik (1995) descreve que "construir cidades significa também uma forma de escrita." Além da importância da escrita para o registro de riquezas das cidades, a autora aponta a própria cidade enquanto escrita, pois, através da arquitetura de cada cidade é possível "ler" suas histórias e imortalizá-las. Assim, a autora realiza uma forma lúdica para interpretar um conceito de formação da cidade, já que nessa cidade escrita ela define que,

> "o habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrario da lembrança, não se dissipa com a morte. Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também com este papel." Raquel Rolnik (1995: p. 16-17).

Portanto, a autora defende que a cidade é formada não somente com edificações, mas por pessoas e por sua história, que é mantida na vida social através de documentos e da memória coletiva. Quanto à classificação de cidade política a autora discorre que morar na cidade implica em viver coletivamente, e para isso regras precisam ser seguidas para que a vida siga neste ambiente.

Nessa descrição a autora fala do caráter coletivo que emerge da vida nas cidades: cidade significa vida coletiva. Deste modo, Rolnik (1995) sinaliza para os consequentes sistemas de controle advindos da vida coletiva, como, por exemplo, os sistemas de controle de fluxos: semáforos, faixas de pedestres, filas de ônibus. Existem ainda, os controles políticos administrativos que governam a cidade a partir de relações de poder, sendo estas reforçadas pela influência do Estado. Completando esse argumento a autora afirma que:

> "Regulamentos e organizações estabelecem uma certa ordem na cidade definindo movimentos permitidos, bloqueando passagens. Mesmo quando não se trata de massa quando falamos em cidades menores estão presentes a concentração de indivíduos, e consequentemente a necessidade de gestão de vida." Raquel Rolnik (1995: p.19-20).

Por último, ao conceituar a cidade como mercado, a autora discorre que, o poder de atração das cidades forma aglomerações, que podem intensificar possibilidades de troca e colaboração entre os homens. Segundo ela, "a cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado" (ROLNIK, 1995: p. 26). Entretanto, o mercado também só é possível devido a divisão do trabalho e da especialização de tarefas. Rolnik ainda destaca a mudança da relação de dependência entre a cidade e o campo para a interdependência, pois, a cidade passou a fazer o acabamento do trabalho que começou no campo, o que a classifica como economia urbana.

Para Jane Jacobs (1961), a redução da distância física, diversidade urbana, a troca de valores e conhecimentos e a cultura são características importantes que compõe o que hoje observamos como os modernos centros urbanos. A autora enxerga a cidade como um grande cenário de vivências, das relações de poder, diferenças sociais, arquitetônicas, e paisagens. No seu livro "Vida e Morte das Cidades Americanas", publicado em 1961, há uma crítica evidente em relação à função, uso e ocupação das construções. Por exemplo, para Jacobs, as ruas e calçadas são os órgãos vitais de uma cidade, pois são nelas em que ocorrem a integração e convivência de uma sociedade.

A chave do pensamento de Jacobs é que o contato entre as pessoas transmite mais vida às ruas e calçadas e esta interação não deve ter limites físicos. De fato, um dos principais argumentos defendidos por Jacobs é que para compreender as cidades, é necessário enxergar as combinações ou as misturas de usos como um fenômeno fundamental. A existência de diversidade pode ser compreendida através de várias perspectivas, como usos, de nível sócio econômico da população, de tipologia das edificações, de raças, etc. A autora discorre que:

> "(...) precisamos de todos os tipos de diversidade, intrincadamente combinados e mutuamente sustentados. Isso é necessário para que a vida urbana funcione adequada e construtivamente, de modo que a população das cidades possa preservar (e desenvolver ainda mais) a sociedade e a civilização." (Jane Jacobs, 1961: p.166)

A autora avança na análise ao abordar quais são os elementos necessários para construir um ambiente urbano caracterizado pela diversidade. Isso fica claro na citação abaixo.

> "Os distritos urbanos serão lugares social e economicamente convenientes para que a diversidade surja por si só e atinja seu potencial máximo, caso os distritos possuam boas combinações de usos principais, ruas frequentes, densa mistura de idades das construções e alta concentração de pessoas." (Jane Jacobs, 1961: p.166).

Dialogando de modo mais direto com o trabalho dessa dissertação é relevante ressaltar que, seguindo esse raciocínio, tão importante como a polícia para garantir a segurança de determinada rua, bairro ou distrito, por exemplo, é o trânsito ininterrupto de usuários, além da existência do que a autora chama de "proprietários naturais da rua". Isso será discutido em detalhes em seções posteriores.

Assim, é possível perceber que existem diversos conceitos sobre as cidades, que de alguma forma ideias se complementam e se apoiam mutuamente uma nas outras. Um aspecto importante a ser destacado é que as cidades estão em mutação permanente, e devem ser analisadas em sua totalidade temporal. De forma geral, é relevante discutir os elementos do passado que deram origem a forma urbana que se conhece hoje.

Na segunda metade do século XX, diversas cidades brasileiras atravessaram por aceleradas e intensas transformações urbanas. Por exemplo, David Granaham (1999) discute que a partir do início do ciclo econômico do café que ocorreu de 1894 a 1930, a cidade de São Paulo teve um acelerado crescimento demográfico (IBGE, 2010). Contudo, no espaço de tempo de analisado, o autor salienta que no último quarto do século XIX, grandes mudanças econômicas e sociais ocorreram também a nível nacional e internacional. Segundo dados da ONU (2010), grande parte da população brasileira passou a migrar para os grandes centros urbanos, partindo de zonas rurais e cidades de médio porte para os grandes centros urbanos. Esse fenômeno é denominado pela literatura de êxodo rural. Hoje, quase dois quintos da população do Brasil residem em uma cidade de pelo menos um milhão de habitantes (IBGE, 2010).

Além disso, Angus Maddison (2001) argumenta que a introdução das máquinas no processo produtivo, particularmente dentro do meio rural, criou um exército de trabalhadores desempregados que, neste cenário, intensificou ainda mais a migração rural-urbano. De forma similar, C. Martine (1987) fornece evidências de que a partir da década de 60 foi implantado um modelo de modernização agrícola, ou mecanização do campo, que visava aumentar a produtividade. Como consequência, parcela da população foi expulsa do campo, provocando uma aceleração da migração rural-urbana.

Hespanhol (2013) estuda as mudanças ocorridas no Brasil a partir dos processos de industrialização atentando para o fato de que a urbanização produziu efeitos importantes sobre as relações campo-cidade, resultando em novas dinâmicas, econômicas, sociais, culturais e políticas. A autora aborda também o tema da crescente deterioração das condições de vida nas grandes cidades brasileiras. Nesse sentido, se destacam o aumento da pobreza, aumento do custo de vida, aumento da poluição, precarização das condições de saúde, baixo nível educacional, e o aumento da criminalidade urbana. Hespanhol (2013) complementa seu discurso da seguinte forma: "Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas".

De fato, a estrutura urbana brasileira passou por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX que resultaram em novas dinâmicas, impondo a necessidade de ressignificações aos conteúdos sociais. É necessário considerar que o desenvolvimento tecnológico ocorrido a partir da Revolução Industrial acentuou as diferenças entre campo e cidade, já que o primeiro, em virtude de sua menor incorporação tecnológica, passou a ser visto como arcaico e atrasado, enquanto que o segundo pela utilização mais intensiva da tecnologia e passou a ser apreendido como o lugar do progresso e da modernidade. Esse é só mais um dos ingredientes que contribuíram para estimular o êxodo rural.

A migração da zona rural para as cidades não é o único fenômeno que ocorreu no país. Concomitantemente, o sistema urbano passou a presenciar fortes movimentos de deslocamentos populacionais dentro da própria urbe. George Martine (2013) aborda que essas migrações ocorridas entre zonas da cidade provocaram um crescimento desordenado e o surgimento de novos espaços nas franjas das cidades. Ocorreu um deslocamento periférico das populações, provocada pela dinâmica urbana, valorização imobiliária etc. O argumento é que os indivíduos que no momento inicial migraram do campo para a cidade, mas que por algum motivo não conseguiram prosperar, se depararam em situação que tiveram que optar entre retornar a sua antiga região ou estabelecer moradia nas bordas das cidades. Poucos

decidiram retornar, o que potencializou o surgimento de concentrações populacionais nas periferias das cidades. Em urbes como Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo, essas franjas urbanas são áreas desprovidas de serviços públicos que garantam um nível de qualidade de vida satisfatória. Silva (2011) corrobora com esse argumento ao afirmar que a periferia urbana:

> "[...] denota uma situação de precariedade e déficit de políticas públicas mais abrangentes que atingem os setores de infraestrutura, equipamentos e serviços nas áreas de saneamento básico, habitação, saúde e educação. (...) Como agravante, a sociedade lida com a violência urbana que desponta como um problema social generalizado, atingindo campo e cidade." (SILVA, 2011: p. 4.)

Como resultado desse processo, criam-se espaços desiguais dentro da própria área urbana[1]. Assim, o espaço urbano brasileiro foi profundamente marcado pelas dinâmicas ocorridas no século XX, sendo caracterizado por uma elevada concentração populacional nas grandes cidades. A população urbana brasileira apresentou um crescimento diferenciado ao longo da década de 1960, de tal forma que grande parte dos habitantes tornou-se predominantemente urbano. Atualmente, mais de 80%[2] dos habitantes do Brasil residem em cidades, sendo a maioria desses em grandes centros urbanos e capitais, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Dados provenientes da Pesquisa Nacional de Amostragem e Domicílios (PNAD) ao longo de vários anos mostram que as duas principais metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, possuem uma concentração industrial, econômica e urbana brasileira que marcou a história do desenvolvimento nacional.

A despeito dessa questão, a literatura (Tereza Caldeira, 2000; Luiz Rodolfo Alves e João Luíz Fernandes, 2014) salienta que a infraestrutura das cidades não acompanhou o ritmo de aumento populacional, criando fricções, atritos e agravando uma série de problemas para os diversos atores sociais das urbes. De fato, segundo Caldeira (2000):

> "(...) no final do século XX até os anos 1940 se produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se em bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes

[1] Reconhece-se que a produção das periferias pobres e desassistidas é uma das razões de espaços desiguais, mas não a única.
[2] IBGE. Atlas Geográfico Escolar. 6a ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p.147.

> estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular em áreas comuns." (Caldeira, 2000: p. 211).

Dentro dessa linha de pensamento sobre o surgimento de contradições dentro da mesma cidade, Alves e Fernandes (2014) argumentam que no século XX a história das grandes cidades também é marcada pela expansão de edificações construídas para atender classes sociais menos favorecidas. O ponto a ser destacado que essa dinâmica urbana teve como efeito acentuar os já latentes desafios urbanos existentes na sociedade. Os autores argumentam que em grande parte dos casos essas habitações estão localizadas em áreas desqualificadas e sem infraestrutura adequada para essa população.

> "A história da cidade fragmentada tem sido marcada pelos "bairros sociais[3]". Na maior parte dos casos, esta habitação social produz áreas desqualificadas, quase sempre de baixa qualidade de construção, concentrando problemas de pobreza e exclusão social, de marginalidade." (Alves e Fernandes, 2014: p.20)

Em suma, essa seção discutiu sobre algumas interpretações do conceito de cidade, e debateu sobre as características das aglomerações urbanas, enfatizando aspectos relacionados com as transformações ocorridas ao longo do século XX. O intuito foi mostrar que as mudanças que ocorreram na estrutura urbana brasileira em geral, como por exemplo, via o êxodo rural, mecanização do campo ou a revolução industrial produziram consequências que se irradiaram para toda a sociedade brasileira. Sem políticas públicas que acompanhassem o ritmo dessas transformações, diversos problemas emergiram nas diversas cidades do país, em particular nos grandes centros. Vale destacar que a criminalidade é algo que sempre existiu no Brasil, mas que ganha um impulso dentro desse contexto. É nesse cenário que emerge o tema dessa dissertação.

O segundo foco do capítulo tem como objetivo discutir a questão da representação das cidades para os indivíduos. Essa abordagem se revela extremamente fundamental, pois possibilita compreender qual o papel do espaço urbano dentro do imaginário das pessoas e, portanto, facilita o entendimento de como a sociedade enxerga o urbano e sua representação.

2.1.2 – A representação da cidade para o homem

Essa subseção tem o objetivo de discutir a importância da cidade e sua representação, histórica e emocional da vida de seus habitantes. Busca-se discutir o significado da

[3] Os autores denominam as favelas como bairros sociais.

urbanidade[4] para os habitantes e a importância da cidade para a população. Pesquisadores como Giulio Carlo Argan (1984) e Aldo Rossi (1966) desenvolveram estudos relevantes nessa área, analisando o cotidiano das cidades desde sua formação até a discussão da importância das mesmas para cada comunidade. Entender a representatividade da cidade é de grande interesse para as pesquisas que estudam a história e o cotidiano urbano.

Nessa perspectiva, Giulio Carlo Argan (1998) sugere uma ideia relevante: a importância temporal do espaço como determinante social e significativo para quem usa o ambiente urbano. O historiador afirma que o espaço não deve ser dividido em áreas e nem classificado em datas, pois a arte do relacionamento dos "fatos" urbanos constrói a cidade e representa formas espaciais construídas para o convívio social. As edificações e construções como igrejas, praças ou moradias são as singularidades arquitetônicas que relevam as particularidades sociais, e como cada sociedade se desenvolveu e mudou o espaço.

Para Giulio Carlo Argan (1984), um grupo de construções sugere a possibilidade de se criar arte. O autor considera que junto com a criação de edificações ocorre a formação dos relacionamentos, o que dá início aos fatos urbanos. Isso tudo forma o ambiente urbano. O autor se aprofunda nesta questão da vida urbana descrevendo que os "fatos urbanos" são representações de toda e quaisquer representação humana. Para ele os fatos urbanos são fatos artísticos e essa arte é representada pela arquitetura quando é coisa humana.

> "(...) todavia uma cidade não é apenas produto das técnicas de construção. As técnicas da madeira, do metal, da tecelagem, etc. também concorrem para determinar a realidade visível da cidade, ou melhor, para visualizar os diferentes existenciais da cidade." (Argan, 1984: p.75).

Segundo Aldo Rossi (1966), a natureza dos "fatos urbanos" está ligada com a qualidade de vida[5] e como essa sociedade usa o espaço em virtude de seu crescimento. O autor sintetiza seu raciocínio argumentando que os grandes centros urbanos apresentam uma vida, um movimento produzido pelo social que modifica o espaço urbano.

> "(...) todas as grandes manifestações da vida social têm em comum com a obra de arte o fato de nascerem da vida inconsciente, esse nível é coletivo no primeiro caso e, individual no segundo, mas a diferença é secundária, porque umas são produzidas pelo público, as outras para o público, mas é precisamente o público que lhes fornece um denominador comum." (Rossi, 1966: p. 19).

---

[4]Segundo Vinicius M. Netto (2014, p. 190), a urbanidade é um conceito difuso e pouco sistemático e por isso é analisado por diferentes especialidades como a filosofia, sociologia e particularmente a arquitetura e o urbanismo. Para o autor, "a urbanidade pode ser definida como um sinônimo de civilidade nas relações interpessoais sob qualquer condição de ser urbano."

[5]Segundo Aldo Rossi (1966) a qualidade de vida de uma população é definida pelas condições urbanas oferecidas como: moradia de qualidade, saúde, segurança e transporte e boas condições urbanas (manutenção).

Argan (1984) e Rossi (1966) afirmam, de formas particulares, que o espaço é um "ser social", pois a sua formação não se faz apenas por uma vegetação ou edificação e sim por uma movimentação de ações e seres nele produzido. Com isso, é possível perceber que a produção humana ocorrida no espaço tem o potencial de promover inovações, pois o humano forma redes sociais, cria novos métodos de conhecimento, e forma novas estruturas com a união de outros.

Maurice Halbwachs (1997) analisa as características da imaginação e da memória popular, e argumenta que a cultura urbana é uma forma particular que caracteriza o espaço e seu coletivo. Seguindo o pensamento do autor, a cidade é uma união de objetos que produz uma história, de tal forma que um dos agentes do espaço é o humano. A coletividade humana contribui para que ocorram transformações no espaço, de forma a criar uma representação particular no local em que habitam.

O estudo das cidades visto como interação homem, ambiente, cultura é de significativa importância para a democratização das urbes, uma vez que contribui para a densidade da análise de cenários urbanos e enfatiza o papel das práticas culturais nas cidades. Jane Jacobs (1961) discorre sobre a diversidade e a multiplicidade de usos e da possibilidade de encontros e interações sociais no meio urbano. Como já discutido na seção anterior, a diversidade que Jacobs (1961) enaltece deve ser compreendida em seu amplo aspecto: a diversidade de classes sociais e culturais e intensidade de usos do meio urbano. Hoje, é possível compreender com maior clareza as razões do discurso de pesquisadores como Jacobs, que vigorosamente, dispuseram inúmeros conceitos humanistas nas ciências pregando pela diversidade e pela alteridade e valorização da subjetividade nos grandes centros urbanos.

Lev Vygotski (2005) discorre que a questão da alteridade[6] e da constituição do sujeito só é possível através das relações sociais que caracterizam o conhecimento e a assimilação social. Porém, as condições de sociabilização e do usufruto que a cidade proporciona podem, por questões sociais, políticas e econômicas, ser negadas.

Michael Lussault (2007) discute a sociabilização dos habitantes da cidade, argumentando que o capital social, cultural e econômico são elementos relevantes na constituição da urbanidade. Outro ponto importante mencionado por Lussault (2007) é que os espaços urbanos promovem intensas interações sociais, configurando assim uma produção social que acontece fora do reduto familiar. Essa condição humana de interação é

[6]Alteridade é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende do outro. Assim, como muitos antropólogos e cientistas sociais afirmam a existência do "eu-individual" só é permitida mediante um contato com o outro (Zanella, 2005).

indispensável para o desenvolvimento e constituição da sociedade. É por meio deste processo que o ser humano se desenvolve e estabelece um contato criando redes de relações tornando-se um ser social. Lussault (2007) reforça o texto da seguinte forma:

> "(...) os lugares não são locais topográficos nem de colocações simples do social. O conceito de sociabilização está diretamente relacionado a atribuições de uso ou mais ou menos compartilhado do espaço." (Michael Lussault, 2007: p. 26)

2.1.3 – A segregação e o espaço urbano

Essa subseção tem o objetivo de explorar como a questão da segregação social se relaciona com aspectos urbanos. A ideia é buscar elementos para compreender como fatores de ordem social, nesse caso a segregação, contribuem para interpretar questões urbanas. No fundo, busca-se, com isso, adquirir as ferramentas analíticas necessárias para analisar a relação entre criminalidade e desenho urbano, tendo em perspectiva os fundamentos da estrutura social que permeiam essa discussão.

Em diversas cidades, principalmente nos grandes centros urbanos, na maioria das vezes existem zonas dentro do espaço, a saber, áreas comerciais, industriais, lazer e moradia, que podem estar delimitadas geograficamente ou não. Contudo, vale salientar que a existência dessas zonas também possui efeitos em outras dimensões, como a social e a econômica (Renata Sampaio Alves, 2011; Simone Scifone, 2015). Ou seja, não é apenas o fato de uma determinada área ter um perfil comercial, por exemplo, que importa. É como essa característica se relaciona com os demais aspectos que moldam a sociedade. A redistribuição do espaço e dos processos sociais não são indiferentes às condições socioeconômicas da população (Santos e Silveira, 2001).

Adicionalmente, pesquisadores como Alves (2011) e Flávio Villaça (2013) argumentam que o poder público é um dos principais agentes responsáveis pela cisão interna nos centros urbanos, pois em vez de atuar para reduzir as disparidades entre os espaços, ele faz exatamente o contrário. Portanto, nessa subseção será abordada com mais afinco essa problemática.

Nesse sentido, é importante perceber que as desigualdades, tanto social quanto a econômica, estão associadas intrinsecamente com aspectos urbanos. Tereza Caldeira (2000) desenvolve uma abordagem diferenciada para analisar questões urbanas, discutindo a questão da divisão de classes nas cidades. A autora alega que a dinâmica da formação dos distanciamentos sociais promove um sério problema para o contexto social da urbe. Essa

distinção e/ou divisão de classes no espaço permeia o problema da integração social intra-urbana, através da formação de ambientes diferenciados, e bem definidos ao longo da geografia urbana. Em análise para a região do Morumbi, cidade de São Paulo, Caldeira (2000) argumenta que:

> "Depois de 15 anos de intensa incorporação imobiliária para as classes mais altas em regiões com infraestrutura precária combinada com a proliferação de favelas, o Morumbi exibe um quadro impressionante de desigualdade social e exemplifica a nova face da segregação social na cidade." (Tereza Caldeira, 2000: p. 247).

Caldeira (2000) exemplifica bem a questão dessa divisão social no espaço urbano ao analisar as novas construções na capital paulista. A autora discorre sobre as barreiras sociais construídas no tecido urbano da cidade da seguinte forma:

> "(…) moradores ricos e pobres vivem mais próximos uns dos outros nas novas áreas de expansão da cidade e da região metropolitana. Essas novas áreas têm, de fato, os piores coeficientes de GINI e as mais chocantes paisagens e a coexistência de pobreza e riqueza. Além disso, no contexto de crescente medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso, eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social. Assim os enclaves fortificados prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shopping centers constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle". (Tereza Caldeira, 2000: p. 225).

A questão da separação de classes e do individualismo social são questões inquietantes, pois são fenômenos que se intensificam cada vez mais (Deak e Schiffer, 2007). Ribeiro (2003) discute sobre os impactos ocorridos nas grandes cidades e uma das questões analisadas é a transformação econômica, marcada pela hipótese da emergência de uma nova ordem sócio-espacial, que apresenta uma organização social fragmentada. O autor descreve que a realidade social vigente nas cidades é dividida em classes sociais, segundo o critério econômico. Isso acaba por produzir um distanciamento social em que os ricos vivem em zonas diferenciadas e os pobres têm dificuldades em utilizar espaços urbanos comuns a todos. Vale reconhecer que a ideia de categorização da sociedade apenas em ricos e pobres é simplista, mas é útil para explorar o argumento defendido pelo autor. De fato, existem outros grupos sociais, seja do ponto de vista econômico (classe média, por exemplo), seja da perspectiva de outros critérios que definem uma divisão social (gênero ou raça, por exemplo).

Harvey (1973) discorre que a dinâmica urbana não reflete apenas a estrutura social de uma sociedade. O geógrafo discorre sobre alguns mecanismos de reprodução das desigualdades de oportunidades, em especial a questão da cisão social. O autor discute uma problemática recorrente na história das cidades: a má distribuição de renda. Esse fenômeno revela a existência de uma cisão ou separação social, em que parte da população é beneficiada por melhorias significativas em sua qualidade de vida, enquanto a outra parcela está sujeita a diversos problemas de ordem social e econômica. Em última instância, a consequência desse cenário é o aumento inconcebível das desigualdades de oportunidades. Cabe salientar que a desigualdade pode favorecer a segregação, mas ainda não é segregação. Para que seja segregação é preciso que concretamente isso se configure no espaço interferindo nas relações sociais.

Os fatores associados com o fenômeno da segregação urbana vão além do argumento da cisão social discutido por David Harvey (1973)[7]. Segundo Glória da Anunciação Alves (2011), as dinâmicas urbanas contemporâneas estão marcadas por um paradoxal aumento da riqueza econômica, acompanhado de um crescimento desproporcional na pobreza. Para a autora, a reprodução do espaço torna-se desigual, e tem influenciado diversos processos de mudanças econômicas, espaciais e sociais, que se articulam e se diferenciam de acordo com cada região. Da Anunciação (2011) argumenta que cada zona apresenta sua diferenciação, de tal forma que desigualdades gritantes emergem entre essas regiões. Assim, essa reprodução do espaço dividido, nos âmbitos social e econômico, está associada à divisão de zonas sociais.

Segundo Medeiros (2013), o modo de se pensar a geografia urbana guia a forma como a sociedade usa a cidade. As modificações ocorridas no urbano, com edificações pensadas racionalmente com as propostas de abrigar zonas diferenciadas, produzem espaços distintos de acordo com os seus usos, podendo influenciar as estruturas econômicas e sociais de uma população.

A divisão de zonas espaciais se pauta em uma reprodução de regiões diferenciadas nas cidades, criando aglomerados urbanos distantes das áreas consolidadas. De acordo com Juergen Richard Langenbuch (2001), até o final da década de 70, diversos conjuntos habitacionais foram construídos tendo como foco atender a demanda das camadas menos favorecidas, em temos de poder aquisitivo, da sociedade. Esses projetos, entretanto, possuíam

[7] Existem pesquisadores que defendem que políticas de intervenção urbana estão associadas com mecanismos responsáveis pela geração da segregação (Villaça, 2013; Melgaço, 2010; Jacobs, 2000). Segundo Lucas Melgaço (2010), projetos urbanísticos são indiretamente moldados para atender interesses de grupos específicos da sociedade. Como consequência dessa política, o autor argumenta que áreas relevantes da cidade passam a se tornar susceptíveis ao processo de "privatização urbana". O argumento é que os investimentos urbanos passam pelo crivo do mercado imobiliário, de tal forma que as intervenções muitas vezes atendem aos seus próprios interesses, ao invés de convergir com o que almejado por toda a sociedade.

carências na dimensão da infraestrutura urbana, além de outras deficiências associadas com a provisão de bens públicos que garantam o bem-estar dos cidadãos. Contudo, ainda hoje tais formas de construção continuam a ser reproduzidas. Isso, por sua vez, pode estar associado com aumento persistente da segregação social dentro da urbe.

Sem a pretensão de detalhar em profundidade a questão da segregação do espaço urbano, o que com certeza seria objeto de estudo para outra dissertação, essa seção buscou discutir como a segregação social se relaciona com aspectos urbanos. Foram abordadas algumas das principais ideias que argumentam que a divisão de classes sociais no espaço está relacionada com a formação de ambientes diferenciados, e bem definidos ao longo da geografia urbana. A importância disso para esse trabalho é que essa diferenciação urbana pode estar associada com elementos que contribuem para estudar a criminalidade, que será analisada na seção seguinte.

2.2 – CRIMINALIDADE

Esse tópico da dissertação tem como objetivo apresentar as ideias teóricas e os conceitos que fundamentam os argumentos levantados sobre a criminalidade. Como já foi dito, o capítulo foi estruturado em grupos temáticos específicos para o entendimento da problemática da criminalidade urbana. No primeiro grupo será discutido como o medo do crime e a criminalidade em si interfere no espaço urbano, bem como na dinâmica social. Em seguida, serão abordadas algumas teorias da criminologia ambiental, com o objetivo de compor um estudo amplo e completo que relacione crime com o espaço. Por fim, serão discutidos aspectos do crime no Brasil, focando, essencialmente, nas grandes cidades. A ideia é criar uma análise sistêmica e panorâmica que possibilite um entendimento crítico do assunto.

2.2.1 – Crime e o medo do crime e suas consequências para sociedade: a arquitetura em xeque

A criminalidade tem sido largamente debatida por diversas áreas do conhecimento, e dada a grande complexidade deste objeto de estudo é plausível abordar essa temática sob diferentes pontos de vista. De modo mais abrangente, Nara Borgo Cypriano Machado (2006) discorre sobre a relação existente entre as ideias de violência e crime. Segundo a autora, não é trivial conceituar o termo violência, pois essa é uma expressão que possui vários significados.

Esse argumento é corroborado por Luiz Eduardo Soares (2005), segundo o qual a palavra violência possui múltiplos sentidos:

> "Pode designar uma agressão física, um insulto, um gesto que humilha, um olhar que desrespeita, um assassinato cometido com as próprias mãos, uma forma hostil de contar uma história despretensiosa, a indiferença ante o sofrimento alheio, a negligência com os idosos, a decisão política que produz consequências sociais nefastas (...) e a própria natureza, quando transborda seus limites normais e provoca catástrofes." (Luiz Eduardo Soares, 2005: p.245)

Contudo, faz todo o sentido que a ideia do que seja um ato violento esteja associado com a noção de crime, mas tal relação não ocorre de forma direta. A lógica é que nem todo ato de violência se constitui em uma ação criminosa[8]. De acordo com Machado (2006), a definição de criminalidade não é consenso dentro do âmbito do Direito, mas grande parte dos doutrinadores brasileiros, entre eles Cezar Roberto Bitencourt, considera que crime é toda ação ou omissão típica, antijurídica e culpável. Por outro lado Heleno Cláudio Fragoso (2004) argumenta que será considerado como crime ou delito toda ação ou omissão contraria as leis penais. Dito de outra forma, crime é a violação imputável e culposa da lei penal. Isso significa que não há crime sem que a ação se constitua como comportamento juridicamente reprovável (culpável).

Dessa forma, neste trabalho, enquanto o termo violência pode ser definido sob diferentes nuances, *a ideia de crime está relacionada diretamente com violações das leis penais*. É importante notar que ainda que a definição de crime possa seguir um viés estritamente normativo de acordo com a lei criminal, a compreensão desse fenômeno é possível de ser realizada nas perspectivas sociológica, antropológica, geográfica entre outras. E isso torna possível construir um trabalho interdisciplinar, em que várias perspectivas teóricas serão utilizadas para analisar com mais destreza e perspicácia o fenômeno do crime.

De modo similar, o medo da criminalidade é um fenômeno preocupante, pois o temor da violência associada ao crime pode modificar o modo de vida das pessoas e como a cidade é utilizada. O medo do crime é responsável por práticas cautelares de cada indivíduo na tentativa de evitar uma possível vitimização do ato criminal. De fato, é possível argumentar que a percepção dos níveis de segurança pode modificar o comportamento rotineiro das pessoas, como por exemplo, aumentar o receio em sair em determinada hora ou lugar. José

---

[8] A partir dessa construção de conceitos, fica claro que violência e crime NÃO são sinônimos. Podem existir crimes que façam uso da violência e outros que não, pelo menos não da violência física. Às vezes uma violência se impõe apenas pela ameaça de uma violência física, que não chega a ocorrer. Outra coisa: a polícia usa a violência, e sendo aplicada dentro da lei, não se configura um crime. Isso acontece também em uma guerra. A despeito dessas questões, essa dissertação adotará a definição de criminalidade descrita como a "violação das leis penais".

Almeida Brites (2010) discorre que o medo do crime pode criar um medo sem causa clara no qual o indivíduo possui um receio em ser uma vítima em potencial. O autor classifica o problema como uma reação emocional, motivada por uma sensação do perigo, devido a sinais reais ou imaginados existentes no meio que envolve o humano. Assim, o autor discorre que as pessoas podem elaborar novas práticas para utilizar a cidade, como por exemplo, modificar horários e comportamentos.

No que tange a esse último aspecto, Brites (2010) destaca a existência do interessante "*kit assalto*", composto por objetos como celular de baixa qualidade ou ainda pela presença de quantias pequenas de dinheiro na posse dos cidadãos. A ideia é que é mais vantajoso para o indivíduo perder objetos de baixo valor monetário do que bens caros. Esse "*kit*" funciona como uma espécie de seguro contra os crimes de roubo e furtos, em que os indivíduos se predispõem a portar outros produtos como forma de minimizar as perdas decorrentes dos atos criminosos. Isso é algo intrigante, e torna comum o surgimento de expressões como "*o celular do ladrão*".

Adicionalmente, J. Garofalo (1981) afirma que diversos problemas emocionais estão associados com o medo do crime presente em determinadas zonas da urbe. Como resultado dessa sensação, o autor a salienta que o ser humano fica potencialmente sujeito a reclusão em espaços que o indivíduo considera seguros, ou ainda, aumenta o temor de sair de sua residência. Marcelo Souza (2010) afirma que o medo é um sistema de leitura da realidade que envolve uma avaliação do risco em diversas situações, como entrar em uma rua ou utilizar determinado espaço na urbe. Este processo leva os indivíduos a desenvolverem um maior sentimento de insegurança e, simultaneamente, a assumirem comportamentos cautelares.

O medo e a sensação de insegurança são elementos importantes responsáveis pela transformação e/ou inutilização de partes da cidade ou em mudanças do modo de utilização de determinadas zonas da urbe (Marcelo Souza, 2010). De acordo com o autor:

> "(...) É como se a "geografia do medo", baseada em um sentimento de insegurança que muitas vezes, pode descolar-se em parte da incidência objetiva dos crimes violentos, se superpusesse à "geografia da violência" mais ou menos "objetiva". Um medo generalizado, ainda que matizado também ele (de acordo com a classe, a cor da pele, a faixa etária, o sexo e o local de residência), toma conta de corações e mentes, recondicionando hábitos e deslocamentos e lazer, influenciando formas de moradia e habitat e modelando alguns discursos padrão sobre a violência urbana." (Marcelo Souza, 2010: p. 57).

Como visto acima, a literatura reitera que a forma de se "desfrutar" o meio urbano tem sofrido alterações em decorrência do aumento da sensação do medo. Zygmunt (2008) discute

que os indivíduos compartilham um mecanismo que em casos de ameaça, oscila entre a fuga ou agressão. Lagrange (1996) aprofunda essa discussão ao argumentar que o indivíduo tem seu comportamento alterado por uma percepção de perigo.

Marcelo Lopes de Souza (2008) estuda, em *Fobópole,* o medo e a sensação de risco em relação à segurança. Essa sensação de insegurança faz com que medidas defensivas e repressivas sejam implementadas em diversos locais da urbe. O autor afirma que o termo "*Fobópole*" resulta da combinação das palavras gregas *phóbos* (medo) e *polis* (cidade). Ou seja, Souza (2008) afirma que a população apresenta uma fobia urbana por motivos de insegurança. Na verdade, quando o autor cria esse termo ele está querendo dizer que nossas cidades são cidades do medo. É possível notar que a existência de um medo derivado[9] está associada com novas estéticas urbanísticas, que seguem uma lógica fundamentada na vigilância e da prevenção ao crime. A questão é que nem sempre essas alterações no espaço, ainda que embasadas em argumentos anti-violência, geram benefícios inequívocos para a sociedade. Surgem regiões amplamente desconectadas da dinâmica urbana, que se por um lado trazem melhorias para os moradores dessas regiões, por outro acabam por cristalizar uma segmentação social, econômica e urbanística no cenário intra-urbano. Essa é uma das origens da chamada "anti-arquitetura".

Nesse sentido, conviver sob constante medo da violência urbana tornou-se comum nas grandes cidades, de tal forma que passou a ser constantes ações para preservar a vida diante da escalada da criminalidade[10]. Assim, passou a ser comum trancar janelas e portas, optar por locais movimentados e andar pelas ruas sem carregar objetos que possam atrair um potencial agressor. Zigmund Bauman (2009) discute que as metrópoles contemporâneas tornaram-se espaços de medo e insegurança. A ideia do sociólogo pode ser resumida em uma frase: "Você quer segurança? Abra mão de parte de sua liberdade". Isso porque segurança e liberdade não se harmonizam. Por exemplo: há publicidades imobiliárias que dizem, venham viver com total liberdade num condomínio fechado, o que não faz sentido. Bauman (2009) reforça o argumento de que o grande problema que cerca a sociedade urbana moderna consiste na procura por soluções para viver em um local livre de problemas relacionados com a violência, e nessa tentativa de fugir da insegurança as pessoas acabam por se fechar em espaços considerados "seguros". Ao invés de livres, as pessoas ficam presas.

---

[9]Termo definido por Lagrange (1996) como uma estrutura mental estável que pode ser descrita como um modo de se perceber o perigo e evitá-lo.

[10] Vale ressaltar que existe uma representação social, um senso comum que se refere a essa escalada, mas há muito de irrealidade nisso, mesmo porque é variado segundo cidades etc. Bauman (2009) discute sobre a escalada do medo do crime, mas que não precisa necessariamente corresponde uma escalada da criminalidade.

Esse sentimento de insegurança pode prejudicar até a saúde do indivíduo. Segundo Marcelo Batista Nery (2016), diversas patologias clínicas como a síndrome do pânico podem atingir grande parte da sociedade urbana. A ideia é que as informações relativas à existência de atos criminosos se disseminam pela região, de modo que todos os lugares ficam, em termos imaginários, inseguros. Dessa forma, vizinhos tomam conhecimento da ocorrência de crimes, e baseado nessas informações, passam a modificar o seu comportamento. Surge então, o que o autor denomina de "negação da cidade". (Nery, 2016: p. 17)

Dessa forma, com a falta de confiança no espaço urbano e o crescente medo do crime, outro "sintoma" atinge a população: o sentimento de "anticidade". Para Bauman (2009), esse é um sentimento relativamente recente na vida urbana contemporânea. Segundo o autor, essa anticidade é decorrente dos diversos problemas da criminalidade urbana associado diretamente ao excessivo medo do crime.

Jaime Tadeu Oliva (2016) discute que até meados do século XX ocorria um padrão de urbanização nas grandes cidades. O modo de vida da população era totalmente diferente do que existe hoje em dia. Se antes era possível reunir os familiares e vizinhos na frente de suas residências, para simplesmente conversar sobre algo, tal comportamento hoje é raro. A criminalidade e as consequências nefastas associadas como crescimento urbano desordenado impedem que essa troca de conhecimento e o estabelecimento das relações interpessoais ocorram na sociedade contemporânea. Dessa forma, é uma característica atual a redução dos bairros "familiares", em oposição ao surgimento contínuo de condomínios fechados e isolados. Para Oliva (2016), essa nova forma de se viver o urbano pode ser dura. Dado a existência de diversos percalços muitos habitantes das grandes cidades hoje sustentam a ideia de que sair da cidade pode melhorar seu bem-estar, através da busca de uma vida mais saudável. Assim, parte dos moradores das grandes urbes possui um forte desejo as cidades usufruir uma vida mais calma com a ausência dos problemas das grandes centralidades.

Segundo Jacques Levy (1998: p.7), "a cidade é, portanto uma configuração geográfica frágil". Para o autor, quaisquer modificações urbanas podem produzir efeitos negativos diversos na sociedade. Por exemplo, projetos de mobilidade urbana podem estar associados, ainda que de modo não intencional, com problemas como poluição sonora, do ar, de fragmentação dos bairros ou de quebra de sociabilidade das áreas anteriores. Não existe uma harmonia necessária entre investimentos em mobilidade e a melhoria da urbanidade de uma cidade. Pode acontecer, mas também pode não acontecer.

Muitos problemas que ocorrem nas grandes cidades podem provocar um sentimento de abandono dos centros urbanos. É com base nessas ideias que se argumenta que uma

parcela da população urbana deseja um dia sair destes locais com o objetivo de estabelecer moradia em cidades menores, que são vistas como regiões que oferecem um maior nível de bem-estar para as pessoas.

Como já foi dito, com o discurso da busca por uma cidade segura e explorando a existência do medo do crime, a arquitetura urbana passou por transformações relevantes, que se por um lado aumentou a sensação de segurança para alguns grupos sociais, por outro, tornou o ambiente urbano indesejável do ponto de vista do uso humano da cidade. A sensação de desconforto físico, devido ao temor da violência, torna a cidade um local de espaços demarcados entre usuários distintos. Como Caldeira (2000) discute, a cidade moderna apresenta espaços transformados por tecnologias e métodos construtivos diversos, denominados pela autora de "métodos de defesa urbana", tornando determinadas regiões da urbe sem caráter público ao uso de todos. Circe Monteiro (2013) corrobora com esse argumento ao defender que:

> "Além disso, essa autoproteção como medida de prevenção à criminalidade torna-se uma contradição, pois o que se observa é apenas a intensificação da vulnerabilidade no espaço público. Logo, a "arquitetura do medo" não é vista como solução, mas ao contrário, tem ocasionado um problema ainda mais sério, a anomia social ocasionada pela diminuição da sociabilidade face a face, da fricção social e da imprevisibilidade que torna a vida nas cidades uma experiência fascinante." (Circe Maria Gama Monteiro, 2013: p. 19)

Em sua análise sobre a cidade de São Paulo, Tereza Caldeira (2000: p. 211) argumenta que: "Hoje, São Paulo é uma cidade feita de muros. Barreiras físicas que são construídas por todo lado: ao redor das casas, dos condomínios, dos parques, das praças, das escolas, dos escritórios...". Pedrazzine (2006) afirma que a forma de se produzir espaços com elevados muros e cercas elétricas criam certa "segurança" para os moradores de condomínios fechados, contudo as ruas ao redor destas "fortalezas" tornam-se desertas e de pouca circulação. Dan Rodrigues Levy (2010) corrobora da seguinte forma:

> "O processo de globalização do urbano, que tem como consequência a intensificação das desigualdades sociais e da violência, repercute na modificação do espaço, refletindo na fragmentação e segregação urbana não planejada, através da proliferação de enclaves fortificados ou ilhas utópicas, como por exemplo, os condomínios residenciais fechados. Sabemos que a convivência é um pressuposto da cidade, e que se não houver convivência não haverá cidade, além do que, o espírito da cidade se forma através da acumulação de minúsculas interações quotidianas, portanto, acreditamos que os condomínios fechados aumentam a insegurança, pois as pessoas não falam com os estranhos, não há interação social, troca, socialização. Nesse sentido, os condomínios fechados não conseguem estabelecer uma verdadeira vida urbana, reproduzem suas formas, mas negam os princípios de uma vida urbana democrática. Isso se traduz, portanto, na redução do espaço público, e no consequente esvaziamento significativo da vida urbana." (Levy, 2010: p.105).

Nelson Lourenço (2010) discute que as diversas modificações que ocorrem nas grandes cidades, dentre os quais se destacam os projetos de securitização urbana, podem formar bolhas de uso específico no que se refere aos espaços urbanos. Se antes essas eram regiões em que era possível o convívio social, hoje esse é um privilégio de apenas uma parte da sociedade. Coincidentemente, a camada mais rica! Dessa forma, os equipamentos urbanísticos podem contribuir para criar espaços de segurança virtual, que é vista com cautela pelos estudiosos da área. A cultura de uma segurança pública diferenciada contribui para criação áreas, ou "ilhas de proteção" que beneficiam, sobremaneira, os interesses de grupos específicos da sociedade. Como resultado, é possível verificar o aprofundamento da desigualdade social, agora é evidente e visível na geografia da urbe.

Lucas Figueiredo (2012 p. 233) estuda os problemas de obsessão com a insegurança, realizando uma crítica severa a propostas de segurança que oprime os residentes a prisões particulares. A instalação de câmeras de segurança, grades eletrificadas e seguranças particulares são algumas das medidas que as "elites vigiadas" implementam guiadas essencialmente pela obsessão pela segurança. O arquiteto afirma que tais sistemas de segurança criam uma falsa sensação de paz entre os usuários que buscar prevenir as situações de violência patrimonial e social. A crítica é que tais sistemas geram uma sensação de segurança irreal, falsa, ineficaz, pois basta os indivíduos saírem dessa redoma que a sensação de insegurança volta. As vezes, até mesmo dentro desses círculos de proteção, o crime se faz presente[11].

De acordo com Tereza Caldeira (2008) o medo contemporâneo da cidade e as mudanças auxiliam na geração dos espaços urbanos que apresentam um ataque a noção do que é espaço público aberto a todos os cidadãos, a despeito de suas diferenças sociais. A criminalidade urbana também adquiriu características espaciais mais concretas, ou seja, não se trata apenas de um fenômeno que acontece sobre o espaço, mas também transforma o espaço. Toda transformação acarreta novas ações sociais, pois nada passa a existir sem consequências.

Do ponto de vista mais abrangente, seria possível pensar em viver em uma cidade sem criminalidade urbana? Diversos autores como Marcelo Souza (2010) e Luiz Fernando Veríssimo (2001)[12], discorrem que essa questão de eliminar a criminalidade é uma

[11] Fora desses ambientes as pessoas tendem a achar que estão sob risco de vida. Se elas vivem sempre em ambientes protegidos, a confiança se deposita nos sistemas de segurança. Por outro lado, quem vive em espaços públicos abertos têm a confiança associada com o convívio depositada nos outros membros da sociedade. São situações diferentes.

[12] No que tange ao aspecto dos ambientes enclausurados, Luiz Fernando Veríssimo discute que: "Decidiram eletrificar os muros. Houve protestos, mas no fim todos concordaram. O mais importante era a segurança. Quem tocasse no fio de alta tensão em cima do muro morreria eletrocutado. Se não morresse, atrairia para o local um batalhão de guardas com ordens de atirar para matar. Mas os assaltos continuaram. Grades nas janelas de todas as casas. Era o jeito. Mesmo se os ladrões ultrapassassem os altos muros, e o fio de alta tensão, e as patrulhas, e

possibilidade irreal e ingênua, pois isso só aconteceria através de uma domesticação das personalidades e das vontades da população. Por outro lado, uma das formas de diminuir os números da criminalidade seria através da redução da fragmentação social e urbana, buscando desestimular a segregação social, realizar uma manutenção dos espaços públicos e reduzir a quantidade de espaços isolados, como por exemplo, via condomínios exclusivos, onde o lado de fora dos muros promove um ambiente hostil e sem urbanidade.

2.2.2 – Teorias da criminologia ambiental

Neste tópico do trabalho será discutido como o crime está relacionado com características do espaço, do cotidiano popular, e como ele pode modificar o comportamento dos cidadãos. É inegável que a criminalidade é uma junção de diversos problemas presentes na sociedade. Na visão dominante dos estudos sociais essa problemática está ligada a um cenário constituído por questões como desemprego, desigualdade social, precárias condições de vida, entre outros. A criminalidade urbana é considerada como um acúmulo de problemas que provocam uma ação e uma reação no espaço urbano.

O estudo da relação entre crime e espaço possui grande relevância no meio acadêmico. Edivaldo Neves-Jr (2014) destaca que existe uma relação entre a presença de locais específicos da cidade do Recife, cidade estudada pelo autor, com a criminalidade violenta. Utilizando métodos de análise de detecção de cluster espacial, Neves-Jr. (2014) constatou que existe um processo de clusterização[13] de crime ao redor de determinadas áreas urbanas, sugerindo que o espaço é relevante para explicar a distribuição espacial dos homicídios.

Rafaella Cavalcanti e Circe Monteiro (2017) avaliaram as qualidades espaciais do contexto urbano da cidade do Recife, através dos dados de perfil espacial, com o objetivo de fornecer ferramentas para o desenvolvimento de um desenho urbano que proporcione um ambiente mais seguro. O diagnóstico do perfil espacial permite entender o porquê determinados espaços são mais propícios à ocorrência de crimes, possibilitando assim propor

---

os cachorros, e a segunda cerca, de arame farpado, erguida dentro do perímetro, não conseguiriam entrar nas casas. Todas as janelas foram engradadas. Mas os assaltos continuaram. Foi feito um apelo para que as pessoas saíssem de casa o mínimo possível. Dois assaltantes tinham entrado no condomínio no banco de trás do carro de um proprietário, com um revólver apontado para a sua nuca. Assaltaram a casa, depois saíram no carro roubado, com crachás roubados. Além do controle das entradas, passou a ser feito um rigoroso controle das saídas. Para sair, só com um exame demorado do crachá e com autorização expressa da guarda, que não queria conversa nem aceitava suborno. Mas os assaltos continuaram." (Luiz Fernando Veríssimo, 2001: p. 42).

[13] Para Neves-Jr (2014), clusters se referem a uma área de estudo com um número de casos significamente distinto das demais, de tal forma que é improvável associar a sua ocorrência ao simples acaso. Existem três tipos de clusters: os espaciais, os temporais e os espaciais-temporais. Nos conglomerados espaciais verifica-se uma presença maior de eventos em uma região em relação à outra, ao passo que nos clusters temporais a ocorrência de casos é mais alta em um intervalo de tempo específico em relação aos demais. Por fim, os conglomerados espaciais- temporais englobam as duas definições.

novas configurações arquitetônicas com o objetivo de transformá-los em espaços mais seguros. O estudo revela a importância de pesquisas que investigam e discutem elementos de prevenção ao crime. Assim, Cavalcanti e Monteiro (2017) corroboram com essa temática da seguinte forma:

> "A ideia de construir perfis nasce da necessidade de reunir uma série de elementos capazes de caracterizar um objeto ou fenômeno. Os perfis espaciais objetivam trabalhar esse conjunto de elementos concretos do espaço, como sequências ou padrões que sistematicamente podem ser correlacionados com um determinado fenômeno urbano." (Cavalcanti e Monteiro, 2017: p. 147)

Luciana Cruz e Alcino Sá (2013) analisam o ambiente e a dimensão espacial do crime abordando questões como de onde e como o crime ocorre. Os geógrafos abordam questões relativas ao espaço urbano que podem influenciar a ocorrência de atos criminosos como, por exemplo, áreas com grande número de árvores e edificações de grande porte. Na concepção empregada por Cruz e Sá (2013) o ambiente oferece condições para que ocorram os eventos de crime, uma vez que existe a possibilidade de que o espaço influencie o comportamento delituoso. Dessa forma, através do conhecimento das características físicas e sociais do espaço, a criminologia ambiental procura compreender os diversos eventos de violência.

A localização geográfica de alguns fatos delituosos, avaliadas segundo as condições ambientais[14] do local, podem ilustrar alguns padrões geográficos do crime. Mesmo que não forneçam um material suficiente para explicar a ocorrência do crime, podem oferecer caminhos para diagnósticos e análises sobre os padrões geográficos do crime (Rabelo, 2010). Vale salientar que a ideia neste trabalho não é analisar as causas da criminalidade violenta, mas compreender a estrutura geral dos padrões do crime. Aqui é importante salientar que entende-se que o fenômeno da criminalidade é complexo e que diferentes perspectivas são necessárias para compreender de forma mais consistente a dinâmica do crime. Dessa forma, essa é apenas mais uma maneira de se analisar a violência, que não é suficiente em si, mas é uma importante ferramenta que pode atuar conjuntamente com outras visões.

As reflexões sobre a relevância do desenho urbano para analisar o crime deve ser entendida como uma ferramenta adicional para os gestores públicos combaterem tal problema. Deve, portanto, ser usada de forma integrada com outras políticas, como por exemplo, combate às drogas, melhoria da educação, aperfeiçoar a justiça, equipar a polícia,

[14]Tal expressão reflete os elementos que caracterizam o espaço urbano, em todas as suas dimensões. Destacam-se, dessa forma, questões relevantes como a caracterização social, econômicas e arquitetônicas das regiões.

reduzir a desigualdade. Assim, políticas públicas baseadas exclusivamente na intervenção do desenho urbano[15] não são suficientes para reduzir de modo duradouro e sustentável o crime. Existe a necessidade de considerar a criminalidade como um tema interdisciplinar, de tal forma a solução para essa questão passa necessariamente por uma solução conjunta de diversas políticas públicas. O argumento para fundamentar essa afirmação é que melhorar as condições urbanas de uma determinada área pode gerar um efeito indesejável de aumentar as taxas de crimes em regiões vizinhas, de tal modo que essa política pode apenas produzir um resultado efêmero e limitado espacialmente. A complexidade do fenômeno do crime deve ser considerada dentro da perspectiva das ações de resposta que a sociedade irá implementar para combater o problema.

Com isso em mente, existem diversas teorias estudam o crime com diferentes perspectivas. Teorias como a dos padrões criminais Paul Brantingham e Patricia Brantingham, (1995), a econômica de Gary Becker (1968) e a da atividade de rotina Lawrence Cohen e Marcus Felson (1979) fornecem um conjunto de ferramentas que explicam como o criminoso decide realizar o delito e o motivo do crime ocorrer em determinado tempo e lugar.

A teoria da atividade de rotina destaca que o crime é composto por um cenário em que se observa a convergência entre um criminoso motivado, uma vítima em potencial e a ausência de segurança (Cohen e Felson, 1979). Os autores discorrem que a ideia de que na ausência de controles efetivos, "os infratores serão predadores sobre alvos atraentes". Essa é uma abordagem que permeia essa literatura. Os autores definem alguns requisitos necessários para a prática do crime: o ofensor/agressor motivado, que é o indivíduo intencionado; a vítima ou alvo disponível, sendo a pessoa ou o objeto a ser delinquido; e os guardiões[16] que são pessoas ou objetos cuja presença interfere na ocorrência do crime quando na medida em que aumenta probabilidade de fracasso do ofensor.

[15]Ou em qualquer outra dimensão isolada de combate ao crime.
[16]Peixoto, Andrade e Moro (2007) argumentam que os guardiões podem ser de dois tipos: os formais, que seriam a polícia; e os informais que seriam os cidadãos comuns, como vizinhos, parentes, amigos. Não se faz julgamentos neste trabalho julgamentos de padrões de conduta da polícia.

Figura 2.1: Teoria da atividade de rotina

Fonte: Adaptado de Rabelo (2010)

Essa teoria fornece uma visão específica para analisar o fenômeno da criminalidade. A ideia principal é que sem mecanismos efetivos de combate ao crime, abre-se uma lacuna para que o evento criminoso possa ocorrer. Ou seja, sem a figura do "guardião" discutida por Cohen e Felson (1979), indivíduos delinquentes podem cometer atos delituosos contra as vítimas que eles julgarem como suscetíveis ao crime. Nesse contexto, o espaço passa adquirir relevância na análise na medida em que, caso o alvo em potencial não esteja no mesmo lugar do potencial infrator, a prática de delitos terá uma baixa chance de ocorrer. Essas probabilidades serão menores quando um guardião estiver presente. Dessa forma, de acordo com essa teoria, compreender como esses elementos interagem no espaço é fundamental para analisar o crime. A Figura 2.1 sintetiza tal teoria.

Por outro lado, a teoria dos padrões criminais analisa a distribuição dos crimes no espaço através da interação entre fatores ambientais e o comportamento dos possíveis ofensores e vítimas. Brantingham e Brantingham (1995) enfatizam que o criminoso age racionalmente e quando inseridos em suas atividades de rotina analisa os lugares que oferecem condições ideais para a prática do delito, sem a presença de segurança e com presença de potenciais vítimas (Neves-Jr., 2014).

A teoria de Brantingham e Brantingham (1995) é fundamentada no pressuposto deque algumas pessoas são criminalmente mais motivadas do que outras, e foca mais na investigação dos locais em que ocorreu o crime ao invés de questões como as origens da motivação criminal dos indivíduos. Quer dizer, não estão interessados em saber por que existem criminosos, estão focados apenas na lógica do ato criminoso. Essa é uma teoria que combina as abordagens da escolha racional Gary Becker, (1968) e da atividade rotineira Cohen e Felson (1979) para explorar a relevância do local nos padrões geográficos e

temporais do crime. Tal perspectiva do estudo do crime caracteriza o que se denomina de "Criminologia Ambiental" e seus defensores argumentam que os eventos criminais são altamente concentrados em endereços específicos ou em áreas pequenas. De acordo com Paul e Patricia Brantingham (2011), idealizadores da Teoria do Padrão Criminal, os crimes ocorrem dentro de um contexto criado pela forma urbana,

> "The urban settings that create crime and fear are human constructions, the by product of the environments we build to support the requirements of everyday life: homes and residential neighbourhoods; shops and offices; factories and warehouses; government buildings; parks and recreational sites; sports stadia and theaters; transport systems, bus stops, roadways and parking garages. The ways in which we assemble these large building blocks of routine activity into the urban backcloth can have enormous impact on our fear levels and on the quantities, types and timing of the crimes we suffer." (Brantingham e Brantingham, 1995: p.23).

Contudo, esse contexto é mutável, pois a cidade possui um ritmo e uma dinamicidade própria que se transforma ao longo do dia. De acordo com Cavalcanti (2013): "a cidade durante o dia é diferente da cidade durante a noite; áreas de entretenimento dormem durante o dia e ganham vida à noite (...); áreas comerciais têm períodos de alta e baixa, assim como áreas mais residenciais têm um tempo de silêncio durante o dia".

Paul Brantingham e Patricia Brantingham (1998) defendem o pressuposto de que o agente do crime, doravante "delinquente", realiza uma análise das características ambientais das zonas/regiões a procura de vítimas. Os criminologistas utilizam o pressuposto que delinquentes encontram alvos no curso de suas rotinas diárias. Estudar as rotinas torna possível detectar padrões de criminalidade em muito locais. Moradores podem saber que é razoavelmente seguro para caminhar por uma rua, mas não para descer por outra. A teoria do padrão do crime contribui para compreender tal fenômeno e mapear a ocorrência do crime no espaço. Para melhor entendimento desta teoria, K. Rossmo (2000) construiu um diagrama que exemplifica a teoria dos padrões criminais de Brathingam e Brathingam.

A Figura 2.2 mostra a atividade de um infrator dentro de diversos locais da região (residência, trabalho, recreação, e as rotas de viagem entre eles). Há dois espaços geográficos qualitativamente diferentes definidos: os nós e os caminhos. O primeiro trata dos espaços geográficos onde há a concentração da maioria das atividades como a casa, o trabalho, a residência de amigos e espaços de recreação. O segundo diz respeito aos caminhos de um nó para outro, como ruas e calçadas. Os caminhos serão determinantes para a formulação de áreas para potenciais crimes, uma vez que os delinquentes detectam locais oportunos para realizar seus atos criminosos.

Figura 2.2: Teoria dos padrões criminais

Fonte: Adaptado de K. Rosmo (2000)

Se o infrator encontra uma potencial vítima em uma área-alvo, existirão altas chances de o crime ocorrer. Essas situações são representadas na figura pelas cruzes. Note que são áreas geralmente localizadas dentro do percurso entre os lugares de residência, trabalho e lazer. Perceba ainda que neste exemplo não há crimes no entorno do local de trabalho do alvo, porque não existem oportunidades de crime atrativas. Possivelmente, existem muitos guardiões próximos as regiões de trabalho dos indivíduos. Além disso, existem duas áreas-alvo em que não existem crimes. Isso ocorre porque o criminoso não tem conhecimento desses lugares, ou seja, não está inserido em sua rotina.

Adicionalmente, a teoria dos padrões criminais de Brantingham e Brantingham (1995) mostra que os lugares urbanos podem atrair ou gerar o crime. Os autores discorrem que locais que geram o crime possuem uma grande quantidade de indivíduos que não têm a intenção de cometer o ato necessariamente, mas que por apresentar características situacionais específicas essas áreas são ideais para acontecer eventos desviantes[17]. Para os autores:

> "Crime generators are particular areas to which large numbers of people are attracted for reasons unrelated to any particular level of criminal motivation they might have or to any particular crime they might end up committing. (...) Major travel nodes, where many different travel paths and transit modes converge or intersect, can form crime generators. Bus interchanges, transit system stops, massive 'park and ride' parking lots can all become crime generators because of the volumes of people that pass through them." (Brantingham e Brantingham, 1995, p. 7)

[17]Exemplos de geradores de crime são os shoppings, os bairros que propiciam várias atividades de entretenimento e lazer, os grandes projetos populares habitacionais, os estádios desportivos, as grandes escolas, e parques. Geradores de crime podem, portanto fornecer oportunidades para que ofensores e vítimas encontrem-se no mesmo tempo e espaço (Rabelo, 2010)

Assim, embora o indivíduo não tenha ido para a região com intuito de cometer o ato criminoso, a grande concentração de pessoas pode favorecer a ocorrência do crime[18]. Desse modo, ao perceber a oportunidade de obter ganhos através de suas vítimas, o criminoso termina por cometer o ato ilícito (Neves-Jr. *et al*, 2014).

Por outro lado, locais que atraem o crime são áreas em que claramente o indivíduo vai com intenção de cometer o ato criminoso, pois tal espaço apresenta uma grande oportunidade para obtenção "sucesso" para o delinquente, e criam oportunidades para ofensores motivados cometerem crime. Nesse sentido, indivíduos com intenção de cometer crime sentem-se atraídos para esses locais[19]. Na visão de Brantingham e Brantingham (1995):

> "Crime attractors are particular places, areas, neighbourhoods, districts which create well-known criminal opportunities to which strongly motivated, intending criminal offenders are attracted because of the known opportunities for particular types of crime. (...) The intending offender goes to red-light districts looking to solicit an act of prostitution; or, in the case of serial offenders, looking for a victim. The intending offender is drawn to a drug market area to deal in drugs". (Brantingham e Brantingham, 1995: p. 8)

Esses locais são marcados como espaços onde o crime possui grandes chances de acontecer. Destaca-se ainda que as regiões podem ser mistas, ou seja, pode atrair e gerar o crime simultaneamente. Dessa forma, a teoria do padrão criminal de Brantingham e Brantingham vem contribuir para a explicação dos padrões de mobilidade de alvos e ofensores dentro do cenário urbano. Essa mobilidade, por sua vez, pode variar de acordo com o crime e o local onde ele acontece.

No tocante às teorias que analisam as principais correntes do desenho urbano contemporâneo, que surgiu a partir das reações ao urbanismo e do planejamento urbano moderno[20] a partir da década de 1960, destaca-se a linha comportamental que confere ao espaço físico características específicas que induzem a determinados tipos de reação. Os principais expoentes dessa corrente são Oscar Newman e Jane Jacobs.

Jane Jacobs (1961) chamou a atenção para a destruição da diversidade urbana que os projetos urbanos modernistas ocasionaram, sendo considerada a maior crítica à arquitetura moderna, da criação de espaços zoneados e das cidades sem cidadãos. A autora entende que

---

[18] A visão da Jane Jacobs é que lugares muito movimentados são mais seguros e não o contrário. Essas divergências teóricas são exploradas ao longo do estudo. Por exemplo, pode ser que dependendo do tipo de crime, uma versão seja mais aderente do que outra. Além disso, seria a visão de Jacobs aplicáveis a todas as regiões? Seria a visão de Brantingham e Brantingham mais adequada? Essas são questões que serão discutidas ao longo da dissertação.

[19] Exemplos de locais que atraem o crime são: as vizinhanças dos mercados de drogas e áreas de prostituição, e os grandes estacionamentos em áreas comerciais industriais que oferecem pouca vigilância formal e informal.

[20] O Planejamento urbano moderno, produzido durante grande parte do século XX (especialmente os períodos entre as décadas de 20 e 60), defendia a combinação de altas densidades, especialmente nas áreas centrais, com grandes áreas verdes, mediante a construção em larga escala. Dessa forma, seria possível alcançar altas densidades ao mesmo tempo em que haveria maior quantidade de áreas livres para o desempenho de atividades públicas e para a circulação de veículos e pedestres.

o urbanismo moderno, com seus zoneamentos anti-diversidade vão gerar cidades sem cidadãos. Mais uma vez retornamos ao seu pensamento para fundamentar os argumentos teóricos levantados nessa dissertação. Segundo Jacobs, a diversidade[21] é essencial para a vida urbana e a sua destruição ocasionaria a 'morte' das cidades, pois a diversidade: (i) aumentava a segurança das ruas, pois a presença permanente de um grande número de pessoas num local aumenta a sua vigilância 'comunitária'; (ii) ocasionava a otimização do uso da infraestrutura, pois as diferentes atividades realizadas propicia o uso 24 horas dessa infraestrutura.

Jane Jacobs (1961) defendeu a ideia que bairros com maior vitalidade e movimentação de moradores teriam um perfil de maior segurança. Segundo a visão da pensadora do urbano, a presença da diversidade de uso do ambiente iria contribuir para gerar um senso de urbanidade, de identidade dos indivíduos com sua localidade, e com isso promover uma maior segurança. A ideia é que devido a não variedade de usos, existem locais que, em determinados horários, as ruas tornam-se desertas e monótonas fazendo com que os habitantes, por falta de segurança, tenham receio de frequentar.

A autora defende a criação de ambientes abertos, permeáveis e mistos de consumo, percebendo a importância das conexões visuais nas edificações, possibilitando a vigilância natural dos espaços. Além disso, a autora questiona os princípios das políticas de reurbanização e sua relação com questões socioeconômicas. Jacobs faz críticas contundentes em relação à função, uso e ocupação do solo em projetos urbanos modernos, atrelado à infraestrutura, que não valoriza a escala humana, com um crescimento urbano indiferente às necessidades de cunho social (Gavazza, 2013).

Por outro lado, a teoria do espaço defensável de Oscar Newman (1972) descreve que ao modificar as características espaciais, como por exemplo, elevar o tamanho dos muros das construções ou a implantar câmeras de vigilância, pode-se gerar ambientes enclausurados, que por sua vez são considerados "seguros" [22]. Na abordagem da teoria desenvolvida por Newman (1972), os atos criminosos ocorrem a partir de três elementos básicos que se combinam no tempo e espaço: o criminoso, a vítima e a ausência de dissuasão. Essa é a mesma noção defendida por Cohen e Felson (1979). Partindo de pesquisas realizadas junto aos conjuntos residenciais com alta incidência de criminalidade, Oscar Newman postula três

[21]As condições para se obter a diversidade são: (i) presença de atividades principais combinadas – usos residencial, comercial e de serviços; (ii) quadras pequenas – um número maior de ruas e esquinas que são essenciais para o comércio; (iii) variedade da idade dos edifícios – edifícios antigos possibilitam a presença de atividades econômicas mais simples em função de seus aluguéis baixos; (iv) grande densidade populacional – uma grande concentração de pessoas viabiliza a presença das diversas atividades. (Jane Jacobs, 1961: p. 102)

[22]Percebe-se que tais alterações no espaço potencializam o deslocamento do criminoso de determinadas áreas para outras. Na verdade, ocorre um processo de migração da violência no espaço das cidades (Ceccato e Uittenbogaard, 2014).

causas para as "condutas antissociais": (i) o anonimato dos moradores, devido ao tamanho do conjunto residencial; (ii) falta de vigilância; (iii) a inexistência de rotas propostas pelo desenho urbano. As sugestões de intervenção urbanística se concentram em definir claramente os domínios públicos e privados, tendo em mente que a vigilância se condiciona na clareza e visibilidade.

O arquiteto define a noção de *Espaço Defensável* como o local físico cuja posse foi tomada por um indivíduo e que ele mesmo o defende. Sepúlveda (1999) discute a relação entre espaço e os moradores, de tal forma que o residente possui um papel de gestor ativo na defesa de seu território. As ações dos moradores, que por sua vez, resultam na repartição de espaços e criação de fronteiras, provocam uma separação entre os espaços.

Segundo Newman, para se conseguir o espaço defensável era necessário as seguintes características: (i) territorialidade - a ideia de que o lar de cada um é sagrado; (ii) vigilância natural - a ligação entre as características físicas de uma área e a capacidade dos moradores de ver o que acontece; (iii) imagem - a capacidade do projeto físico dar uma sensação de segurança; (iv) milieu - outras características que podem afetar a segurança, tal como a proximidade um posto policial ou de uma área comercial movimentada.

O desenvolvimento da teoria dos espaços defensáveis teve como precursora as ideias discutidas a partir da teoria situacional de Jeffery (1971), que foi sintetizada no livro *Crime Prevention Through Enviroment Desing* (CPTED). A aproximação entre ambos os trabalhos consiste no mesmo pensamento da chamada "teoria da oportunidade", que mostra a importância de três pilares para reflexão sobre segurança: a figura do delinquente, a vítima e a situação. Além disso, existe a ideia de que os delitos ocorrem em locais distintos devido ao simples fato de que as características ambientais que geram um conjunto de oportunidades para a ocorrência do crime variam entre as regiões. Como as características do ambiente, e consequentemente, as oportunidades oferecidas variam entre as áreas é de se esperar alterações também nas suas respectivas taxas de homicídios.

Essa abordagem dispõe de ferramentas que se baseiam em quatro princípios: controle natural dos acessos, vigilância natural, manutenção dos espaços urbanos (limpeza jardinagem e manutenção geral dos espaços), reforço territorial (afeto que o morador desenvolve pelo espaço que o circunda). Por outro lado, uma das diferenças entre os trabalhos de Newman e Jeffery é o peso que ambos atribuem ao "social".

Newman argumenta que as estratégias de vigilância são basicamente uma responsabilidade dos moradores, de tal forma que o componente social assume o papel central na discussão. Evidencia-se que o envolvimento dos residentes no processo de

proteção do local é essencial, de modo que a mobilização das comunidades é uma parte chave em qualquer proposta de intervenção urbana. De fato, um dos fatores diferenciais entre a Teoria dos Espaços Defensáveis e a Teoria Situacional, é exatamente a ênfase dada aos aspectos vinculados a estrutura social dos moradores, como composição familiar, antecedentes históricos do surgimento do bairro, relações de vizinhança, nível de desemprego, grau de pobreza, escolaridade e condições sanitárias (Maria Julieta Souza e Campans, 2011).

Outra importante teoria a ser discutida no presente trabalho é a Teoria das Janelas Quebradas ou "Broken Window", defendida por James Q. Wilson e George Kelling (1982). Os autores constroem o seu argumento baseados em um experimento desenvolvido pelo psicólogo Philip Zimbardo, da Universidade de Stanford. Nesse experimento, dois automóveis foram abandonados em duas regiões com características sociais distintas na cidade de Nova York, a saber, no bairro do Bronx, região menos favorecida, e no bairro de Palo Alto, área de classe social elevada.

O experimento revelou que o carro no Bronx foi atacado por vândalos apenas após 10 minutos de seu abandono. Dentro de período de 24 horas, tudo de valor foi retirado, seguido de uma destruição aleatória total do veículo. Por outro lado, durante a primeira semana do teste, o automóvel deixado em Palo Alto não foi danificado. Porém, após o pesquisador, por iniciativa própria, quebrar uma das janelas, em poucas horas, o carro foi completamente destroçado e roubado por grupos vândalos. Fundamentados nessas evidências, Wilson e Kelling (1982: p.9) argumentam que "o vandalismo pode ocorrer em qualquer lugar uma vez que os obstáculos comuns - o sentido de respeito mútuo e as obrigações de civilidade - são reduzidos pelas ações que parecem sinalizar que ninguém se importa".

Dessa forma, a teoria das janelas quebradas afirma que regiões abandonadas ou ainda caracterizadas com desordem funcionam como uma espécie de estimulante para o comportamento delinquente e o crime. Dito de outra forma, em regiões em que a coesão social é falha existe um risco significativamente maior para a criminalidade ocorra. Essa ideia se relaciona diretamente com a questão do medo do crime, pois elementos como desordem social contribui para elevar da sensação de insegurança e a ocorrência do crime nas regiões.

De modo geral, a teoria das janelas quebradas destaca a importância que fatores como de desordem social, sinais de decadência urbana e deterioração física exercem no aumento da sensação de medo dos moradores locais e, consequentemente, no aumento dos

crimes, como atos de vandalismo e delinquência juvenil. A decadência urbana e a deterioração física podem contribuir para a ocorrência do crime, de tal forma que locais mal iluminados, edifícios abandonados, pichações, lixo pelas ruas ou falta de pavimentação potencializam as chances de ocorrência do evento criminoso. Por fim, vale destacar que essa teoria inspirou os gestores públicos em Nova York e contribuiu para formular uma política austera de segurança pública de combate ao crime.

3 – CARACTERIZAÇÕES HISTÓRICA E URBANA DO LARGO DA BATATA E DO LARGO DA NOSSA SENHORA DO Ó

Este capítulo objetiva realizar um estudo profundo sobre as regiões de pesquisa através de estudos históricos e urbanos. A ideia é conduzir uma análise sobre a formação das regiões do Largo da Batata, localizado no Bairro de Pinheiros e do Largo Nossa Senhora do Ó, região da Freguesia do Ó, buscando assim avaliar características importantes para o desenvolvimento desta dissertação.

3.1 – ANÁLISE HISTÓRICA DAS REGIÕES DO LARGO DA BATATA E LARGO NOSSA SENHORA DO Ó

3.1.1 – O Largo da Batata

O Largo da Batata é um logradouro localizado na cidade de São Paulo, situado na Av. Brigadeiro Faria Lima e entre as ruas Teodoro Sampaio e Cardeal Arcoverde, no bairro de Pinheiros. Essa região enfrentou diversos problemas urbanos após modificações urbanísticas ocorridas no bairro. De modo geral, a partir da análise urbana, é possível perceber a existência de uma diversidade arquitetônica e de usos ímpar na área que, por sua vez, possui grande aderência com as ideias que a autora Jane Jacobs (1979) defende em seus estudos sobre a diversidade urbana.

Segundo Antonio Barreto do Amaral (1969), o bairro de Pinheiros de destacava pela sua localização geográfica, e se relacionava diretamente com o setor comercial. Segundo o autor, no passado, o bairro estava inserido em uma zona importante para os viajantes e comerciantes da cidade de São Paulo, pois a região oferecia oportunidade de conexão com as demais áreas da urbe. Nessa dinâmica, Eudes Campos (2006) chama atenção para a relação entre o bairro de Pinheiros e a sua proximidade com os rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí. De acordo com Campos (2006), desde o processo de formação de Pinheiros, a característica da região como referência para o fluxo de pessoas era reforçado pela presença de tais rios. Eles possibilitaram a formação de uma região tipicamente comercial, centralizando a presença de indivíduos e da atividade econômica.

A região de Pinheiros (e o Largo da Batata em particular) foi e ainda é uma zona muito representativa para a cidade de São Paulo. Por outro lado, Pasquale Petrone (1963)

menciona que diversos fatos contribuíram para transformar a região de Pinheiros de um simples vilarejo para uma bairro em que o comércio e a presença de moradias ganham destaque. Petrone (1963) afirma que houve um processo de expansão de áreas residenciais na região, contudo sem perder as características funcionais da circulação.

Em 10 de agosto de 1910 foi inaugurado o Mercado de Pinheiros ou "Mercado dos Caipiras" (ver Figura 3.1). Segundo Luiza Prado (2014), um antigo morador do bairro, cujo nome é Pedro Cristi do Nascimento, fez a doação do terreno para a construção do Mercado de Pinheiros, com a condição de que o estabelecimento fosse destinado para o uso exclusivo de venda de produtos agrícolas, e que o mesmo nunca fosse removido daquele lugar. Caso tal aspecto fosse descumprido, o terreno seria convertido para seus herdeiros legais.

Figura 3.1: Mercado de Pinheiros, década de1920

Fonte: Jornal " A Gazeta de Pinheiros".

Desde 1920, a região do mercado ficou conhecida como Largo da Batata, pois concentrava um grande número de vendedores de batatas, de tal forma que o nome do Largo foi oficializado em 7 de julho de 2012, pela Lei nº 15.615/2012. A partir da inauguração do mercado, o bairro de Pinheiros começou a constituir um nó espacial importante na cidade de São Paulo. Segundo Prado (2014), o comércio da região está associado com a viabilização de um grande fluxo de produtos e pessoas que, por sua vez, potencializou o seu crescimento. Rapidamente, o mercado passou a ser o símbolo de uma nova centralidade para o bairro. Com a nova dinâmica da região e o crescimento do comércio local nasceram as casas comerciais e as cooperativas agrícolas. Na Figura 3.2 é possível visualizar uma dessas cooperativas, que apesar do nome Cotia, se localizava no Largo da Batata, dado que os produtores tinham origem naquela cidade.

Figura 3.2: Cooperativa agrícola, década de 1920

Fonte: Jornal " A Gazeta de Pinheiros".

Segundo Eber Brás Reale (1982), com a construção de residências junto ao comércio, o bairro sofreu uma modificação no que tange a sua função urbana: passou a agregar um papel de uso misto. Pasquale Petrone (1963) afirma que nos anos de 1920 a região de Pinheiros ainda era um núcleo isolado com poucas moradias, com no máximo 200 casas. Mas, com o avanço econômico e urbano, o bairro passou a sofrer alterações urbanas constantes.

Prado (2014) discorre que arruamentos e estruturas urbanas tornaram-se mais definidos a partir da construção do mercado. Isso ocorreu, pois o Mercado impulsionou a concentração de pessoas ao seu redor, incluindo a construção de novas moradias. A expansão urbana avançou no sentido Sudoeste, com a formação do Bairro do Butantã e a ampliação do bairro de Pinheiros.

Segundo Reale (1982), diversas chácaras da época, como a "Chácara da Água Branca e dos Pinheiros" e o "Sítio Rio Verde", sofreram modificações urbanas ao se tornarem ruas e loteamentos de função residencial. Estes lotes foram melhor definidos onde, hoje, corresponde ao início da Rua Teodoro Sampaio. De fato, o bairro de Pinheiros passou por um forte processo de urbanização entre os anos de 1915 e 1929. Com o crescimento e o desenvolvimento econômico, a região tornou-se uma zona de grande importância para o poder público e para a cidade. Amaral (1969) discorre que no século XX esse tecido urbano passou por grandes modificações.

> "O alvorecer do século XX marca o início da evolução, progresso lento, mas constante, e tem sua máxima expansão a partir de 1930, quando começa a se integrar nas áreas residenciais ao sul do espigão do planalto, em virtude do aumento populacional dos bairros dessa natureza". (Amaral, 1969)

Amaral (1969) discorre que o setor público começou a realizar diversos investimentos após perceber o crescimento demográfico intenso e as demandas urbanas desta zona em

formação. Em março de 1920, ocorreu a instalação da linha de bondes (ver Figura 3.3). Outras grandes obras foram realizadas na região, como por exemplo, a transferência da Sociedade Hípica Paulista para a Rua Teodoro Sampaio.

Figura 3.3: Largo de Pinheiros, 1920

Fonte: Reale (1982)

Petrone (1963) discorre que após as modificações urbanísticas, ocorreu uma intensa mobilidade populacional para a região de Pinheiros, o que aumentou ainda mais o valor da terra. Isso não passou despercebido pelo setor imobiliário, um *player* relevante que influencia diretamente a estrutura das cidades, tal qual como se conhece hoje em dia.

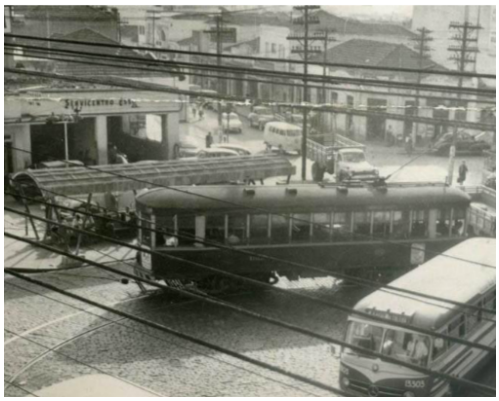
> "No conjunto, houve um processo de ocupação do espaço que se justifica em face da especulação imobiliária conjugada aos padrões de necessidades a satisfazer, por uma população predominantemente de classe média. Há ausência de praças e largos; os terrenos baldios residuais são poucos e não demorarão a serem edificados (...) há a construção de edifícios altos, que vêm modificar a forma de utilização do espaço (...) tem uma condição de área em contínua expansão (...) mas no Largo a função não é residencial (...) o bairro é ponto - chave intermediário, elo de articulação das áreas além - Rio Pinheiros com a parte central do aglomerado paulistano (…) corre a diminuição da influência do Mercado pinheirense, dada a concorrência que estabelece (..) a paisagem urbana é caracterizada pela densidade do casario, pelo pontilhado dos arranha - céus que começam a surgir, pela riqueza da vida comercial e especialmente pelo extraordinário movimento (...). (PETRONE, 1963, p.11).

Reale (1982) discorre que o processo de valorização do bairro esteve relacionado com o calçamento de ruas, a canalização dos córregos e o alargamento do Largo. Segundo o autor, no mesmo ano a prefeitura reconheceu o bairro como um subcentro localizado em uma zona mista.

O bairro estudado, como se pode perceber, sofreu uma diversidade de redefinições urbanísticas. Assim, uma linha temporal foi construída para aprofundar essa análise. A Figura 3.4 remete aos anos de 1960, ano em que o bairro apresentou um grande fluxo de transporte

público, concentrando cerca de 70 linhas de ônibus. Amaral (1969) discorre que a área de Pinheiros tornou-se um entroncamento de automóveis e de mobilidade urbana. Foi construído, então, o terminal integrado de ônibus (ver Figura 3.4). Com uma nova centralidade conferida ao bairro, houve um aumento da rede comercial e de moradia, que se tornou mais adensado. O discurso de melhoramento do bairro de Pinheiros, com as diversas transformações do tecido urbano, esteve associado com o crescimento populacional da região. A Figura 3.4 deixa claro o início deste adensamento urbano com os bondes.

Figura 3.4: Dinâmica urbana em Pinheiros, década de 1960



Fonte: Amaral (1969)

A Figura 2.5 retrata a nova realidade na vida urbana do bairro de Pinheiros, com grande movimentação de pessoas e automóveis na região. Devido ao grande fluxo de passageiros e também a construção do terminal, emergiu no bairro uma nova modalidade de comércio popular. Foi a partir de 1991 que o comércio popular teve uma ampliação no bairro, devido ao aumento da circulação de transeuntes e novos moradores na região.

Figura 3.5: Terminal de ônibus no Largo da Batata, 1991

Fonte: Folha de S. Paulo

Outras modificações urbanas também ocorreram na região, como por exemplo, a criação da Av. Faria Lima. Márcia Guedes (1988) discorre que ocorreram diversas desapropriações para a abertura desta Avenida, o que mais uma vez modificou o desenho urbano desta região.

> "A região do antigo mercado sumiu do mapa, engolida pelo traçado da Avenida Faria Lima aberta a partir de 1968 (ele ficava entre as Ruas Cardeal Arcoverde e a Teodoro Sampaio, exatamente onde está o asfalto da Faria Lima. O mercado novo, que funciona até hoje, é de 1971). A mesma Faria Lima modificou o que era conhecido como Largo da Batata, local que desde a década de 20 atraía produtores em busca de mercado". (GUEDES, 1988, p. 822)

Enquanto o bairro de Pinheiros avançava na estruturação da Av. Faria Lima, o Largo da Batata, que atravessava um processo de transformação que esvaziou sua urbanidade, passou por um processo de deterioração. O fato de deixar a região do Largo da Batata desprovida de melhorias urbanas contribuía para a construção de um discurso defendido pelas autoridades, em que novas intervenções sempre cabiam e eram plenamente justificadas. A lógica da conversão urbana é, então, justificada assim pelos poderes do Estado junto às empresas privadas. Segundo Prado (2014):

> "O Largo da Batata, repleto de significados, história e memória, transforma-se em objeto de interesse particular, em propriedade, em valor de troca. Dessa maneira, é fragmentado e implode. Pensamos assim que, se antes era um espaço residual, sem interesse para o grande capital, após essa intervenção, tornar-se-á menos que residual, inexistente, será engolido. A não ser que haja resistências a esse processo." (Prado, 2014: p. 52)

Reale (1982) e Rolnik (2000) abordaram a questão do discurso de valorização do espaço urbano degradado, que na maioria das vezes, gerava uma série de problemas urbanos e sociais. De fato, as diversas modificações ocorridas na região do bairro de Pinheiros quase sempre foram atreladas a dificuldades na sua implementação, como pode ser visto na Figura 3.6. O jornal "A Gazeta de Pinheiros" ao longo dos anos vem mostrando todo esse processo de reconstrução do bairro. Em um período curto de tempo a região teve seu desenho urbano e arquitetura modificados e moradores relocados. O jornal noticiou essa história ao longo das primeiras páginas em uma série de reportagens dos anos de 60 a 80. As imagens da Figura 3.6 se referem às notícias de modificação urbana do bairro. Pode-se observar pelas manchetes que diversos problemas ocorreram ao longo das intervenções do bairro.

Figura 3.6: Capas do jornal "A Gazeta de Pinheiros" anos de 1960, 1970 e 1980

Fonte: Jornal " A Gazeta de Pinheiros"

As manchetes mostram que os projetos urbanos implementados na região avançaram, mas que percalços surgiram o longo desse caminho. A Figura 3.7, que apresenta imagens do mesmo jornal, mas agora entre os anos de 1990 a 2010, mostram o avanço da construção da Av. Faria Lima, problemas referentes a construção da linha 4 amarela do metrô e indicam a decepção que ocorreu com o resultado final do projeto para a região do Largo da Batata.

Figura 3.7: Capas do jornal "A Gazeta de Pinheiros" anos 1990, 2000 e 2010

Fonte: Gazeta de Pinheiros.

3.1.2 – Largo Nossa Senhora do Ó

A Freguesia do Ó[23] é um dos bairros mais antigos da cidade de São Paulo, fundado nos anos de 1580 e que hoje abriga em torno de 61.377 mil habitantes[24]. Benedito Camargo

[23] Nessa altura era uma freguesia que não compunha a cidade propriamente. Essa se encontrava na colina histórica, distante alguns quilômetros e por lá permaneceu durante ainda três séculos.
[24] Dados retirados do http://www.portaldoo.com.br/historia/Figura/mvelha01.htm

(1978) discorre que, no início de sua fundação, esta área era caracterizada por ser uma região de dormitórios para viajantes que exploravam o ouro do Pico do Jaraguá. Contudo, esta forma de exploração foi aos poucos substituída por outras formas de lucro.

Segundo Camargo (1978), a Freguesia do Ó começou a se tornar um forte polo econômico agrário com plantações de cana-de-açúcar e outras culturas sendo assim classificada como "o cinturão verde da capital paulista". Com o crescimento da economia agrícola, a densidade populacional se intensificou ocorrendo uma evolução na questão urbana na região. Contudo a Freguesia[25] ainda não era considerada parte da cidade e sim uma zona agrícola.

Historiadores como Luiz Gonzaga da Silva Leme (1904) e Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (1980) discorrem sobre a fundação e crescimento da região e sobre novas técnicas agrícolas. Para Leme (1904), o bandeirante português Manuel Antônio Preto tem forte conexão com a fundação e renovação econômica e política da região. Marques (1980) discorre que, em 1575, Manuel Antônio Preto[26] assumiu as funções de Juiz na cidade de São Paulo, tornando-se proprietário de uma grande quantidade de terras que era localizada na região da Freguesia do Ó.

Leme (1904) discorre que o bandeirante intensificou a cultura do plantio de cana-de-açúcar e também introduziu na região a criação de gado, fortalecendo ainda mais a economia desta zona. Segundo o autor, documentos religiosos registram o pedido realizado por Manuel Preto e sua esposa, Aguenda Rodrigues, para a construção de uma capela, dado que não conseguiam cumprir suas obrigações religiosas na Vila de São Paulo, o verdadeiro centro urbano, uma vez que, precisariam se deslocar até a igreja da Sé.

Assim, no dia de 29 de Setembro de 1615 foi iniciada a construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Esperança ou da Expectação. Segundo Marques (1980), o Vaticano impôs algumas condições para a realização da construção da capela como: doação de terras, bens materiais, e a obrigatoriedade de manter e conservar a edificação. Logo, a construção desta igreja e as terras doadas dão inicio ao que hoje é o bairro do Largo Nossa Senhora do Ó.

Segundo dados da Arquidiocese de São Paulo (1996), no ano de 1796 foi inaugurada a igreja dedicada a Virgem do Ó, construída hoje onde se situa o Largo da Matriz Velha (ver Figura 3.8 (a)), e que se tornou paróquia através do alvará de constituição concedido pela Rainha de Portugal. Entretanto, em 1896 um incêndio destruiu a igreja.

---

[25]A denominação Freguesia Segundo dados da Secretaria de Urbanismo de Portugal é a menor divisão administrativa de uma região que em Portugal e no antigo Império Português, era semelhante à paróquia civil dos outros países.

[26] Segundo Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (1980), o bandeirante Manoel Antônio Preto –(considerado o fundador da Freguesia do Ó) - era dono de todo o lado à jusante do Rio Tiete (lado direito) - de Santana à Osasco.

Figura 3.8: Igreja dedicada a Nossa Senhora do Ó, de 1976 até os dias atuais

(a) Igreja dedicada a Virgem do Ó

(b) Igreja da Matriz Nossa senhora do Ó

(c) Local da antiga igreja dedicada a Virgem do Ó

Fontes: Acervo da paróquia Nossa Senhora do Ó. Elaboração própria.

A atual igreja Matriz foi construída próxima a anterior e inaugurada em 1901. Ela é cercada por uma diversidade de construções anteriores ao século XX (ver Figura 3.8 (b)). Na medida do possível, o entorno da antiga área igreja foi preservado. Apenas uma praça foi construída, como se pode ver na Figura 3.8 (c).

Segundo a prefeitura da cidade de São Paulo e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (Condephaat), o bairro guarda uma série de características de sua fundação como vegetação, edificações e o Largo da Matriz, que é palco de diversas festas tradicionais, como a Festa do Divino, o Assentamento da Cruz e a festa da nossa Senhora do Ó. Outro fato relevante é que o bairro da Freguesia do Ó já foi local de encontro de grandes nomes da cultura brasileira, tais como Vicente Celestino, Nelson Gonçalves e imortalizado em canções como as de Gilberto Gil[27] e Silvio Caldas.

De modo mais específico, o Largo da Velha Matriz, localizado entra a Av. Itaberaba com a Rua João Alves, sofreu sua primeira modificação após o incêndio da antiga igreja. Com a modificação do local da Igreja Matriz, a área onde antes ficava a antiga construção, hoje, é uma praça que serve de encontros para os moradores do bairro (ver Figura 3.9 (a) e (b)).

[27] Gilberto Gil estava referenciando o movimento punk rock que nasceu na Freguesia e seus arredores.

Marques (1980) discorre que com a morte de Manuel Antônio Preto suas terras foram divididas entre os seus herdeiros e tornaram-se chácaras e sítios. Assim, para o autor, a consolidação do bairro da Freguesia esteve associada com a doação das terras realizadas por Manuel Preto, a pedido da Igreja, e com a fragmentação de suas terras por seus herdeiros.

Figura 3.9: Praça do Largo da antiga Igreja Matriz

(a) Praça do Largo da Matriz (b) Equipamentos da praça

Fonte: Elaboração própria.

A Praça do Largo da antiga Igreja Matriz possui hoje equipamentos para exercícios físicos, além de itens como mesas de jogos (ver Figuras 3.9 (a) e (b)). Além disso, a população utiliza de modo intenso, e em diversos horários, as dependências da região. Dificilmente essa área encontra-se vazia. O Largo da Nova Matriz teve nos anos de 1901 uma reformulação no seu desenho urbano, com a modificação do prédio da Nova Igreja Matriz para o endereço atual. A construção estimulou de certa forma, a utilização da região com as diversas festividades religiosas, com a diversidade de bares e espaços para recreação que circundam a matriz (ver Figura 3.8 (b)).

Figura 3.10: Casa cultural, 2018

(a) Casa cultural Salvador Ligabue (b) Imagem de Salvador Ligabue

Fonte: Elaboração própria.

A casa cultural Salvador Ligabue (ver Figuras 3.10 (a) e (b)), localizada no Largo da

Matriz 215, também é um local de encontro de moradores e um espaço para realização de eventos diversos. Note que O Largo Nossa Senhora do Ó difere[28] do Largo da Batata por sua conservação e tradição no que se refere a preservação da história local e da arquitetura.

3.2 – ANÁLISE QUALITATIVA DO PERFIL ESPACIAL DAS REGIÕES

3.2.1 – Interface urbana

Este tópico tem o objetivo de realizar uma análise urbana das regiões, focando em observações arquitetônicas e geográficas, buscando assim compreender como as mudanças no desenho urbano podem favorecer e/ou diminuir os atos criminosos nas regiões dos Largos da Batata e da Nossa Senhora do Ó. Para isso, estudos de autores como Jane Jacobs (2000) e Jeff Speck (2016) são de extrema importância, pois ambos analisam a questão da atração das pessoas ao uso dos espaços públicos urbanos e lançam argumentos favoráveis a mistura social. Essas ideias são as protagonistas palpáveis da reativação, requalificação e integração da urbanidade.

Jeff Speck (2016) estrutura seu discurso debatendo como a cidade pode estabelecer parâmetros que justificam sua atratividade. Segundo o autor, a segurança, o conforto, a fluidez do transporte público e o florescimento do comércio são pontos fundamentais para que a cidade se encontre voltada para as pessoas. Speck (2016) discorre que a cidade torna-se confortável quando as paisagens que constituem a forma das ruas são equivalentes a uma "sala de estar ao ar livre", onde os transeuntes encontram condições adequadas para utilizar os diversos espaços urbanos. O arquiteto discute acerca do tema da total desconexão entre as formas físicas pensadas por urbanistas e de como é esquecido o encaixe das comunidades neste planejamento das cidades e da urbanidade.

Para Speck (2016), essa forma errônea[29] de se pensar o urbano provocou, por quatro décadas, um esquecimento de como se formular bons planos para vitalizar os espaços públicos. O urbanista discute que não ocorre um planejamento urbano de má qualidade e sim uma ausência de planejamento, ou melhor, uma tomada de decisões desconectadas de um planejamento[30] que deveria trazer a sociabilidade nos espaços urbanos e a não divisão social

[28]Para se fazer a análise urbana das edificações nas áreas de pesquisa foi realizado uma sistematização. Foram avaliados documentos das construções junto a secretaria de urbanismo de São Paulo e realizada uma análise técnica observando a formatação da arquitetura das construções que revelam o período de sua construção.
[29] Note que isso é mais que um erro, e não é algo apenas técnico.
[30] Um planejamento desconectado da urbanidade, que implica numa participação da comunidade no próprio planejamento.

no espaço urbano, tema discutido no primeiro capítulo por Flávio Villaça (2013) e Tereza Caldeira (2000) no Livro Cidade de Muros.

O arquiteto discorre que espaços abertos, com escassez de equipamentos urbanos de qualidade e com pouca ou nenhuma taxa de arborização tornam-se locais desagradáveis para o uso, originando assim uma desertificação e/ou diminuição do uso em partes específicas de áreas urbanas. Jane Jacobs (2000) discorre que a cidade precisa de espaços que ofereçam sociabilidade para as pessoas. Para a autora, o caminhar pela cidade consiste em uma série de critérios para o conforto dos usuários dos centros urbanos como: espaços com visibilidade, limpeza, segurança e condições para a movimentação. Contudo, isso é negligenciado por uma diversidade de programas de embelezamento e revitalização das cidades.

Renato T. de Saboya (2017) discorre que características da arquitetura e do desenho urbano podem produzir impactos negativos ao exercício da interação social. Segundo o autor, as formas urbanas (edificações e desenho das ruas) e também equipamentos nos espaços públicos incentivam a vitalidade e a apropriação dos espaços públicos. Contudo, o conceito entendido por Saboya (2017) como *sociabilidade*, que representa o movimento de pessoas e o potencial de interação nos espaços públicos, é passível de falhas associadas com a presença de zonas da cidade com único uso, comercial ou residencial. Esses são alguns elementos que comprometem a interação e a vitalidade urbana.

Diversos estudos sobre a forma urbana fornecem abordagens diversas, mas com respostas análogas no que tange o entendimento de como as edificações e o desenho das ruas favorece a intensidade de uso e a apropriação dos espaços. Saboya (2017) discorre que aspectos da morfologia urbana tem a capacidade de promover a intensificação do uso urbano. Em linhas gerais, o autor defende que quanto maior densidade de atividades e de pessoas em uma zona da cidade maior tende a ser a interação social.

Outro ponto discutido por Saboya (2017) e autores como Hillier e Lida (1995) é a questão da movimentação urbana. A acessibilidade[31] é um fundamento relevante para o uso da urbe e a forma das vias urbanas pode contribuir para melhorar a dinâmica urbana. Hillier e Lida (1995) discorrem que a malha viária pode atrair um número grande de transeuntes, fazendo com que os espaços públicos se tornem mais frequentados. Segundo os autores, as distâncias entre zonas da cidade são classificados como linhas, que se entrelaçam formando teias viárias caracterizadas por uma série de caminhos. Assim, as distâncias entre zonas da cidade podem ser diminuídas por entrelaçamentos de ruas possibilitando, assim, aberturas e

[31] Caracteriza-se pela localização, proximidades e distâncias a serem percorridas. Associa-se a proximidade entre pessoa e lugar em relação a outras pessoas e lugares. (BATTY, 2009: p. 89)

novas opções de acesso aos usuários da urbe.

Portanto, se uma região da cidade possui barreiras referentes a questão da acessibilidade, os atrativos àquela zona tornam-se mais difíceis de serem compartilhados com a sociedade, provocando, assim, o pouco uso destes espaços. Assim, regiões que oferecem ao cidadão opções de chegar aos locais distintos da cidade, criando melhores condições de mobilidade através, por exemplo, do entrelaçamento da malha urbana são áreas que oferecem melhor estimulo ao dinamismo urbano. Saboya (2017) usa o conceito de "olhos da rua" para descrever uma combinação de pontos que reforçam o uso de espaços da urbe por pedestres.

3.2.1.1 – Interface urbana no Largo da Batata

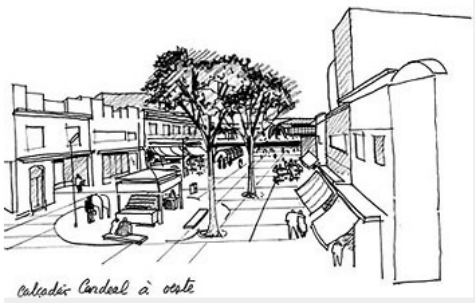
A intervenção na Avenida Faria Lima resultou numa série de questões e insatisfações referentes às ações realizadas no bairro. Os planos de modificação urbana na região iniciaram nos anos de 1960 com o discurso de promover a revitalização para os moradores e usuários. Contudo, sabe-se que esse processo ocorreu em benefício de um grupo social específico. O arquiteto Tito Lívio, responsável pelas propostas de reformulação do Largo da Batata argumenta, em entrevista concedida ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) no ano de 2000, que em seu plano original alguns itens de extrema relevância para o uso social foram esquecidos pelo poder público.

O projeto do arquiteto, de fato, apresentou propostas para potencializar a diversidade de equipamentos urbanos, que, por sua vez poderia aumentar a vitalidade do Largo. Destacam-se a construção de um palco para shows, coreto para apresentações diversas, espaço para feiras de artesanato, espaço reservado para bancas de jornal, bancos de praça e quiosques para alimentação, conjunto de postos de atendimento diversos a população e um diverso plantio de árvores na região. Segue abaixo um trecho do memorial descritivo realizado pelo arquiteto responsável pela proposta urbana do bairro.

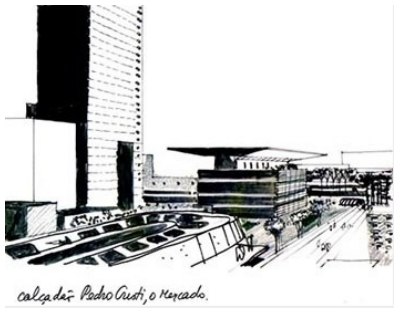
> "A melhoria da acessibilidade, a execução de calçadões nas ruas Cardeal Arcoverde (oeste), Martim Carrasco, Guaicui e Campo Alegre assim como de mobiliário urbano apropriado. Deverá ser promovida sua integração como continuidade natural do setor comercial à leste da Av. Faria Lima possibilitando sua sobrevivência. Num exercício de futurologia imagina-se ali características de "núcleo histórico", com possibilidades de desenvolvimento de lazer urbano e vida noturna. O adensamento de toda a área definida por seu perímetro tanto na indireta quanto na diretamente beneficiada. A julgar pelo estágio atual da operação os usos mais frequentes serão o habitacional e escritórios, respectivamente. Na área-foco, em especial no entorno do novo largo com a redefinição dos padrões urbanísticos é desejável a fixação de gabarito intermediário e uniforme mesmo sem perda de potencial o que é possível com a ampliação da taxa de ocupação." (Tito Lívio, 2000)

Após realizar a leitura do material fornecido pelo CAU, com plantas e croquis do arquiteto responsável pela proposta da reurbanização da região do Largo da Batata fica evidente que ocorreram negligências e alterações fundamentais na execução do projeto do arquiteto na região. A Figuras 3.11 mostra alguns desenhos realizados pelo arquiteto Tito Lívio para mostrar como seu projeto deveria ser implementado.

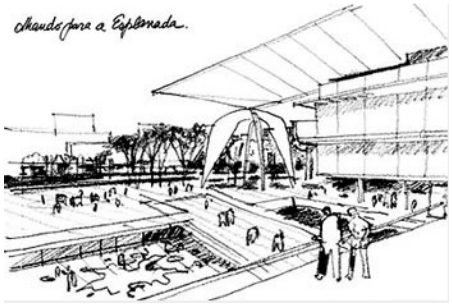
Figura 3.11: Esboço do projeto do Largo da Batata pelo arquiteto Tito Lívio



(a) Rascunho de projeto da Rua Cardeal.



(b) Rascunho de projeto Rua Pedro Cristi.



(c) Rascunho do projeto do Largo da batata.

Fonte: Vitruvius (2010)

Assim, pode-se notar que segundo a proposta original do projeto do Largo da Batata não era destinado a tornar-se uma zona exclusiva de passagem e sim uma zona mista de usos para a população local e de toda região metropolitana. A atual situação do Largo da Batata difere por completo do planejamento idealizado pelo arquiteto. As zonas de convivência pensadas pelo projeto original tornaram-se espaços com um enorme vazio. Nessas áreas sem utilização definida ocorreu uma apropriação do uso pelos populares, como constatado na Figura 3.10.

Figura 3.12: Largo da Batata e populares

(a) Área de recreação criada por populares

(b) Movimento "A batata precisa de você"

Fonte: Revista Veja On-line, publicado em 12/12/2014.

Para manter a urbanidade e o uso da região um grande número de movimentos como "A batata precisa de você", o "BatataMemo" realizam uma série de ações para que o espaço do Largo da Batata seja utilizado por populares, com a promoção de eventos diversos. O resultado das atividades desses coletivos é a reconstrução social do local pela utilização do espaço com atividades de práticas de culturais, realização de shows e até eventos políticos para reativar a utilização desta zona urbana por pessoas. A Figura 3.13 mostra como a região esta sendo reocupada nos finais de semana pelos moradores.

Figura 3.13: Zonas de recreação no Largo da Batata

(a) Área de recreação Largo da Batata

(b) Corredor com lojas, bares e restaurantes.

Fonte: Elaboração própria.

Críticas também podem realizadas em relação a mobilidade da região, algo que deveria ser um ponto positivo, pois há um grande número pontos de ônibus. Contudo, isso representa um dos grandes problemas do bairro, pois a localização das estações de embarque e desembarque de passageiros se localizam em áreas com condições precárias e de má iluminação. Algumas regiões apresentam total falta de manutenção não só pública, mas também por parte de populares. Isso traz a tona teorias como a de Wilson e James (1988) e Saboya (2017), pois com as condições irregulares de infraestrutura urbana que o bairro se encontra, é visível o abandono. A Figura 3.14 mostra vários problemas existentes em ruas

como a Teodoro Sampaio (Figura 3.14 (a)), Cardeal Arco Verde (Figura 3.14 (c) e (d)), Cláudio Soares (Figura 3.14 (b)) e Ferrão Dias (Figura 3.14 (e)): existem más condições de limpeza, pichação, e falta de conservação.

A falta de manutenção dos espaços do bairro contribui para que determinadas zonas do bairro tornem-se desertas e sem uso. A Figura 2.14 exemplifica o problema discutido. A Rua Fernão Dias, localizada em um eixo principal da Av. Faria Lima, encontra-se em condições de uso insatisfatório para moradores e pedestres tornando essa região um local de pouca mobilidade para pedestres. Soma-se a isso a importância que foi dada para o viário e, como a automobilização é avassaladora e agressiva.

Figura 3.14: Rua dos arredores do Largo da Batata

(a) Lixo no chão

(b) Prédios pichados e abandonados

(c) Imóveis sem conservação

(d) Pichações e falta de permeabilidade

(e) Falta de conservação
Fonte: Elaboração própria.

Outra questão discutida por autores como Jacobs (2000), Speck (2016) e Saboya

(2017) se refere a pouca permeabilidade[32]. O número de cabos de alta tensão e árvores em frentes as edificações diminui a visualização dos moradores dos edifícios com os pedestres. Assim a teoria dos "olhos da rua" de Jacobs (2000) é reforçada em um contexto em que existem ruas com pouca iluminação e sem podas nas árvores. Na Figura 3.15 podem-se observar tais nuances que diminuem como discorrido por Saboya (2017), a visão ou permeabilidade visual das ruas.

Figura 3.15: Exemplos de edificações depredadas, com segurança reforçada e pouca visibilidade da rua

(a) Pichações (b) Depredação de imóveis (c) Falta de permeabilidade.

Fonte: Elaboração própria.

A visualização das ruas ou permeabilidade também é prejudicada pela quantidade de carros que ocupam as vias de acesso. A Rua Guaiacui (ver Figura 3.16) é uma região com grande fluxo de pessoas e abriga grande número de bares e restaurantes. Mesmo com a grande movimentação de pessoas nesta região, percebe-se que grande parte das edificações comerciais possuem equipamentos de fortificação da segurança, como grades. Esta área é de intensa movimentação de pessoas, em especial nas noites de sexta-feira e fins de semana, o que eventualmente pode se relacionar com o crime. Já os arredores da Rua Guaiacui são locais que podem atrair o crime devido à falta de iluminação pública ou a pouca permeabilidade da rua.

[32] Como já definido no capítulo 3, permeabilidade se caracteriza, em essência, pela conexão visual dos moradores com a rua.

Figura 3.16: Ruas com grande movimentação

(a) Edificações com grades Rua Guiacui (b) Ruas com bares e restaurantes Rua Guiacui
Fonte: Elaboração própria.

3.2.1.2 – Interface urbana no Largo Nossa Senhora do Ó

O Largo Nossa Senhora do Ó é uma área preservada e com poucas modificações no âmbito urbano. O bairro, devido a sua história, possui uma lista de edificações e zonas tombadas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (COMCRESP) (Resolução nº 46/92). É possível constatar que os moradores da região têm interferência direta na urbanidade do bairro, e consecutivamente em seu desenho urbano e na conservação das edificações da região (ver Figura 3.17).

Figura 3.17: Exemplo de preservação das edificações

Fonte: Elaboração própria.

Entretanto, o bairro ainda sofre com problemas de má conservação do espaço público. Um exemplo disso é o mirante ao lado do Largo da Matriz. Como pode ser visto na Figura 3.18, apesar deste espaço ter o direito de preservação garantida por lei, é possível verificar a presença de ações de vandalismo e pichações, além de que alguns equipamentos urbanos, como lixeiras, encontram-se danificados.

Figura 3.18: Vandalismo

Fonte: Elaboração própria.

As Ruas da Bica e a Chico de Souza possuem um grande problema em relação a pouca iluminação que, segundo o morador Vitor Eugênio, estudante residente e morador do bairro, "a iluminação do bairro é pouca e precisa melhorar, mas mesmo com esse problema o bairro não tem problemas sérios". Rafael Lino Maenza de Souza, outro estudante morador da Freguesia do Ó, o Largo é "uma zona tranquila para jovens e para os moradores do bairro e a qualquer dia e horário pode-se chegar ao bairro com tranquilidade".

Mesmo com essas declarações de que a região é segura, percebe-se que grande parte das edificações passou por modificações urbanísticas que potencializam o surgimento de ilhas de segurança. É uma contradição que uma região considerada preservada possua transformações desse nível. Possivelmente, isso deve estar relacionado com o fato de que a região não é homogênea, e enclaves de insegurança emergem na área. Nessas regiões, a presença de muros altos e grades é algo frequente.

Figura 3.19: Exemplos de modificação na arquitetura

(a) Muros altos na Rua Chico de Paula.

(b) Grades na Rua Anastácio de Souza

Fonte: Elaboração própria.

Essas modificações estão associadas com questões similares já discutidas ao abordar o Largo da Batata: a dificuldade da visibilidade com as ruas e a diminuição da permeabilidade (ver Figura 2.19). Note, mais uma vez, que para Jacobs (2000) e Saboya (2017) esses são pontos de extrema relevância para a segurança de uma zona urbana.

Outro ponto a ser destacado diz respeito a movimentação de pessoas nas Ruas Chico de Paula e a Anastácio Pinto de Souza. Estas áreas apresentam duas edificações que garantem um constante fluxo de pessoas: o posto de supervisão em vigilância da saúde, e um posto da polícia metropolitana (ver Figura 3.20). Essas são construções urbanas que, de alguma forma, estariam associadas com o aumento da sensação de segurança.

Figura 3.20: Equipamentos de saúde e segurança

(a) Posto de supervisão em vigilância em saúde

(b) Posto de polícia metropolitana

A Figura 3.21 mostra uma grande quantidade de residências com alterações, como o reforço de grades e alteração diversas. Isso se relaciona diretamente com a teoria do espaço defensável de Newman (1972), que acabar por tornar o ambiente enclausurado e estimular o surgimento de uma *anti-arquitetura*.

Figura 3.21: Exemplo de modificações na arquitetura

(a) Grades em janelas de residências

(b) Cercas em muros

(c) Alteração nos portões

(d) Modificação em muros e portões

Fonte: Elaboração própria.

É possível notar que essa região possui uma diferença na urbanidade em relação a região de Pinheiros. A zona urbana do Largo da Matriz sofreu modificações urbanas, contudo garantindo, em sua maior parte, a preservação de sua história, arquitetura e desenho urbano.

3.2.2 – Distribuição espacial de alguns equipamentos urbanos

Essa seção tem por finalidade compreender melhor como é utilizado o solo das regiões de estudo. A ideia é criar um panorama sobre a estrutura urbanística das áreas, explorando informações da Prefeitura da Cidade de São Paulo, assim como do IBGE. Os mapas foram construídos com dados do GeoSampa. Com essas informações pode-se analisar a localização de edificações, e assim analisar, posteriormente, se essas construções urbanas podem influenciar a ocorrência de eventos de crime. Deve-se salientar que não é intuito apontar possíveis situações de causa e efeito, mas explorar relações e correlações.

3.2.2.1 – Equipamentos urbanos no Largo da Batata

A arquitetura do Largo da Batata passou por intensas e constantes modificações ao longo do tempo. A Figura 3.22 mostra uma imagem do bairro onde se pode ver uma grande quantidade de edificações e pouca uma área verde. O grande vão no centro da Figura é o local onde está localizado o Largo da Batata, região que deveria abrigar os projetos do arquiteto Tito Lívio. Dada a execução inadequada do projeto, a região hoje é constituída por um enorme espaço aberto sem qualquer planejamento de paisagismo ou conforto para convivência dos usuários.

Figura 3.22: Largo da Batata - Pinheiros

Fonte: Elaboração própria.

A realidade é que essa área tornou-se um grande espaço vazio cuja é história que é abordada, inclusive em filmes como Que Horas ela Volta (2015) da cineasta Anna Muylaert. No filme Muylaert discute a fronteira entre o poder público e o privado, quando analisa o urbanismo paulistano com fortes críticas ao planejamento urbano. Uma das questões levantadas no filme pela personagem Val (interpretada pela atriz Regina Casé) é sobre o Largo da Batata e a grande praça onde antes era local de festas e hoje não tem função. Além disso, discute-se sobre processo de apagamento da história da região após a reforma. A personagem Val avalia a reforma do bairro ao circular de ônibus pela região do Largo da Batata da seguinte forma:

> "E isso é praça? Após a reforma, que demorou mais de dez anos para ser concluída, sendo finalizada em 2013, o Largo se tornou apenas um vazio com piso de concreto. Não tem um pé de mato ali, nem gente. Os sobrados históricos que contavam parte importante da história do bairro foram demolidos; os comerciantes removidos. Naquele início da Faria Lima, avenida polo de prédios empresariais luxuosos, não cabia mais o espontâneo, o casual, o desordenado. Hoje, restam apenas a estação de metrô e a Igreja." (Texto do personagem interpretado por Regina Casé no filme *Que horas ela volta,* 2015).

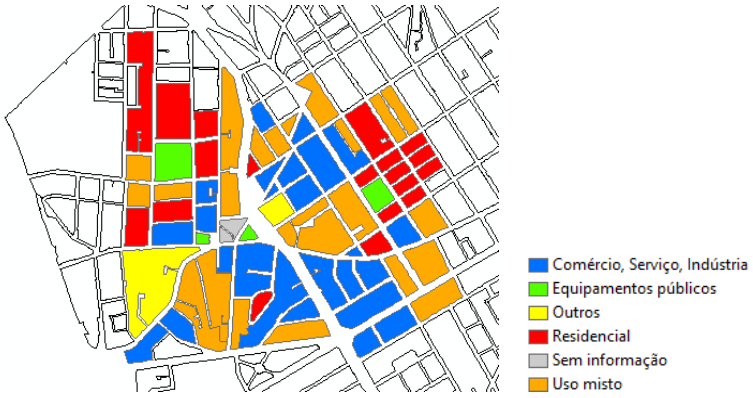
Saudosa, Val relembra a época em que a praça era ponto de encontro de nordestinos, que se reuniam para dançar. E atesta: aquele vazio, sem música, sem gente e sem função não pode ser chamado de praça. As críticas realizadas pelo texto do filme são decorrentes da falta de planejamento e do apagamento da história de uma região. A Figura 3.23 mostra a região que compreende o bairro de Pinheiros, destacando-se, na hachura, a região de estudo. Segundo o IBGE (2010), o bairro de Pinheiros possui uma área de total de 3.70 km^2. Segundo dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp, 2017), a região passou por um processo acelerado de verticalização urbana. Dados mostram que em 1992 a área construída dedicada a edifícios representava 4.693 m^2, enquanto que em 2017 esse valor chegou a 27.441 m^2. Isso representa um aumento de mostra o quão relevante é a verticalização dentro do contexto do bairro de Pinheiros. Um reflexo positivo associado com esse fenômeno é o aumento da oferta de postos de trabalho na região. De fato, de acordo com a RAIS, em 2017 existiam 21.679 empregos formais no bairro. Note que a elevada presença de emprego está associada com a concentração de agentes econômicos na região, que em última instância é maior quando existem construções verticais. A lógica é que tais tipos de imóveis permitem a maior aglomeração de indivíduos e firmas no espaço urbano.

Figura 3.23: Pinheiros e área de estudos delimitada

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao uso do solo, a Figura 3.24 mostra como os lotes estão sendo utilizados na região de estudo. Cada cor representa uma categoria de uso específico do solo urbano. Nota-se que a região em destaque possui o uso principalmente voltado para edificações comerciais e para o uso misto. Vale ressaltar que o uso essencialmente residencial está localizado na parte mais ao Norte e a Leste da área de estudo. As áreas em azul, que representam o uso comercial, serviços e industrial do solo, ocupam uma grande área. De mesma forma as construções de uso misto ocupa as zonas marcadas na cor laranja.

Figura 3.24: Uso do solo na área do Largo da Batata

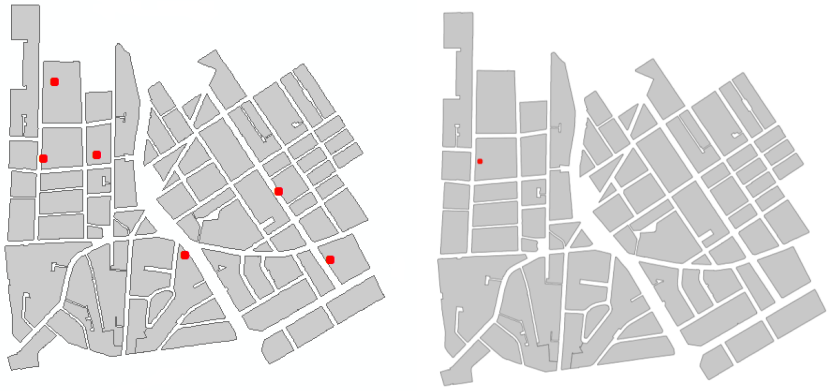


Fonte: GeoSampa.

Sob o ponto de vista dos equipamentos de ensino e saúde, a Figura 3.25 mostra a localização geográfica de tais edificações na área de estudo. A Figura 2.35 (a) mostra o número total de instituições de ensino na região específica de análise, seja ela pública ou privada. Do total das 6 coordenadas geográficas demarcadas na Figura, apenas 1 representa

uma instituição pública: a Escola Estadual Alfredo Bresser. Vale notar que a Rua do Sumidouro, onde se localiza esta escola, é uma região com precária estrutura urbana, pouca iluminação, falta de zelo com o podamento de árvores, presença de lixo etc. Esse cenário é o oposto verificado nas adjacências das demais instituições de ensino. O Colégio 24 de Março, por exemplo, localiza-se na Av. Brigadeiro Faria Lima, que difere totalmente do caso anterior.

Figura 3.25: Localização das instituições de ensino e saúde



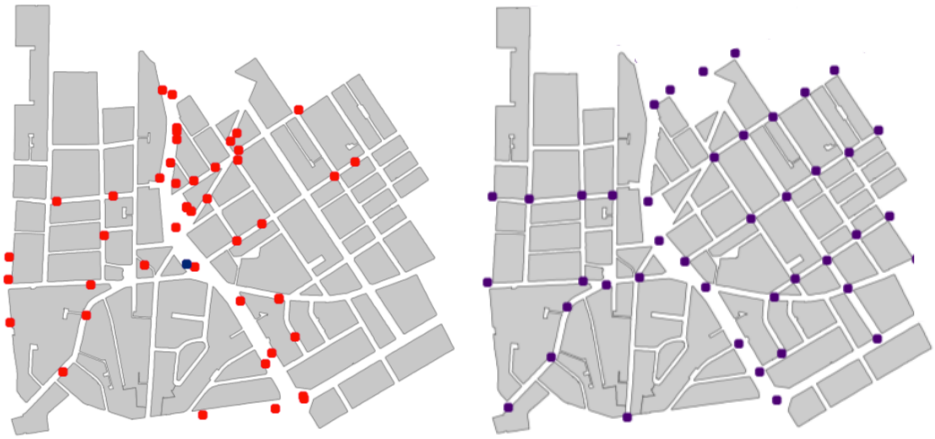
(a) Equipamentos de ensino (b) Instituições de saúde

Fonte: GeoSampa.

No que tange a questão da saúde, a Figura 3.25 (b) mostra que a presença de tais equipamentos urbanos na região é escassa: apenas 1 único posto de saúde. A área de estudo não tem equipamentos suficientes de saúde, mas outras regiões do bairro de Pinheiros possuem esses equipamentos. Os moradores desta zona urbana precisam se locomover para outros pontos da cidade a procura de atendimento básico e de hospitais. Deve ficar claro que o bairro de Pinheiros fica próximo e de forma muito acessível aos maiores equipamentos de saúde da cidade e do Brasil. Contudo, a análise realizada nessa seção se refere a região do Largo da Batata escolhida para o estudo.

A análise sobre a infraestrutura de transporte, que é relevante para estudar questões como mobilidade urbana, é de fundamental importância para estudar diversos fenômenos, inclusive o crime. Nessa perspectiva, a Figura 3.26 (a) mostra onde está a localização dos pontos de ônibus e metrô (ponto em azul) na região do Largo da Batata. Já a Figura 3.26 (b) nos informa onde estão localizados os sinais de trânsito na região.

Figura 3.26: Localização das paradas de ônibus e semáforos



(a) Pontos de ônibus (vermelho) e estação de metrô (azul) (b) Semáforo
Fonte: GeoSampa.

Na Figura 3.26 (a) pode-se perceber uma quantidade vasta de pontos de ônibus (simbolizada pela cor vermelha), na região. Além disso, o Largo da Batata abriga uma estação do metrô (simbolizado pela cor azul), que é operada pelo consórcio Via Quatro (linha amarela). Ademais, outras áreas do bairro de Pinheiros ainda dispõem de mais 3 estações de metrô e um grande terminal de ônibus na estação Pinheiros.

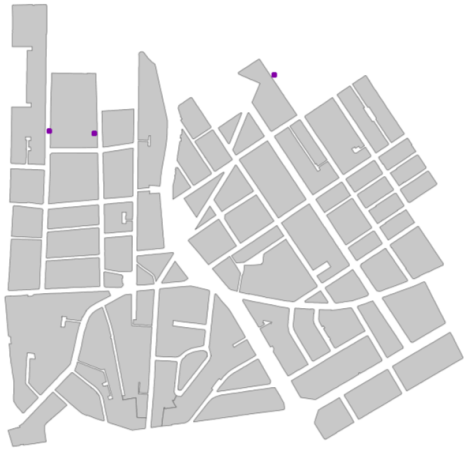
Quanto à localização das estações de metrô é possível verificar que estão inseridas em regiões com maior iluminação e com constante movimento de indivíduos. Possivelmente, isso está associado com efeitos sobre a sensação de segurança. Por conta da elevada concentração de serviços de transportes, o bairro tornou-se uma zona de grande importância para a mobilidade urbana na cidade de São Paulo.

A Figura 3.26 (b) mostra a localização dos semáforos na região estudada. Esses pontos fornecem dados de extrema relevância para a pesquisa, pois com a localização dos semáforos é possível inferir que há uma grande concentração de veículos transitando nesta região. É uma das áreas mais automobilizadas da cidade, tanto como endereço de proprietários de vários automóveis, como com a situação de passagem. As evidências sugerem que o fluxo de veículos (particulares e transporte público) que transitam pelo bairro é em um número bem elevado. Pela presença de tantos semáforos, essa é uma região de elevada circulação de veículos. Possivelmente também de elevada concentração de pessoas e de atividade econômica e isso *pode* atrair, principalmente, as abordagens aos condutores.

No que se refere aos equipamentos de segurança representados pela Figura 3.27 nota-se a localização de postos de polícia metropolitana, delegacias e corpo de bombeiros. Perceba que tais construções estão localizadas longe das áreas de grande movimentação do bairro, que é o Largo da Batata. De fato, salta aos olhos que a localização destes postos não esteja

próxima às áreas de grande concentração de transeuntes como o metrô. Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), o policiamento do bairro é realizado por meio de viaturas móveis em horários fixos das 14:00 às 16:00 horas e nos finais de semana das 15:00 as 18:00 horas e das 20:00 as 01:00 horas da manhã.

Figura 3.27: Equipamentos de segurança



Fonte: GeoSampa.

3.2.2.2 – Equipamentos urbanos no Largo Nossa Senhora do Ó

A Figura 3.28 mostra como é a ocupação do solo do Largo Nossa Senhora do Ó. Realizando uma comparação com o Largo da Batata, é possível notar que a região da Freguesia do Ó possui uma maior presença de área verde.

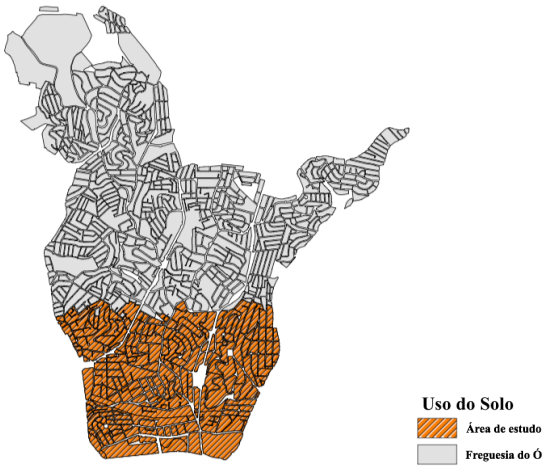
Figura 3.28: Largo Nossa Senhora do Ó - Freguesia do Ó

Fonte: Elaboração própria.

A arquitetura e o desenho urbano desta região tiveram poucas modificações. Hoje algumas zonas do bairro apresentam reformulações estruturais, urbanas e arquitetônicas, contudo a história do bairro ainda é presente na região.

A Figura 3.29 fornece uma representação cartográfica do bairro da Freguesia do Ó, que ocupa uma área de 10.50 km^2. Segundo IBGE (2010) residem 142.327 habitantes no bairro. A Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp 2017) mostra que esta zona urbana se caracteriza pela pouca verticalização, mantendo uma arquitetura predominante de baixo porte. Em destaque, encontra-se a região de pesquisa: O Largo Nossa Senhora do Ó.

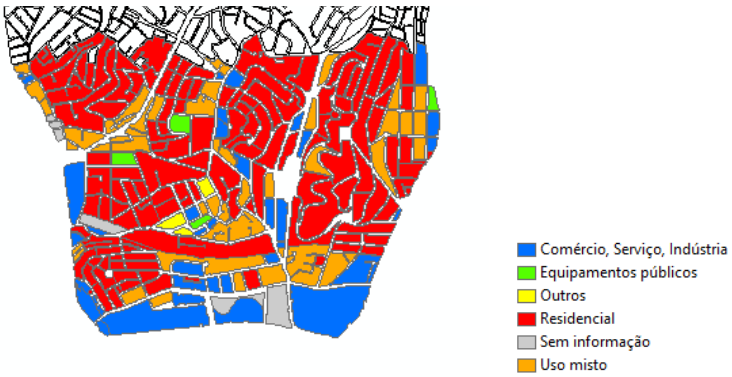
Figura 3.29: Freguesia do Ó e área delimitada



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao uso do solo, a Figura 3.30 retrata diferenças significativas entre as regiões do Largo da Batata e do Largo Nossa Senhora do Ó: esta zona urbana é composta, grande parte, de edificações residenciais. Os lotes marcados em azul representam o uso tipicamente destinado ao comércio, serviço ou indústria.

Figura 3.30: Uso do solo na área de estudo da Freguesia do Ó

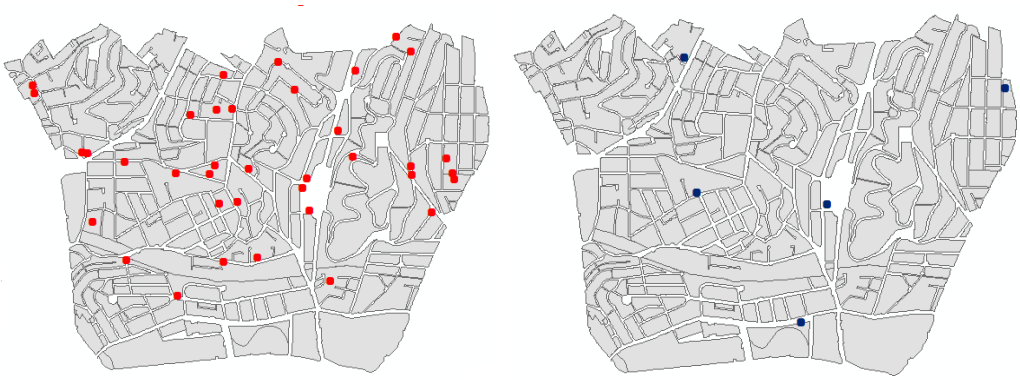


Fonte: GeoSampa

Nota-se que o uso do solo nessa região é predominantemente residencial, o que é o oposto da situação constatada no Largo da Batata. A grande quantidade de lotes marcados na cor vermelha deixa em evidência esse argumento.

A Figura 3.31 informa a localização das edificações de ensino e saúde no Largo Nossa Senhora do Ó. No que se refere a instituições de ensino, a região possui apenas escolas de ensino médio e infantil e nenhuma instituição de nível técnico ou superior. Percebe-se que o bairro tem uma boa quantidade de escolas que se localizam em zonas e que possuem qualidade urbana com boa iluminação, ruas com coleta de lixo e podas nas árvores. Isso é algo que, mais uma vez, diferencia esta região da zona de Pinheiros, em especial o Largo da Batata.

Figura 3.31: Localização das instituições de ensino e saúde



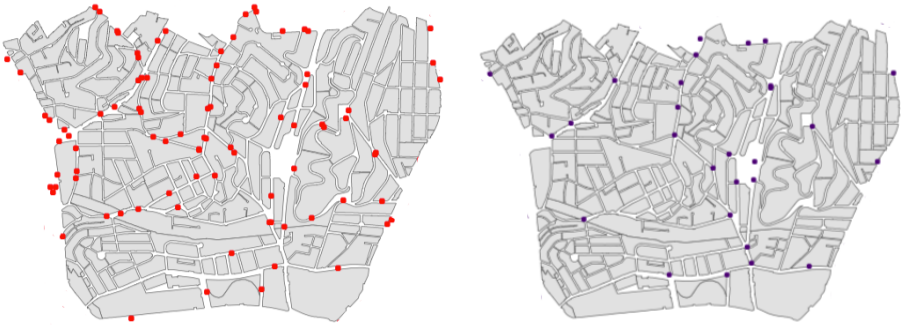
(a) Equipamentos de ensino (b) Instituições de saúde

Fonte: GeoSampa.

A Figura 3.31 (b) mostra a localização geográfica dos equipamentos de saúde. A região de estudo possui 1 Hospital da rede Pública e 3 postos de saúde. Essa região possui uma quantidade superior no que se refere a esses equipamentos em comparação com o Largo da Batata.

No que se refere ao tema da mobilidade, a Figura 3.32 mostra a localização geográfica dos pontos de ônibus nesta zona urbana. Os pontos de ônibus no Largo Nossa Senhora do Ó se estendem por todo bairro dando uma boa mobilidade aos moradores desta região. Contudo, alguns destes pontos de embarque e desembarque ficam em regiões com pouca iluminação. Alterações nas arquiteturas das casas prejudicam a visualização da rua, questão essa, que pode influenciar a dinâmica do crime.

Figura 3.32: Localização de paradas de ônibus e semáforos



(a) Paradas de ônibus (b) Semáforos

Fonte: GeoSampa.

Quanto ao tema de fluxo de veículos, a Figura 3.32 (b) informa a localização dos semáforos. Ao se observar a quantidade de semáforos percebe se que o fluxo de carros da região deve ser bem menor em relação a situação apresentada no Largo da Batata. De fato, ainda que exista circulação de veículos, o número de automóveis que percorrem essa área é reduzido, dado o cenário constatado no Largo da Batata, que é um nó de articulação urbana na cidade de São Paulo.

Por último, os equipamentos de segurança pública representados na Figura 3.33 mostra que a região tem apenas um único posto de Policia Militar, que é localizado Rua Anastácio Pinto de Souza. A ausência de delegacias ou construções que tem a função de combater a ocorrência do crime na região pode ser um agravante para analisar o problema de delitos.

A localização e a quantidade destes equipamentos de segurança sugerem que área tem uma grande deficiência destes serviços. Isso em uma região que possui uma constante visitação e movimentação diária de moradores e visitantes. Nos fins de semana, pessoas de outras áreas da cidade de São Paulo visitam a região em busca de atrativos gastronômicos ou eventos diversos. Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) o policiamento do bairro ocorre por meio de carros (rondas) em horários determinados das 14:00 às 16:00 horas e não ocorre a noite. A ausência de policiais nas ruas do bairro pode atrair o crime para a região.

Figura 3.33: Equipamentos de segurança

Fonte: GeoSampa.

A partir das evidências levantadas, pode-se afirmar que as duas zonas de estudo são representadas por características distintas, cada qual com sua peculiaridade. Enquanto o Largo da Batata é eminentemente de uso misto, o Largo Nossa Senhora do Ó possui uso tipicamente residencial. Isso fornece ferramentas importantes na identificação de como as modificações no desenho urbano e na arquitetura de cada local podem influenciar na questão da criminalidade.

4 – ANÁLISE DO FENÔMENO DA CRIMINALIDADE

Este capítulo tem dois objetivos principais. O primeiro consiste em analisar a dinâmica do crime na cidade de São Paulo. A ideia é compreender esse fenômeno através de uma escala geográfica mais ampla para em seguida tornar a análise mais fina. O segundo objetivo é caracterizar as áreas de interesse do trabalho, sob a perspectiva da criminalidade urbana. Aqui, o foco é estudar especificamente as regiões do Largo da Batata e o Largo da Nossa Senhora do Ó.

Dessa forma, será realizado um estudo sobre a criminalidade no mundo e no Brasil. Para isso serão utilizados dados provenientes de diversos centros de pesquisa como a Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esse estudo irá considerar duas áreas específicas na cidade de São Paulo. As duas apresentam características similares quanto à fundação, porém seus conjuntos arquitetônicos refletem diferenças importantes para os estudos no que se refere ao desenho urbano e crime.

4.1 – "*THE BIG PICTURE*": ANÁLISE DO CRIME NO BRASIL E EM SÃO PAULO

É possível verificar que os diversos indicadores de criminalidade utilizados para mensurar o crime no Brasil apontam um cenário em que persiste um cenário de extrema perplexidade. Entretanto, poucos são os estudos que se propõe a analisar tal temática sob uma ótica integrada e interdisciplinar.

A evidência da expansão da violência nas metrópoles brasileiras nas últimas décadas está associada com uma crescente preocupação social, que se manifesta de forma heterogênea na sociedade. A literatura sobre a criminalidade demonstra que:

> "No Brasil, as mortes por causas externas afetam desproporcionalmente os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, tendo sido responsáveis por 71% das mortes de homens e 34% das mortes de mulheres, nessa faixa etária." (ESCÓSSIA, 2003).

De fato, os dados disponíveis sobre a situação da criminalidade do Brasil apontam uma situação crítica. Considerando apenas a modalidade de crime violento, dados do Anuário da Violência de 2017, produzido pelo IPEA, indicam que nos últimos 35 anos aproximadamente 1,5 milhões de pessoas perderam suas vidas por motivo de assassinato, colocando o país no topo mundial do *ranking* dos homicídios. E como esse cenário não

pudesse ser mais alarmante, é intrigante notar que o grupo composto pelos homens, negros, jovens e de baixa escolaridade é o mais vitimado. Essas são características que definem o grupo social que é mais exposto ao problema da criminalidade no país. Outro dado que mostra o tamanho do problema foi produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2014) que apontou que cerca de 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil.

Ao longo dessa seção será analisado o crime de homicídio, e essa escolha se baseia no fato de que esse representa a forma mais brutal de violência que o ser humano pode sofrer. Além disso, existem dados mais confiáveis em relação a essa dimensão do crime, em relação às demais. Isso possibilita realizar análises mais completas e robustas. Entretanto, ao concentrar esforços para a cidade de São Paulo e a área de estudo, serão realizados esforços para discutir outros tipos de crimes, como roubo e furto. Nossa estratégia é abordar a questão do crime violento em diversas escalas geográficas, indo do maior para o menor. Isso implica em criar um panorama global da situação do problema, iniciando ao nível de continentes, e em seguida, ir refinando a análise, até chegar às áreas de interesse.

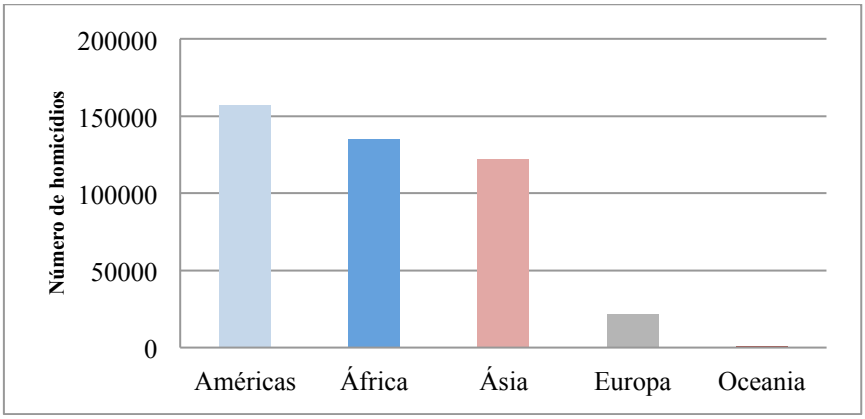
Segundo o Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (United Nations Office On Drugs and Crime, UNDOC; 2013), entre os anos de 2013 e 2015, a taxa de crimes violentos cresceu de cinco a oito vezes mais nos países das Américas do que Europa e Ásia. De acordo com a ONU, existe uma forte raiz histórica associada com a atual realidade de crime nos países da América (mesma dúvida, afinal temos o Canadá que deve ter um índice nórdico). Dito de outra forma, a situação de violência verificada nesses países não é algo novo, dado que possui uma relação direta com o passado dessas nações. Apesar desse cenário, é possível perceber que os níveis de crime em países como o Brasil estão se estabilizando, porém ainda persistem desigualdades regionais. Por outro lado, países como a África do Sul, Lesoto, Federação Russa e países da Ásia Central registraram um declínio nas suas taxas de crime violento[33].

Segundo dados da ONU (2014), o declínio da morte violenta está associado com diversas melhorias sociais e econômicas em diversos países da Europa Oriental. Esta diminuição das taxas de homicídios ocorreu em diversas áreas do Norte da Europa, onde a redução chegou a 50%; na região Sul e Ocidental as taxas também decresceram alcançando números como 1 ato de violência para cada 100.000 habitantes. Esses dados colocam em evidência o fato de que existe heterogeneidade na distribuição do número de homicídios no espaço. E isso em nível mundial! A Figura 4.1 mostra a contagem total de homicídios por continentes no ano de 2013.

[33]Fonte: ONU - 2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf

É possível perceber que grande parte do número total de homicídios se concentra nos continentes das Américas, da África e da Ásia, ao passo que a Europa e a Oceania apresentam uma baixa quantidade de homicídios. Note que aqui não é possível realizar uma comparação explícita entre os continentes uma vez que os dados não foram ponderados pela população. Assim, como trata-se de números absolutos, é natural que a Oceania possua menos homicídios. Contudo, o que é possível perceber é que a Ásia, mesmo abrigando a maior parte dos habitantes do planeta possui menos homicídios em relação a continentes menos povoados como a África e as Américas.

Figura 4.1: Distribuição do número de homicídios por continente, 2013

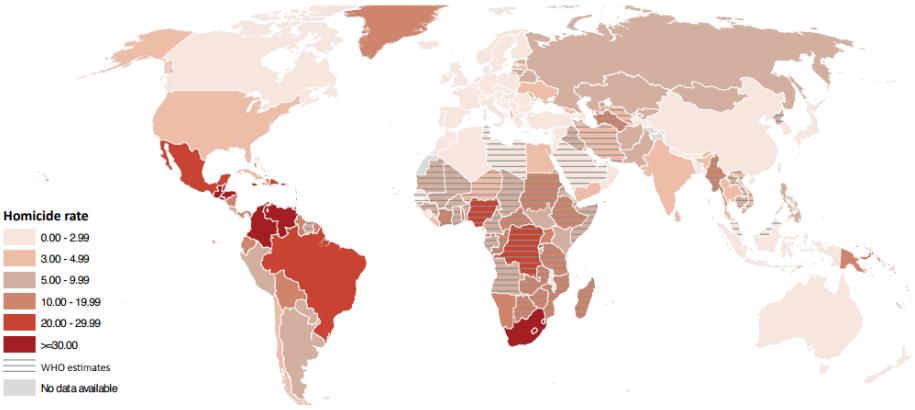


Fonte: UNODC HomicideStatistics.

Diversos problemas podem ser responsáveis por esses números demasiadamente altos de homicídios nas Américas. Países como a Colômbia ou México, têm um forte histórico de problemas como tráfico de drogas e conflitos políticos, e isso pode indicar algumas das razões que justificam esses altos números de criminalidade violenta. Quanto a África, ressalta-se que essa é uma zona de conflitos e guerras constantes. Por outro lado, a maioria dos países da Europa apresentam taxas de crime muito baixas, e isso pode ser descrito pela grande qualidade de vida e investimentos realizados com políticas públicas.

Do ponto de vista da dinâmica do crime violento entre os diferentes países, é possível notar que existe uma concentração de elevada taxa de homicídios nos países das Américas Central e Latina, bem como na África. Chama a atenção a performance do Brasil. A Figura 4.2, que mostra a distribuição da taxa de homicídios no mundo em 2012, revela que a situação da criminalidade violenta no Brasil é tão grave quanto a de países em guerra da região do Oriente Médio. Esse é um cenário preocupante e alarmante.

Figura 4.2: Distribuição da taxa de homicídios no mundo, 2013



Fonte: Atlas da Violência, 2017.

Vale destacar que existem diversas formas de mensurar o quão grave é o problema da criminalidade em uma determinada região. Nesse trabalho será utilizada a métrica de taxa de crime, em particular, a taxa de homicídios[34]. Esse indicador é calculado com base no número de crimes e também com o tamanho da população, e permite comparar de modo coerente a questão da prevalência de crime violento entre países, cidades ou bairros. Formalmente, temos que:

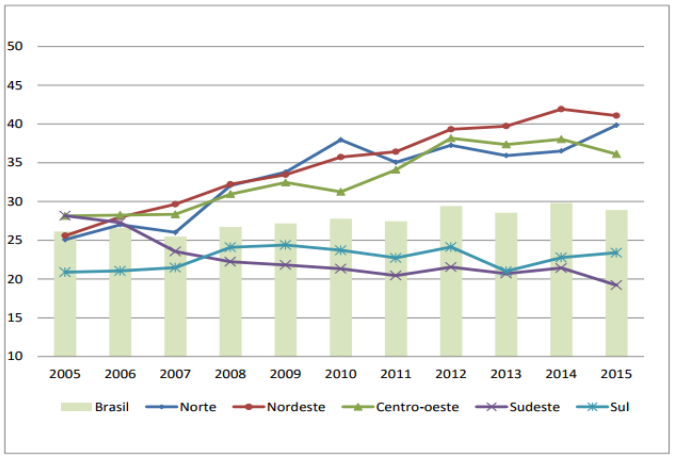
$$taxa\ de\ homicídios = \left(\frac{Número\ de\ homicídios}{População}\right) * 100.000$$

É importante salientar que taxas de violência sub-regionais podem mostrar variações nos números que não perceptíveis ao nível nacional. A Figura 4.3 abaixo representa a variação de homicídios para o caso do Brasil. A dinâmica da evolução nos números nas regiões brasileiras mostra uma tendência evidente de disparidade regional: enquanto que o Sul e Sudeste gozam de índices de homicídio decrescentes ao longo do tempo, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam um comportamento crescente[35]. Mais que isso, os números nestas regiões são sistematicamente superiores à média nacional. Note que, muito embora diferenças regionais sejam latentes, a taxa de homicídio no Brasil seguiu uma tendência estável ao longo do período entre 2005 e 2015, porém em um patamar de aproximadamente 25 a 30 homicídios por 100.000 habitantes, algo extremamente elevado.

[34] Ao longo do capítulo outras dimensões de criminalidade serão utilizadas, como taxa de roubo e furto.

[35] É possível supor no Norte e no Centro-Oeste as taxas elevadas se relacionam com uma a precariedade dos setores Judiciários e de Segurança – são áreas mais isoladas, onde os conflitos, os desentendimentos, as disputas são resolvidos com uso da violência sem os mediadores estatais tal como os mais consolidados no Sudeste. Já no Nordeste, existe algo dessa natureza no interior da região, enquanto que a criminalidade nas metrópoles está associada com a miséria e outros fatores.

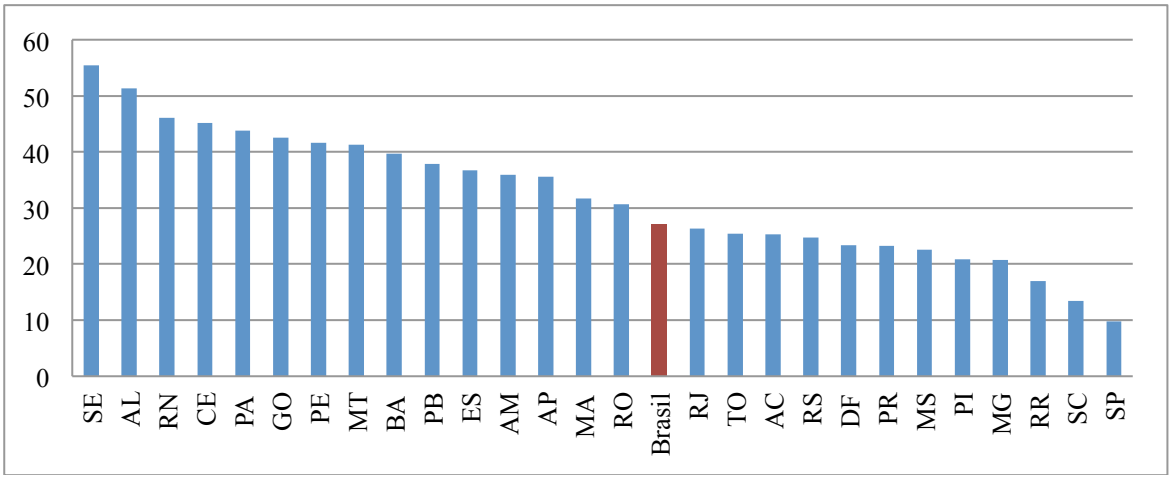
Figura 4.3: Taxa de homicídio no Brasil e Regiões, 2005 a 2015



Fonte: Atlas da Violência, 2017. Adaptado de Cerqueira (2017).

A Figura 4.4 mostra o comportamento das taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais no Brasil[36] para o ano de 2015. Em 2015, os maiores índices de criminalidade foram verificados nos Estados das regiões Norte e Nordeste, enquanto que nas regiões Sudeste e Sul apresentam taxas mais baixas no que tange as taxas de crime violento. Essas são as regiões com melhor dotação econômica e social do país[37]. Percebe-se que o Rio de Janeiro possui uma taxa de homicídios que está muito próxima daquela verificada para a média brasileira. Essa é uma situação preocupante dado que a taxa média de crime violento do Brasil é alta, como já foi mostrado na Figura 4.2.

Figura 4.4: Taxa de crime CVLI, 2015

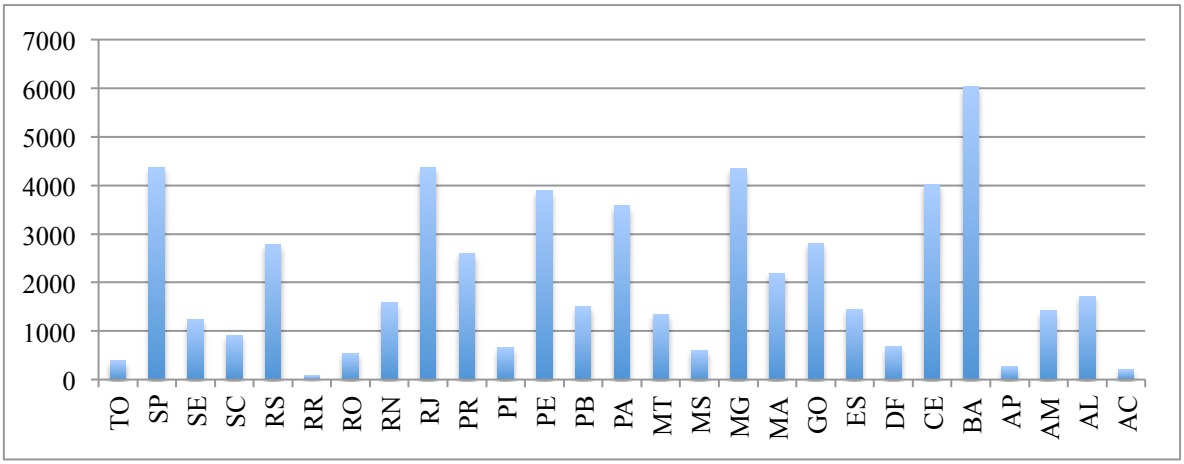


Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

[36]A definição de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) incorpora os homicídios doloso, roubo seguido de morte (latrocínio) e lesão corporal seguida de morte (Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, 2006).
[37] As condições econômicas e sociais melhores significam mais mediadores estatais para mediar as desavenças.

Por outro lado, o Estado de São Paulo possui a menor taxa de crime CVLI. Ou seja, proporcionalmente ao tamanho da população de cada região, o Estado de São Paulo apresenta uma melhor performance contra a ocorrência de crimes violentos. Vale destacar que isso não significa que morram poucas pessoas no Estado, em termos absolutos. Dos cerca de 55 mil casos de homicídios no Brasil em 2015, a Figura 4.5 mostra que ocorreram cerca de 4.000 desses crimes ocorreram em São Paulo. Isso é um número elevado de vidas perdidas que justifica o estudo de um assunto tão problemático como é a criminalidade.

Figura 4.5: Número absoluto de crime CVLI, 2015



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Nas tabelas 4.1 e 4.2 faz-se uma análise dos 20 municípios com mais de 100 mil habitantes, com índices altos e baixos de violência. Majoritariamente, municípios que pertencem aos estados do Norte e Nordeste apresentam índices elevados de homicídios. Altamira, com uma população de 108.832 mil habitantes, tem uma taxa de 105,2, que revela uma situação alarmante. Nesta lista, apenas uma capital estadual se faz presente: São Luís. É uma grande metrópole, e que convive com o grave problema da criminalidade violento. Salta aos olhos o fato de que somente um único município das regiões Sul e Sudeste está presente na lista da Tabela 4.1.

Tabela 4.1: Os municípios mais violentos do Brasil, 2015

UF	Município	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
PA	ALTAMIRA	108.832	114	105,2
BA	LAURO DE FREITAS	191.436	177	92,5
MA	SÃO JOSÉ DO RIBAMAR	174.267	159	91,2
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	177.344	159	89,7
BA	PORTO SEGURO	145.431	123	84,6

BA	SIMÕES FILHO	133.202	112	84,1
PR	PITAQUARA	104.481	83	79,4
RS	ALVORADA	206.561	162	78,4
CE	MARACANÁU	221.504	172	77,7
PA	MARABÁ	262.085	201	76,7
PA	MARITUBA	122.196	94	76,5
GO	NOVO GAMA	106.677	79	74,1
PB	SANTA RITA	134.940	100	74,1
GO	LUZIÂNIA	194.039	143	73,7
GO	SENADOR CANEDO	100.367	74	73,7
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	200.546	147	73,3
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	157.804	114	72,2
BA	CAMAÇARI	286.919	207	72,1
MA	SÃO LUIS	1.073.893	758	70,6
GO	TRINDADE	117.454	82	69,8

Fonte: Atlas da Violência, 2017.

Por outro lado, os dados da Tabela 4.2 mostram uma situação, em termos regionais, exatamente oposta. Apenas municípios das regiões Sul e Sudeste integram a lista dos menos violentos. E mais, o Estado de São Paulo é o campeão em termos de quantidade de municípios com baixos indicadores de violência[38]. Isso não é uma surpresa já que a Figura 4.4 já indicava que o Estado de São Paulo possui a menor taxa de crime violento do país em 2015.

Tabela 4.2: Os municípios menos violentos do Brasil, 2015

UF	Município	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
SC	JAGUARÁ DO SUL	163.735	5	3,1
SP	VALINHOS	120.258	4	3,3
SP	AMERICANA	229.322	9	3,9
SC	BRUSQUE	122.775	5	4,1
SP	BOTUCATU	139.483	6	4,3
SP	JAÚ	143.283	7	4,9
MG	ARAXÁ	102.238	6	5,9
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	125.421	8	6,4
RJ	TERESÓPOLIS	173.060	11	6,4
SP	MARÍLIA	232.006	15	6,5
MG	BARBACENA	134.924	9	6,7
SP	BRAGRANÇA PAULISTA	160.665	11	6,8
SP	JUNDIAÍ	401.896	28	7
SP	MOGI GUAÇU	147.233	11	7,5
SP	ARARAQUARA	226.508	17	7,5
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	222.192	18	8,1
SP	LIMEIRA	296.440	24	8,1
SP	BAURU	366.992	32	8,7
SP	ITATIBAIA	113.284	10	8,8
RS	BAGÉ	121.749	11	9

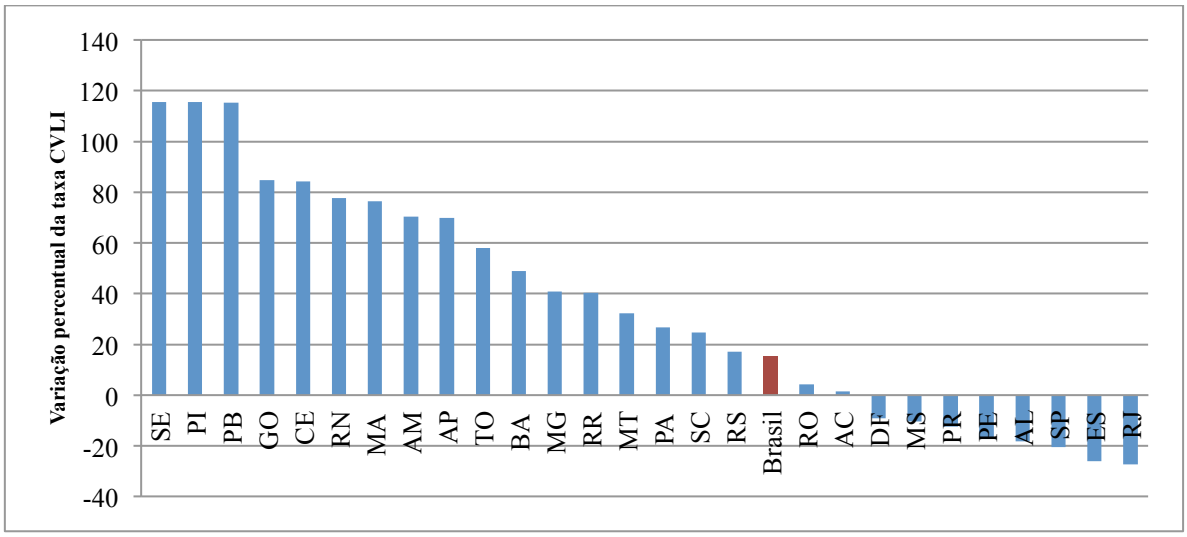
Fonte: Atlas da Violência, 2017.

[38] Embora as taxas sejam baixas isso não impede que essas cidades vivam envolvidas no medo e cheias de condomínios fechados. É algo que deve ser refletido.

A Figura 4.6 mostra a variação das taxas de crime CVLI entre os anos de 2007 a 2015. É possível perceber uma diminuição percentual nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, Paraná, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal. Por outro lado, estados como Sergipe, Piauí, Paraíba tiveram um crescimento de quase 120% na taxa de homicídios. Note que analisar a redução na taxa de crime sem ter conhecimento do quão elevado é essa taxa pode levar a conclusões equivocadas. Por exemplo, tome o caso do Estado de Alagoas. É uma região cuja taxa de crime CVLI é a segunda mais alta em 2015, mas que durante o período entre 2007-2015, sofreu uma redução de quase 20%. Isso mostra que mesmo com uma diminuição ao longo do tempo na taxa de crime violento, ainda assim, o Estado de Alagoas permanece com uma elevada e crítica taxa de crime CVLI. Ou seja, embora tenha reduzido o crime, a situação ainda persiste dramática.

Dito de outra forma: imagine que um político do Estado de Alagoas esteja tentando vender para o eleitorado a ideia de que melhorou o drama do problema da criminalidade na região. Ele está contado a história de modo correto? Sim, de fato, ele conseguiu produzir esse efeito, mas a questão que surge é: essa redução foi significativa para a população? Os dados da Figura 3.4 mostram que não. E comparável com outros Estados, Alagoas melhorou sua performance? Também não, já que é o segundo mais violento do país. Embora tenha reduzido a taxa de crime, ela ainda permanece elevada. E o pior, em níveis críticos.

Figura 4.6: Variação na taxa de crime CVLI, 2007-2015



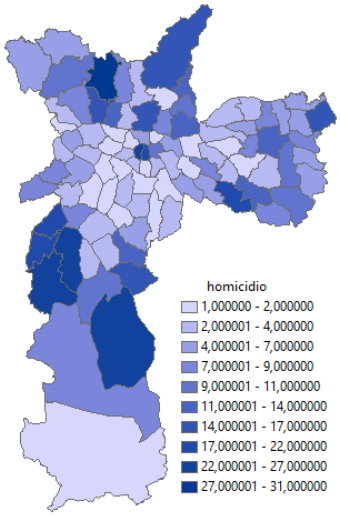
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Essa é um cenário diferente verificado para o Estado de São Paulo. Isso porque essa região é a menos violenta do país e, além disso, reduziu a taxa de crime CVLI. Isso é um

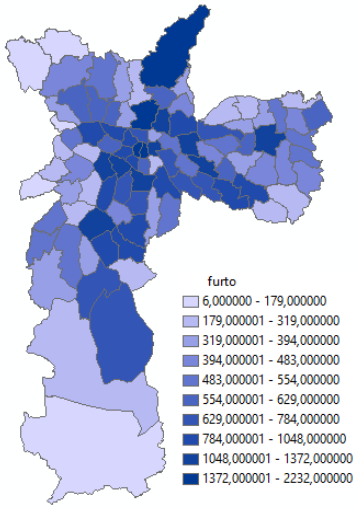
indicativo de que o Estado de São Paulo vem melhorando sua situação ao longo do tempo, e liderando o ranking de estados menos violentos do país. Contudo, será que existem heterogeneidades regionais no crime CVLI dentro do Estado de São Paulo? Além disso, será que o crime violento ocorre na mesma magnitude a mesma dentro dos bairros da cidade de São Paulo? Existem diferenças intra-urbanas na criminalidade urbana?

A Figura 4.7 (a) mostra a distribuição espacial dos homicídios na cidade de São Paulo para o ano de 2017, portanto, em números absolutos. Em todas as figuras analisadas, quanto mais intenso é a cor, maior é quantidade de crimes na região. Os dados revelam um padrão específico em que os homicídios ocorrem de modo mais intenso nas zonas periférica, além do centro da cidade.

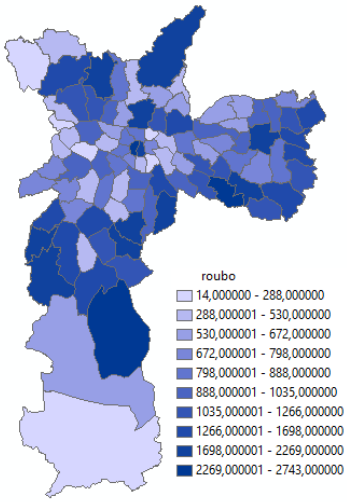
Figura 4.7: Criminalidade na cidade de São Paulo, 2017



(a) Homicídios



(b) Furtos



(c) Roubos

Fonte: Base de Dados. Elaboração própria.

Vários fatores podem contribuir para explicar esse cenário, como por exemplo, o fato de que a presença do tráfico de drogas é mais intensa nessas áreas onde há maior incidência das ocorrências. Dessa forma, acertos de contas entre traficantes, ou disputas por território para a venda de drogas são potencialmente alguns elementos que podem estar por trás dessa lógica espacial do crime violento. Cabe ao leitor perceber que tratar do tema da criminalidade é bastante complexo, e até aqui está sendo discutida apenas uma única dimensão desse drama: o crime violento. Ao analisar o crime patrimonial, outros cenários podem ser traçados.

A Figura 4.7 (b) apresenta a distribuição espacial dos furtos[39] na capital paulista em 2017. É possível perceber uma dinâmica do crime totalmente diferente: a maioria dos furtos da cidade de São Paulo se localiza nas regiões centrais. Esse tipo de crime encontra mais aderência com as teorias criminológicas discutidas no capítulo de fundamentação teórica, uma vez que as maiores oportunidades de benefícios para os criminosos se localizam em regiões onde ocorre a maior circulação de dinheiro. Como o centro da cidade é composto por bairros de grande movimentação comercial e é responsável por um extenso mercado consumidor, um grande número de pessoas circulam nestas regiões. Já para o caso de roubos[40] (Figura 4.7 (c)), o padrão que se apresenta é similar ao caso dos homicídios, mas com diferenças sutis, uma vez que a divisão espacial centro-periferia se mostra menos intensa.

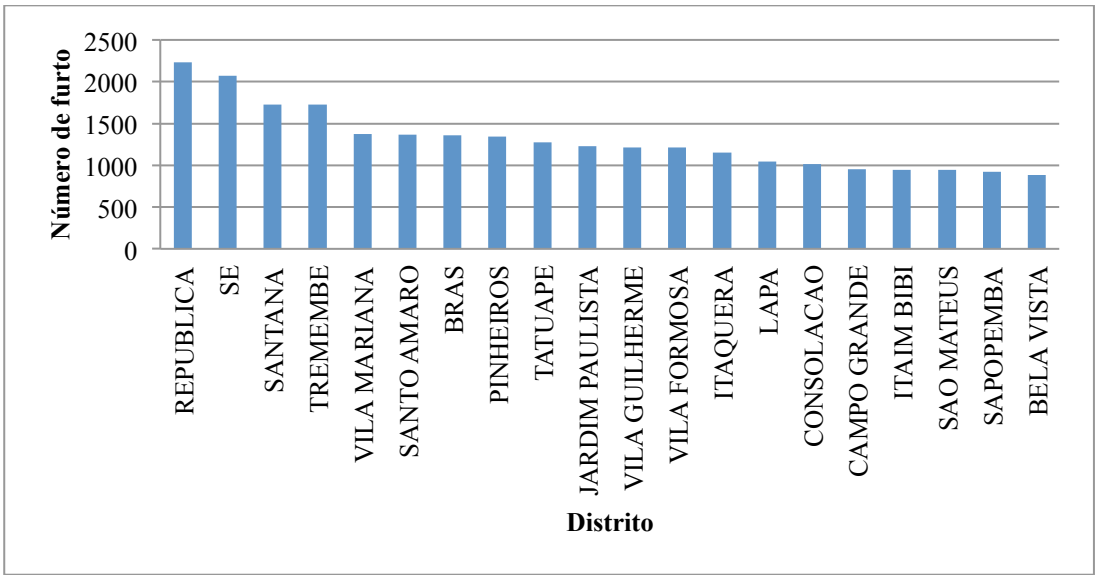
Analisando de modo detalhado a relação entre crime e distritos na cidade de São Paulo, é possível verificar na Figura 4.8 (a) distribuição do número de furtos ao longo dos distritos da cidade de São Paulo no ano de 2017. Vale ressaltar que a Figura mostra apenas os 20 distritos onde mais existem crimes classificados como furto[41]. O distrito da República está registrado em primeiro lugar nas ocorrências de crimes deste tipo de crime, seguido da Sé e Santana. Pode-se inferir que são regiões que possuem características especiais para o ofensor cometer este tipo de crime. Possivelmente, a abundância de potenciais alvos é um dos fatores que influenciam nessa dinâmica.

[39] Segundo Borgo (2006), furto é o ato de retirar algo que pertence por direito a outra pessoa, contra a vontade desta, mas sem o uso de violência contra a vítima. O furto é normalmente praticado às escondidas, para que o ladrão não seja notado.

[40] Ainda de acordo com Borgo 92006), roubo é o crime que consiste na apropriação indevida de um bem móvel alheio, mediante uso de violência ou ameaça grave da vítima por parte do criminoso.

[41] Isso se justifica para facilitar a visualização em termos gráficos. A lista completa da distribuição do crime de furto ao longo dos distritos pode ser consultada junto ao autor.

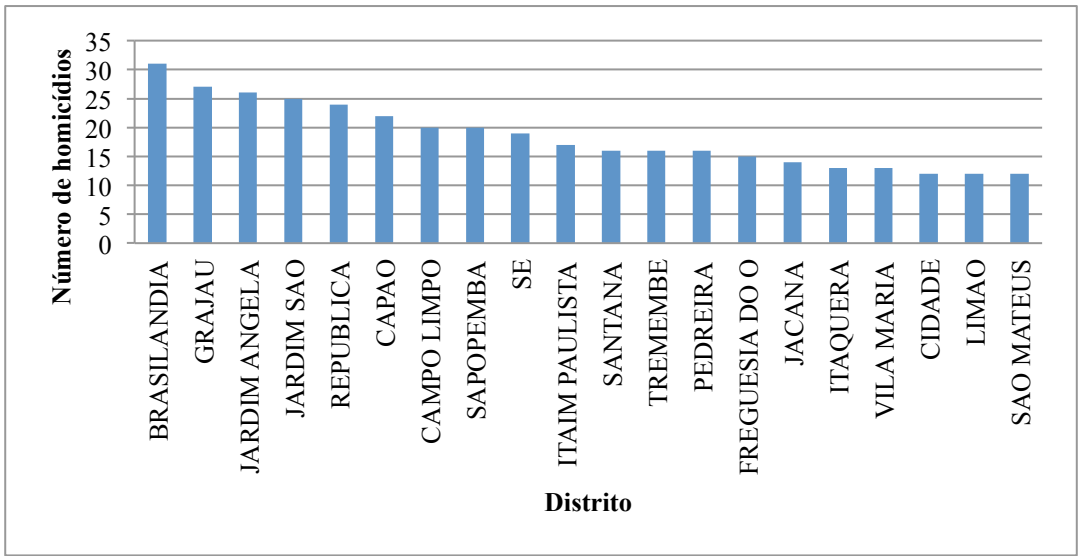
Figura 4.8: Distribuição do número de furtos na cidade de São Paulo por distrito, 2017



Nota: Foram apresentados apenas os 20 distritos que mais ocorrem crime de furto.
Fonte: Base de Dados. Elaboração própria.

No que tange aos crimes de homicídios, a Figura 4.9 mostra que grande parte desses delitos acontecem em grande parte em zonas periféricas da cidade. Distritos carentes como Brasilândia, Grajaú e o Jardim Ângela, são as áreas mais afetadas por este tipo de crime. São áreas em que existe deficiência na provisão de infraestrutura pública, em várias dimensões. Mas, esse é apenas um dos elementos que podem influenciar diretamente na ocorrência desse tipo de crime nessas regiões, embora ele seja bastante importante.

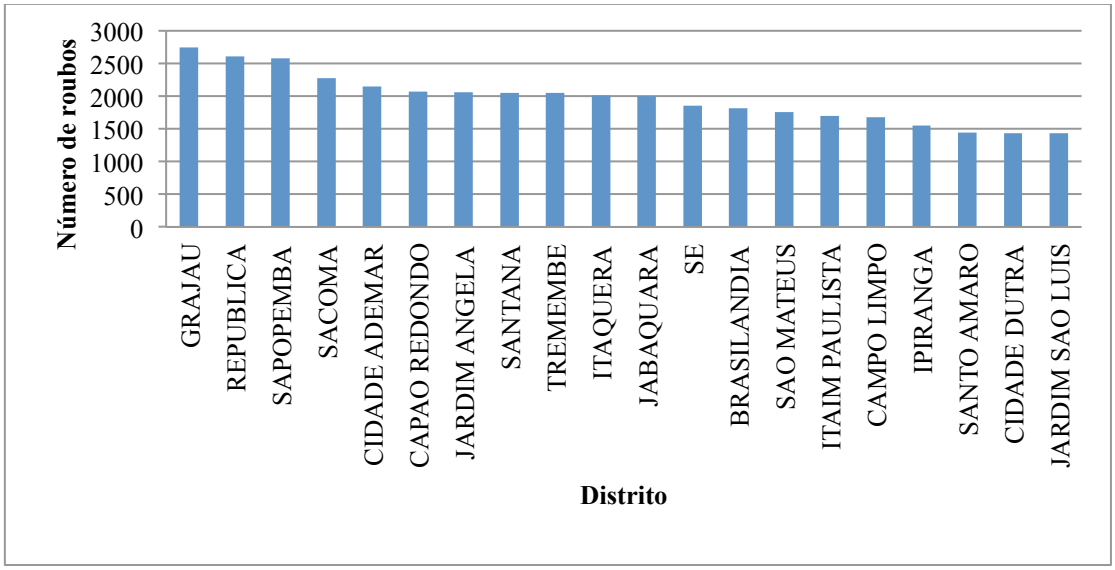
Figura 4.9: Distribuição do número de homicídios na cidade de São Paulo por distrito, 2017



Nota: Foram apresentados apenas os 20 distritos que mais ocorrem crime de homicídio.
Fonte: Base de Dados. Elaboração própria.

A Figura 4.10 mostra a ocorrência de roubos na cidade de São Paulo. Os elevados números nestas regiões podem ser interpretados tendo por base argumentos como fatores socioeconômicos ou falta de serviços básicos de segurança[42]. Esses elementos possuem efeitos sobre o cenário da criminalidade, ainda que não se pretenda isolar qual a participação de cada um deles na ocorrência do crime. Busca-se mostrar que essa é uma temática multidisciplinar, e como tal, merece uma resposta das autoridades guiadas por tal princípio.

Figura 4.10: Distribuição do número de roubos na cidade de São Paulo por distrito, 2017



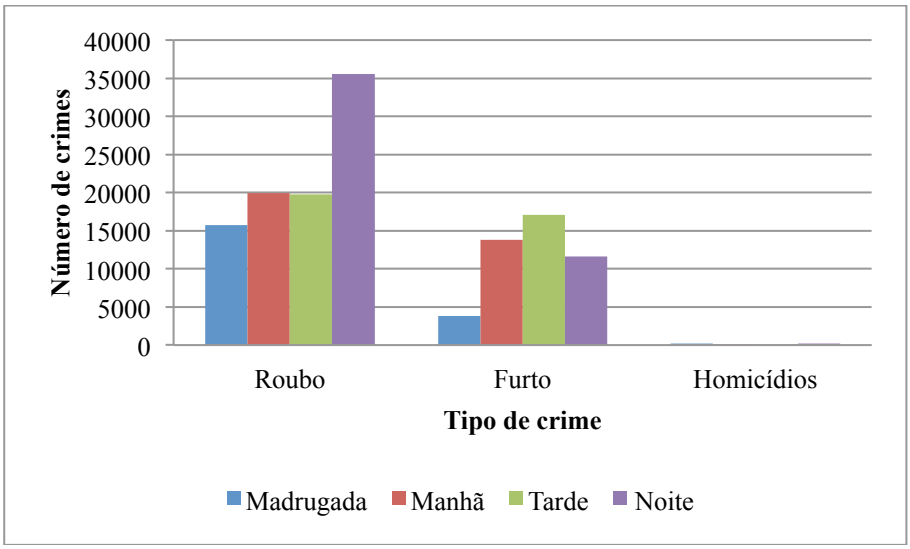
Nota: Foram apresentados apenas os 20 distritos que mais ocorrem crime de roubo.
Fonte: Base de Dados. Elaboração própria.

De acordo com as teorias criminológicas discutidas na revisão da literatura, o indivíduo que comete o ato criminoso busca pelo melhor local e horário, cujas características devem variar a depender do tipo de crime praticado, para cometer o delito. Assim, um ponto que deve ser analisado são os horários que as ocorrências foram registradas. Para isso, foi realizada uma análise de dados coletados na Secretaria de Segurança Pública para o ano de 2017 referentes aos períodos do dia que cada crime foi registrado. Os dados mostrados no gráfico da Figura 4.11 revelam que existe uma variação nos eventos de crimes ocorridos ao longo do dia.

[42] Nas cidades brasileiras as forças de segurança atuam de forma mais intensa em áreas onde há mais patrimônio – bairros ricos e de classe média alta. Bairros onde a população possui menor poder aquisitivo e, portanto, menor patrimônio, são menos protegidos. Aqui vale a pena uma breve discussão. A presença do tráfico de drogas nas regiões mais pobres das cidades dificulta a inserção do Estado, e de todo o seu aparato governamental, nas comunidades. O poder paralelo acaba por reduzir a presença das forças de segurança nessas áreas, deixando-as a mercê dos traficantes ou milicianos.

É possível notar que ocorreram 35.550 roubos no período da noite. Em outros períodos do dia, percebe-se que existe um padrão no qual a incidência de roubo se mantém constante durante a manhã e tarde, e que a madrugada é o instante em que ocorrem menos delitos de roubos. Quanto aos crimes de furto, pode-se ver que grande parte ocorre à tarde. Entretanto, os dados sugerem que existe certa homogeneidade no comportamento dos furtos ao longo do dia, exceto no período da madrugada. No que se refere aos homicídios, o número é tão baixo que não se pode avaliar bem os dados a partir dessa Figura. É necessária outra abordagem para analisar o crime violento.

Figura 4.11: Número de crimes por período do dia, 2017

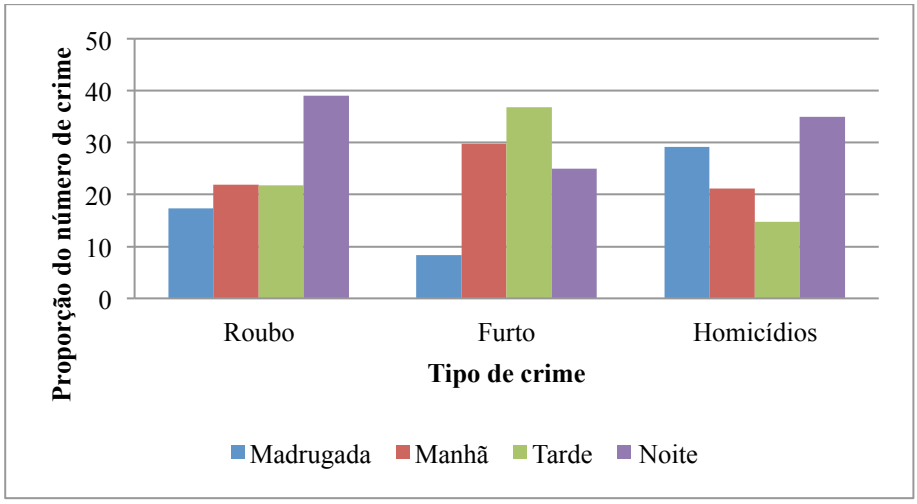


Fonte: Secretaria de Segurança Pública, (SSP-SP).

A Figura 4.12 apresenta a taxa de ocorrências de crimes durante o período do dia, ao invés do número absoluto de crimes. Nela, pode-se observar de forma mais evidente os acontecimentos dos crimes: 39% dos crimes de roubo aconteceram no período da noite; 36% dos furtos ocorreram no período da tarde. Já no tocante os homicídios, é possível perceber que grande parte ocorre durante a noite (35%) e durante a madrugada (29%).

Portanto, pode-se inferir através de teorias como a dos padrões criminais, que a distribuição dos crimes no espaço não ocorre de forma aleatória, e que fatores que constituem o ambiente urbano contribuem para entender esse perfil. De fato, enquanto o crime de furto ocorre de forma mais homogênea ao longo do dia (exceto pelo período da madrugada), os delitos de roubo e homicídios acontecem com maior frequência no período da noite. Isso faz sentido, já que são delitos que envolvem maior grau de violência, e, portanto a redução da luz natural do sol contribui para que o crime ocorra de forma “bem sucedida”.

Figura 4.12: Número de crimes por período do dia em relação ao número de crime total, 2017



Fonte: Secretaria de Segurança Pública, (SSP-SP).

4.2 – CRIMINALIDADE NAS REGIÕES DE ESTUDO: LARGO DA BATATA E LARGO NOSSA SENHORA DO Ó

Nesta parte do trabalho será estudada a incidência de crimes nas áreas de estudo. Para isso foram selecionadas informações na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) de ocorrência de crimes. Em seguida será realizado um estudo detalhado do tipo de crime e sobre local onde o mesmo aconteceu. Busca-se assim realizar um estudo comparativo com os dados coletados referentes ao desenho urbano do Largo Nossa Senhora do Ó e Largo da Batata para assim apresentar resultados de como o desenho urbano se relaciona com a questão da ocorrência de crimes nestas regiões.

4.2.1 – Estudos do crime no Largo da Batata

A Figura 4.13 refere-se às ocorrências de furtos aos estabelecimentos de ensino e comerciais no Largo da Batata. Em primeiro lugar, pode-se ver que grande parte da região tem problemas com esse tipo de delito. Existe elevado número desses crimes em áreas com grande concentração comercial. Isso mostra que um grande número de lojas, também atrai fluxos vultuosos de pessoas diariamente, e possivelmente, atrai transgressores.

A Rua Teodoro Sampaio é um bom exemplo de local com um grande número diário de pessoas que circulam a área. Essa região abriga parte do setor comercial e empresarial,

sendo, portanto, plausível que exista um fluxo intenso de pessoas em suas redondezas. As evidências mostram que isso também acaba por potencializar a ocorrência de furtos. Cabe ressaltar que, como já dito anteriormente nessa dissertação, esse é tipo de crime sujeito a problemas de sub-notificação. Ou seja, é possível que existam mais crimes de furtos do que o mostrado na Figura 4.13.

Figura 4.13: Localização geográfica dos furtos a estabelecimentos comerciais e de ensino, 2017

Fonte: Elaboração própria.

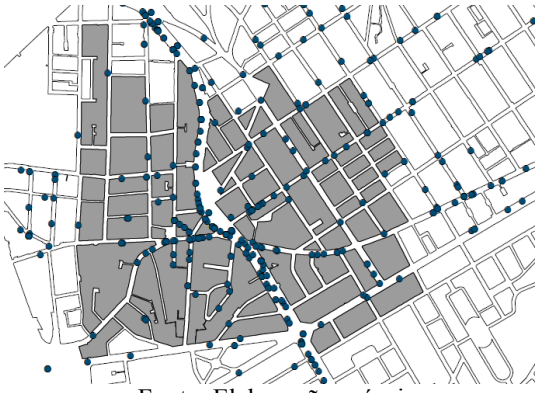
Quanto aos casos de furtos a veículos, a Figura 4.14 informa a localização geográfica das ruas que mais ocorrem esse tipo de crime. É possível perceber que as ocorrências deste tipo de delito estão marcadas em todo bairro. A ocorrência de furtos a veículos parece ser algo que possui um padrão espacial espalhado ao longo dessa região, de tal forma que a grande circulação de automóveis pode contribuir para esse tipo de crime.

Figura 4.14: Localização geográfica dos furtos a veículos, 2017

Fonte: Elaboração própria.

Os roubos ocorridos a transeuntes estão representados pela Figura 4.15. A localização dos eventos deste tipo de crime ocorre em avenidas movimentadas e caracterizadas pela presença de aglomerados de pessoas, relacionadas com o transporte público, por exemplo. Como visto no capítulo 3, contribui também o fato de a delegacia está localizada longe dessa área, oferecendo mais chances para o criminoso cometer o ato de ilícito. Ainda que a localização geográfica da delegacia em si possa ser ter uma relação não clara com o crime[43], é inegável sua influência no medo do crime. E isso é algo importante.

Figura 4.15: Localização geográfica dos roubos a transeuntes, 2017



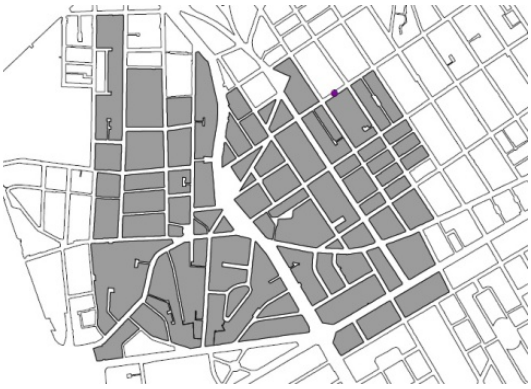
Fonte: Elaboração própria

Uma breve reflexão mostra que a forma como o desenho urbano foi pensado por Tito Lívio traria a região um uso intenso de pessoas e também o aumento da qualidade da urbanidade da área. Contudo, o projetado foi executado de tal forma que abraçou uma ideia de uma zona de passagem, uma vez que o enorme espaço de concreto torna a região do Largo da Batata uma zona sem conforto ambiental.

A Figura 4.16 mostra a localização geográfica dos homicídios na região do Largo da Batata. Note que apenas 1 único ponto de homicídio foi marcado na imagem. As evidências mostram sobejamente que o crime violento não é um tipo de crime comum nessa região. De fato, a análise anterior já dava indícios que os homicídios ocorrem em maior quantidade nas periferias e na região central na cidade. O Largo da Batata atende a esses requisitos, e mais do que isso, possui características urbanas a tornam a ocorrência de homicídios algo raro. Dito isso, deve ficar claro que existem diferenças significativas entre os fatores que contribuem para analisar os mais diversos tipos de crimes. Essa é uma mensagem fundamental que essa dissertação defende, e implica que algumas políticas podem ser eficazes contra um tipo de crime, mas não para outro.

[43] Pesquisadores podem argumentar que a delegacia possui efeito dissuasório apenas para alguns tipos de crimes.

Figura 4.16: Localização geográfica dos homicídios, 2017



Fonte: Elaboração própria.

4.2.2 – Estudos do crime no Largo Nossa Senhora do Ó

No que tange a análise da Freguesia do Ó, os crimes de furtos a estabelecimentos de ensino e comercial estão representados na Figura 4.17. Pode-se constatar que são poucos os pontos em que esse crime ocorre, ainda que se localizem espacialmente concentrados. Esse padrão é diferente ao caso verificado no Largo da Batata, e isso se deve, em grande parte, pelo fato de que o perfil comercial e de negócios é bem menos presente no Largo Nossa Senhora do Ó. A reduzida circulação de pessoas é um elemento que contribui para interpretar esse comportamento, dado que diminui a oferta de "potenciais alvos".

Figura 4.17: Localização geográfica dos furtos a estabelecimentos comerciais e de ensino, 2017

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere aos furtos de veículos na região, a partir da Figura 4.18 é possível perceber que toda a região do Largo da Nossa Senhora do Ó possui ocorrências deste tipo de crime. Furtos de carro existem onde há mais carros de valor, e isso se ocorre em bairros mais movimentados e com maior poder aquisitivo, como em Pinheiros que tem inclusive uma vida

noturna mais dinâmica. O que chama atenção é que nas proximidades da Igreja Matriz, que é uma área de grande movimentação, ocorre esse tipo de crime. Note ainda que, nem mesmo a presença do posto policial, e, portanto a representa a figura do "guardião", de acordo com Bratingham e Bratingham (1995), consegue inibir a ação desse delito. Isso nos remete a questionar sobre as características das forças de segurança e sobre sua capacidade de inibir o crime. Discutir especificamente sobre a polícia é algo que merece outro estudo, mas é inegável que entender as suas nuances contribui para construir políticas de combate do crime mais eficientes.

Figura 4.18: Localização geográfica dos furtos a veículos, 2017

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 4.19 mostra os casos de roubo a transeuntes. O que mais assusta é que grande parte das localizações dos roubos a transeuntes no Largo Nossa Senhora do Ó acontece espalhada na região. Esse crime também está relacionado com aspectos voltados ao desenho urbano.

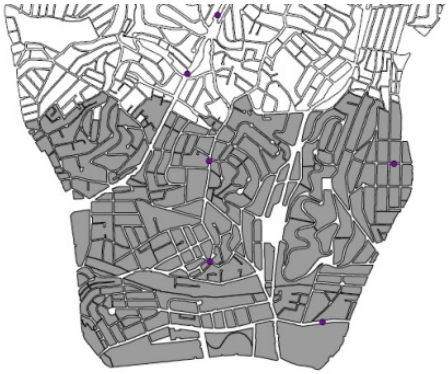
Figura 4.19: Localização geográfica dos roubos a transeuntes, 2017

Fonte: Elaboração própria.

A arquitetura defensiva, que se caracteriza por muros altos, fortificação através de arames farpados e cercas elétricas, sistema de câmeras de vigilância, por exemplo, diminui a permeabilidade em algumas ruas, podendo favorecer ocorrência a esse tipo de crime.

No que se refere aos crimes de homicídios, a Figura 4.20 mostra a localização exata destes eventos. De forma similar ao caso do Largo da Batata, poucos são os casos de ocorrência de mortes na região do Largo Nossa Senhora do Ó. Esse parece ser um tipo de crime que não faz parte da realidade das áreas estudadas. Por outro lado, delitos patrimoniais, como roubo e furto, são casos que ocorrem com maior frequência.

Figura 4.20: Localização geográfica dos homicídios, 2017



Fonte: Elaboração própria.

5 – DISCUSSÃO SOBRE PERFIS ESPACIAIS, DESENHO URBANO E CRIMINALIDADE

Esse capítulo tem como objetivo articular, a partir dos elementos levantados ao longo de todo o estudo, a relação existente entre perfis espaciais, desenho urbano e criminalidade. Nesse sentido, para além da exposição de dados, busca-se refletir sobre a principal questão de pesquisa tratada nessa dissertação. A construção de um raciocínio que permita analisar com profundidade o crime e sua relação com o desenho urbano parte necessariamente da compreensão do fenômeno discutido, que possui diversas interpretações de acordo com áreas do conhecimento. Assim, deve ficar claro que essa dissertação teve como foco analisar como os padrões de crime se relacionam com o desenho urbano, de tal forma que não se propõe a estudar a totalidade dos motivos que levam um criminoso a cometer um ato ilícito. Reconhece-se que o crime é algo que possui muitas dimensões, e por isso o objetivo é concentrar a análise na relação entre desenho urbano e criminalidade.

Ainda sob a égide do argumento do caráter multidisciplinar dos estudos sobre o crime, esse estudo argumenta que ações de combate a criminalidade devem ser pensadas de forma integrada, envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais e também do desenho urbano. De modo algum se deve acreditar que apenas políticas associadas com a morfologia urbana serão suficientes para superar o problema do crime. Essa é uma mensagem que deve ficar clara. A contribuição dessa dissertação é, então, discutir sobre a importância da morfologia urbana para enfrentar o crime que, aliada com outras políticas pode buscar soluções mais eficientes para um tema tão caro a sociedade brasileira.

Os elementos encontrados na presente dissertação permitem argumentar que a análise da relação do desenho urbano e criminalidade urbana passa necessariamente pela definição de qual tipo de crime está sendo abordado. Ou seja, os crimes de furto, roubo e homicídio devem ser discutidos de modo específico, uma vez que estão associados com características diferentes. É como se fossem fenômenos distintos, e merecem ser considerados como tal. Assim, defender a existência de um único padrão para todos os crimes ocorridos nas zonas de estudo é difícil. Crimes violentos como assassinatos possuem um padrão espacial totalmente distinto daquele verificado para os crimes de furto, por exemplo. A implicação direta para nossa interpretação é que as características do espaço urbano que influenciam a dinâmica do furto, por exemplo, podem ser diferentes daquelas verificadas em relação a homicídios[44].

[44] Isso nos remete a uma breve justificativa metodológica: dado a natureza heterogênea dos diferentes tipos de crimes, admitimos que distintos aportes teóricos são necessários para compreendê-los. Por isso, diversas teorias, algumas delas aparentemente antagônicas, foram discutidas na seção de revisão de literatura. Não se pretende defender qual abordagem teórica é correta ou não. Elas possuem aplicabilidades distintas umas das outras e isso deve ser levado em consideração.

Com isso em mente, o primeiro grupo de delitos que será analisado será composto pelos furtos, sejam eles a veículos ou a estabelecimentos comerciais[45]. O estudo das características do espaço urbano (expostos no capítulo 3) aliado com o exame desse tipo de delito na área de estudo (capítulo 4) possibilita argumentar que existe uma relação na qual quanto maior o número de potencial alvo na região, maior é a probabilidade de que ocorra o crime, já que para que ocorra o delito é preciso a existência de uma vítima. Note que a característica do furto aqui debatida tem como objetivo subtrair algum bem de valor monetário da vítima sendo, portanto, um crime contra o patrimônio. Assim, as abordagem que exploram a ideia de racionalidade econômica ao agente criminoso no momento de atuação do crime (furto) parecem possuir uma maior aderência, como por exemplo, as da criminologia ambiental como Brantingham e Brantingham (1995) e Cohen e Felson (1979). Ferraz (2017) salienta que:

> "Se a base para explicar a decisão de delinquir é a Decisão Racional por parte do criminoso, é de se supor que suas escolhas no tocante a sítio de atuação também sejam baseadas em condicionantes lógicas. O assaltante não escolhe locais isolados por onde ninguém passa ou reside simplesmente porque as chances de encontrar uma vítima são mínimas, portanto, irracional seria a escolha. De fato, o criminoso escolhe os locais pelo que deseja subtrair, o objeto é o que motiva a escolha do criminoso. É preciso ter em mente que a multidão é boa para o criminoso por dois motivos: mais vítimas e mais facilidade para se misturar na massa de pessoas e evadir-se tranquilamente." (Ferraz, 2017: p.188)

É possível notar pela argumentação do autor a relevância da "decisão racional" e da "multidão". A ideia é que o criminoso utiliza a massa de pessoas para escolher mais vítimas, além de possuir facilidade para se misturar e fugir rapidamente. Essa interpretação cai muito bem no caso de furto a transeuntes[46], entretanto quando a análise se estende para veículos e estabelecimentos comerciais, a lógica é que quanto maior a quantidade de veículos circulando (ou "dando sopa") e de comércio, respectivamente, maior tende a ser a quantidade de ocorrência desses tipos de furtos. O número de vítimas, que no caso está associado com bens que possuem valor, parece ser um elemento importante na discussão.

Entretanto, é possível refletir sobre esse tipo de crime usando outra linha argumentativa. A ideia é que o criminoso, que vai cometer furtos a veículos e ao comércio, está em busca de situações onde os bens de valor são mais vulneráveis, e não necessariamente onde são mais numerosos. Parte-se do pressuposto que existem situações nos espaços urbanos nas quais as pessoas (ou bens) estão mais ou menos vulneráveis. Essa vulnerabilidade, por sua

[45] Tal como exposto na análise de dados do capítulo anterior.
[46] Não explorado aqui por problema grave de sub-notificação.

vez, não é tipificada de forma única. Ela é específica para cada tipo de crime. A vulnerabilidade da vítima, que se reflete na maior possibilidade de "sucesso" do criminoso, pode ocorrer em ruas vazias sem permeabilidade, ou em ruas cheias. Pode ocorrer em ruas largas ou ruas estreitas.

Dessa forma, a ideia de vulnerabilidade dos espaços urbanos permite tornar o debate mais amplo, indo além da discussão sobre número de vítimas, tal como levantada por Ferraz (2017), que resume, de modo simplista, a questão de furtos com apenas a esse aspecto. A vulnerabilidade engloba uma ideia maior e consiste em um conjunto de elementos que caracterizam o espaço urbano, e que é específico para cada dimensão de crime.

Quando a análise se estende para o crime de roubo a transeuntes é possível obter diferentes interpretações. É possível argumentar que outros elementos do desenho urbano se relacionam a ocorrência desse tipo de crime, que possui um perfil mais violento em relação ao anterior. Aqui ganha importância a existência de rotas de fugas, fundamentais para que o agressor consiga sair da cena do crime sem ser pego. Ruas entrelaçadas podem facilitar a ação do criminoso que comete esse crime. Uma vez que os delinquentes também estão em busca de bens com valor econômico, muitos dos argumentos discutidos acima também permanecem válidos, de tal forma que as vulnerabilidades também são importantes para compreender o roubo a transeuntes.

Uma breve reflexão sobre o Largo da Batata mostra que o projeto implementado na área foi executado de tal forma que abraçou uma ideia de uma zona de passagem. O enorme espaço de concreto no Largo tornou a região uma zona sem conforto ambiental. É possível que tais características influenciem a ocorrência de roubos. Aqui vale uma crítica as ideias que defendem o uso da anti-arquitetura como forma de combater os crimes de roubos, ou até mesmo furtos. Espaços defensivos resolvem mal a questão da criminalidade, pois impactam negativamente nas cidades e nas sociedades. Aumentam as divisões, as desigualdades, aprofundam a segregação. Por outro lado, espaços com mais urbanidade trabalham melhor essa questão da segurança.

A análise do crime de homicídios, que representa a forma mais grave de crime violento, mostra a lógica discorrida até então parece não mais se adequar[47]. Outros elementos do desenho urbano se relacionam com a ocorrência desses crimes. Nesse caso vale destacar que regiões que gozam de uma urbanidade pujante, são aquelas em que os níveis de sociabilidade entre os cidadãos são mais intensas, de tal forma que o crime de homicídio

[47] Note que os crimes de homicídios também podem estar associados com o uso de álcool, drogas ou ódio vinculado com a relação conjugal. Os homicídios seguem, de fato, uma lógica diferente dos crimes discutidos anteriormente.

tende a ser mais raro. Isso fica evidente ao perceber que apenas 1 único crime desse tipo foi registrado no Largo da Batata em 2017 e apenas 4 no Largo Nossa Senhora do Ó. Não é possível que a urbanidade existente nessas regiões não tenha contribuído para isso. De fato, tais argumentos parecem sustentar a ideia de que as características do desenho urbano que se relacionam com os homicídios são distintos dos demais. Nesse caso, quanto mais os lugares que propiciarem a conexão entre as pessoas, estimularem o conforto ambiental ou promoverem a sociabilidade menores serão os indicadores de homicídios.

Os elementos mostrados ao longo do trabalho revelam que a busca pela sensação de segurança tem como efeito adverso, na maioria dos casos, transformar os espaços públicos em locais hostis e com baixa sociabilidade. A cultura do medo do crime cresceu no Brasil, modificando os hábitos e a forma de uso das cidades, levando inclusive ao comprometimento da urbanidade. Cavalcanti e Monteiro (2017, p.137) corroboram com essa temática da seguinte forma: "O medo urbano é sentido por todos; a sensação é de que qualquer pessoa pode ser alvo de um assalto em qualquer lugar. A primeira reação na procura de proteção é se fechar no espaço privado, buscar o refúgio." É importante refletir sobre essa questão, pois é possível que o medo relacionado ao crime tenha uma importância maior do que as próprias estatísticas em si. O argumento defendido é que o medo do crime tem a capacidade de potencializar a sensação de insegurança, que por sua vez, altera a forma como as pessoas usam e percebem o ambiente urbano.

Vale refletir que, ainda que essa lógica seja coerente, o medo do crime não atinge aos indivíduos da mesma forma. O modo como as pessoas percebem a sensação de (in)segurança ao seu redor não é homogêneo. Da mesma forma, as reações dos cidadãos perante a questão do crime também varia, e, portanto, o discurso de enclausuramento, quase que determinista, tem que ser relativizado. Em suma: argumenta-se que a ideia do medo urbano influenciar a busca pela autoproteção em espaços de isolados é plausível, mas merece ser interpretada com cuidados, e relativizada para os diferentes indivíduos.

Segundo o raciocínio de Cavalcanti e Monteiro (2017), a criação de refúgios "blindados" cercados por muros altos produzem, ao seu redor, espaços desertos que inibem o andar a pé, tornando o espaço urbano circunvizinho ainda mais inseguro. A interpretação dessa dissertação é que isso sugere a existência de um círculo vicioso em que quanto mais crime e o medo do crime, maior é chance de mudança de comportamento das pessoas em relação ao urbano, que por sua vez acaba por produzir ambientes tipificados como "anti-arquitetura" (e também anti-urbanidade). A despeito de aumentar a sensação de segurança para aqueles que vivem dentro dos refúgios enclausurados e das considerações feitas no

parágrafo anterior, os arredores da região terminam por experimentar um aumento do medo do crime.

Aumento na altura de muros, a fortificação de portões e portarias e a instalação de uma diversidade de equipamentos de vigilância são apenas algumas das intervenções que modificam o espaço urbano e o transforma em uma zona de pouca vitalidade e com reduzida vigilância natural. Essa autoproteção do espaço está associada com outro problema ocasionado pela diminuição da sociabilidade, que dificulta a conexão entre as pessoas nas grandes cidades. Essa é a linha de pensamento articulada nesse estudo.

Outro aspecto a ser discutido se refere a quantidade de residências abandonadas verificadas em ambas as regiões de estudo. Na região do Largo da Batata é fácil encontrar edificações abandonadas e uma grande quantidade de pichações, lixo nas ruas e calçadas com péssimas condições de uso (observar fotos no capítulo 3). Essas condições urbanas tornam as regiões suscetíveis a ocorrência não só ao homicídio, como também a outros delitos não tratados aqui como agressões, lesões ou estupros. De acordo com a teoria das janelas quebradas, o abandono e a degradação urbana são elementos importantes que se relacionam com esses tipos de crimes.

De acordo com Cavalcanti e Monteiro (2017) e Ferraz (2017), os arquitetos e urbanistas são profissionais que são desafiados a criar projetos com morfologias e tipologias urbanas que torne a cidade mais segura, modificando o desenho urbano e criando diretrizes e leis baseadas em programas e manuais de prevenção do crime inspirados em experiências desenvolvidas em outros países, como o manual criado por Ray Jeffery (1971) e Oscar Newman (1973). Entretanto, o que se parece algo promissor, acaba por se revelar o oposto, pois grande parte desses manuais é elaborada sem a atenção necessária referente aos pressupostos dos programas.

O que precisa ser desenvolvido para que os programas de combate ao crime sejam eficazes, é aprofundar o conhecimento sobre a morfologia e tipologia do espaço urbano em estudo. Conhecer melhor os padrões do crime, e para cada tipo de crime, com pretensão de entender como o criminoso age no espaço urbano e como as características ambientais podem facilitar ou interferir em ações criminosas é um caminho que deve ser perseguido. Cavalcanti e Monteiro (2017) fortalecem esta afirmação discorrendo que:

> (...) observa-se que as diretrizes urbanas, em sua maioria, são inspiradas em teorias e evidências internacionais, produzidas em outros contextos e muitas vezes, até em outros períodos da história. Consequentemente, os esforços em promover espaços seguros ressentem da falta de conhecimento do fenômeno da criminalidade local (...). (Cavalcanti e Monteiro, 2017: p. 318).

Deve-se entender que o cada tipo de crime representa um fenômeno local e observar os perfis espaciais das áreas estudadas. Além da análise relacionada com o desenho urbano, o aspecto temporal também é outro importante fator. Por exemplo, regiões de uso majoritariamente comercial tendem a diminuir a utilização do espaço com o fim das atividades comerciais diárias, modificando o perfil de ocorrência do crime na região. Tão relevante quanto o desenho urbano em si para analisar os padrões do crime é discutir o horário de funcionamento das atividades econômicas instaladas na região, tal como estudado no capítulo 4. De modo geral, regiões que possuem diversidade no uso do solo, como comércio, moradia, serviços tendem a ficar quase sempre movimentados e são raros os momentos de esvaziamento total.

As análises empreendidas nesse estudo questionam os manuais construídos para prevenção da criminalidade através de reformulações do desenho urbano, que essencialmente não abordam as especificidades inerentes a cada tipo de crime analisado em seu contexto urbano. Nesse sentido, Cavalcanti e Monteiro (2017) argumentam que:

> "Em síntese os resultados permitem questionar a ideia de um modo geral de espaço seguro ou soluções e diretrizes certas e erradas, melhores ou piores, mas sim estimular o estudo de intervenções mais adequadas para a realidade de cada ambiência urbana." (Cavalcanti e Monteiro, 2017: p. 161)

Não cabe a este trabalho discutir qual seria o melhor plano para tornar uma região segura, e sim analisar os perfis espaciais urbanos para assim compreender a complexidade de como funciona a urbanidade, buscando assim tecer respostas sobre os efeitos da criminalidade, entendida em sua multiplicidade de tipos diferentes, na sociedade. A ideia é ampliar os estudos que analisam os efeitos do desenho urbano na ocorrência de crimes.

O que fica claro, entretanto é que o crime está diretamente relacionado ao contexto geográfico e espacial onde ocorre o ato criminoso. De acordo com Hillier e Sahbaz (2008), o espaço urbano tem forte relação com a ocorrência dos crimes, pois o ambiente urbano apresenta um conjunto de características[48] que podem contribuir ou não para que o delito aconteça. Para compreender de forma mais clara como questões do desenho urbano se conectam com as ocorrências de cada tipo de crime é necessário descrever, sob diversas perspectivas, cada região de estudo, respeitando suas especificidades locais. Isso foi feito ao longo dessa dissertação. Foi possível notar que ruas com pouca urbanidade e a falta de conservação das edificações foram algumas das características relevantes encontradas no

[48] Segundo Hillier e Sahbaz (2008), o conjunto de características relevantes para ocorrência de crimes são: a diversidade de uso do solo, a densidade, a constituição das ruas (se elas tem muitos seguimentos), locais abertos.

Lago da Batata e no Largo Nossa Senhora do Ó. Alguns desses elementos influenciam diretamente a forma como as pessoas usam as zonas urbanas. Em suma, o estudo mostrou que características do ambiente podem criar condições para que o criminoso tenha sucesso, se é que podemos chamar isso de sucesso. Ademais, dada a dimensão do objeto de pesquisa desse estudo, foi possível perceber que não existem soluções simples para problemas complexos.

6 – CONCLUSÕES

Essa dissertação teve como objetivo discutir a relação entre criminalidade e o desenho urbano nas regiões do Largo da Batata e no Largo da Nossa Senhora do Ó, localizados na cidade de São Paulo. Longe de apresentar relações de causalidade, o estudo investigou relações e correlações que em si, fornecem importantes reflexões sobre o tema. Vários foram os pressupostos que embasaram essa análise: (i) reconhecer que analisar a questão da criminalidade é relevante para a sociedade brasileira; (ii) admitir que a distribuição do eventos de crime no tecido urbano apresenta um padrão desigual, de tal forma que o espaço urbano ganha importância nessa discussão; (iii) assumir que o fenômeno do crime é multifacetado, sendo o resultado de sintomas ambientais, econômicos, políticos e sociológicos que caracterizam uma determinada sociedade.

O trabalho revela a importância em estabelecer uma relação entre segurança e as características urbanas das regiões, buscando compreender o crime com outra perspectiva, realizando uma abordagem local e específica. Em termos metodológicos, o caminho escolhido para elaboração desta dissertação foi estudar a forma urbana de áreas específicas (Largo da Batata e Largo Nossa Senhora do Ó) de dois bairros relevantes na cidade de São Paulo e como esse desenho urbano pode influenciar nas ocorrências de crimes. Objetivando balizar as inquirições da pesquisa optou-se por realizar reflexões sobre teorias e dados[49] que legitimam e dão suporte para a construção deste trabalho.

Os resultados mostram que o espaço e suas características, especificamente, o desenho urbano influencia na escolha das vítimas pelos agressores. Cada elemento espacial é analisado pelo agressor, tais como, presença de postos de polícia, estabelecimentos comerciais, período do dia de maior (ou menor) movimentação de pessoas entre outros. Isso tudo pode influenciar a ocorrência do ato criminoso. As evidências ainda revelam que a busca pela sensação de segurança tem como efeito não desejado, na maioria dos casos, a transformação dos espaços urbanos em locais hostis e com baixa sociabilidade. É possível admitir que a cultura do medo, modifica os hábitos e a forma de uso das cidades, levando comprometimento da qualidade da vida urbana. A lógica que essa dissertação destaca que quanto mais crime e o medo do crime, maior é chance de mudança de comportamento das pessoas em relação ao urbano, que por sua vez estão associado com o surgimento da "anti-arquitetura".

[49] Esses dados foram solicitados a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, via Lei de Acesso a Informação. Em seguida, foram tratados através do software ArcGIS, com o intuito de gerar informações espacializadas.

A autoproteção do espaço está associada com outro problema: a redução da sociabilidade, que dificulta a conexão entre as pessoas nas grandes cidades. Os elementos encontrados na presente dissertação permitem argumentar que a definição de qual tipo de crime está sendo abordado é fundamental. Ou seja, os crimes de furto, roubo e homicídio devem ser discutidos de modo específico, uma vez que estão associados com características diferentes. Assim, defender a existência de um único padrão para todos os crimes ocorridos nas zonas de estudo é difícil.

Além disso, a análise sobre o período de ocorrência dos crimes mostrou que o horário de funcionamento das atividades econômicas instaladas na região também é fundamental. Ou seja, o fenômeno do crime varia no espaço e no tempo. Com base nesses resultados, defender a existência de um único padrão para os crimes, sem considerar o tipo de crime em análise, parece uma tarefa inglória, para não dizer impossível. Por conseguinte, a influência do desenho urbano sobre essa dinâmica também não é a mesma para todos os crimes! Crimes violentos como assassinatos possuem um padrão espacial totalmente distinto daquele verificado para os crimes de furto, por exemplo. Essa talvez seja uma das mais importantes conclusões do estudo: deve-se compreender o crime como um fenômeno local e estudar os perfis espaciais das áreas estudadas.

Assim, a depender do tipo de crime em análise, foi possível identificar ocorrências de crimes em de ruas com grande fluxo de pessoas, com boa acessibilidade e alta permeabilidade entre lotes e ruas. Outros tipos de crimes também foram encontrados em de ruas com alta densidade de residentes e pouca permeabilidade dos lotes com as ruas. A discussão é bastante sensível em relação ao tipo de crime. Além disso, foi possível notar ruas com pouca urbanidade e degradadas, falta de conservação de edificações e calçadas foram algumas das características relevantes encontradas no Lago da Batata e no Largo Nossa Senhora do Ó.

De modo enfático, e usando diversas teorias, muitas delas divergentes entre si, esse estudo questiona os “manuais” prontos construídos para prevenção da criminalidade através de políticas baseadas no desenho urbano. Na verdade, a ideia de apresentar diferentes teorias é exatamente para mostrar que as possibilidades de interpretação sobre o tema também são amplas, tal como a natureza do fenômeno estudado.

Não cabe a este trabalho discutir qual seria o melhor plano para tornar uma região segura, e sim analisar os perfis espaciais urbanos para assim buscar assim tecer respostas sobre os efeitos da criminalidade na sociedade. O que precisa ser desenvolvido para que os programas de combate ao crime sejam eficazes, é aprofundar o conhecimento sobre a morfologia e tipologia do espaço urbano em estudo. Conhecer melhor os padrões de cada tipo

de crime com pretensão de entender como o criminoso age no espaço urbano e como as características ambientais podem facilitar ou interferir em ações criminosas é um caminho que deve ser perseguido. O que fica claro é que o crime está diretamente relacionado com o contexto geográfico e espacial.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas Frederico de Holanda Luciana Andrade Romulo Krafta Paulo Rheingantz Lucas Figueiredo, Marcele Trigueiro ,Vinicius M. Netto . **Urbanidades**. Letra e Imagem Editora e Produções LTDA, 2012.

ALMEIDA, Eduardo S.; HADDAD, Eduardo A.; HEWINGS, Geoffrey JD. The spatial pattern of crime in Minas Gerais: An exploratory analysis. Economia Aplicada, v. 9, n. 1, p. 39- 55, 2005.

ALVES, Luiz Rodolfo Simões; FERNANDES, João Luís. **Os processos de fragmentação da cidade e a territorialidade dos residentes nos condomínios fechados. Relação com o planejamento estratégico dos lugares**. GeoTextos, v. 10, n. 2, 2014.

AMARAL, Antonio Barreto do. **O bairro de Pinheiros. História dos bairros** de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura. 1969.

ANGUS, Maddison**. Development centre studies the world economy historical statistics: historical statistics.** OECD Publishing, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, p. 73-84, 1998.

ASSIS Santos, Ana Sara de; MONTEIRO, Circe Maria Gama. **Arquitetura e crime: Estruturação de perfis espaciais como instrumento de identificação de lugares perigosos no meio urbano.** XVIII Conic, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** Zahar, 2009.

BECKER, Gary S. **Crime and punishment: An economic approach.** In Essays in the Economics of Crime and Punishment. UMI, 1968. p. 1-54.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral. 8 ed. São Paulo: Saraiva. vol. 01, 2003

BRANTINGHAM, Patricia; BRANTINGHAM, Paul. **Criminality of place. European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 3, n. 3, p. 5-26, 1995.

BRITES, José Almeida. **Percepção de risco e medo do crime na caracterização do espaço físico e social.** Psychologica, n. 52-I, p. 315-325, 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**, 2000.

CAMARGO, Benedito. BARRO, Máximo. **Nossa Senhora do Ó**. Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1978.

CAMPOS, Eudes. **A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos.** Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v. 204, p. 11-34, 2006.

CAVALCANTI, Rafaella dos Santos, MONTEIRO Circe. **Espaço e crime: desvendando a lógica dos padrões espaciais de crimes urbanos no bairro de Boa Viagem, Recife-PE.** 2013-2017.

CECCATO, Vania; UITTENBOGAARD, Adriaan Cornelis. Space–Time Dynamics of Crime in Transport Nodes. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 104, n. 1, p. 131-150, 2014.

CERQUEIRA, Daniel. Causas e consequências do crime no Brasil. Tese de Doutorado Programa de Pós-graduação em Economia do Departamento de Economia da PUC-Rio, IPEA. Rio de Janeiro, Brasil, 2010.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: In A routine activity approach. **American sociological review**, p. 588-608, 1979.

COPES, Heith. **Routine activities and motor vehicle theft: A crime specific approach.** Journal of Crime and Justice, v. 22, n. 2, p. 125-146, 1999.

CRUZ, Luciana M; SÁ, ALCINDO J. **Medo Urbano e suas novas formas geográficas.** Recife, Universitária, 2011.

DA ANUNCIAÇÃO ALVES, Glória. "A segregação socioespacial na metrópole paulista". **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 29, p. 33-42, 2011.

DA SILVA LEME, Luiz Gonzaga. **Genealogia paulistana**. Duprat & comp., 1904.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli. In The Metropolis ofan Elite Society. **The Making of Global City Regions: Johannesburg, Mumbai/Bombay, Sao Paulo, and Shanghai**, p. 85, 2007.

ESCÓSSIA, F. da. Violência atinge mais as mulheres jovens. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 dez. 2003. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1812200320.htm

FERRAZ, Flávio Rodrigues. **Relações entre desenho urbano e ocorrências criminais: o caso do Distrito Federal**, 2017.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal:* Parte Geral. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GAROFALO, J. **The fear of crime: causes and consequences.** Journal of Criminal Law and Criminology, 72, 839-857, 1981.

GAVAZZA, Natássia. **A cidade de Jane Jacobs e o Planejamento urbano.** Revista Vitruvius, v.12, 2013.

GRAHAM, J.; Bowling, B. **Young people and crime. United Kingdom: Great Britain Home Of ce.** Research and Statistics Dept.,1995.

GRAHAM, John. What works in preventing criminality. **Reducing offending: An assessment of research evidence on ways of dealing with offending behaviour. Home Office ResearchStudy**, v. 187, p. 7-22, 1998.

GRANAHAM, David A. **Natural amenities drive rural population change. Food and rural economic division, economic research service, department of agriculture.** Agricultural Economic Report n, v. 781, 1999.

GRUBESIC, Tony H.; MACK, Elizabeth A. **Spatio-temporal interaction of urban crime.** Journal of Quantitative Criminology, v. 24, n. 3, p. 285-306, 2008.

GUEDES, Márcia. **"Pinheiros tem tanta história".** In: Alphanews Pinheiros, no13. São Paulo: Outubro de 1998.

HALBWACHS, Maurice. In **La mémoire collective**. Albin Michel, 1997.

HARVEY, David. **The conditions of postmodernity: An enquiry into the origins of cultural change.** Nueva York, NY: Blackwell., 1989.

HEREDIA, Beatriz Medeiros. **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 1, 2013.

HESPANHOL, Rosangela Ap. **Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporaneo**. Mercator-Revista de Geografia da UFC, v. 12, n. 2, 2013.

HILLIER, B; SAHBAZ, O., **An evidence based approach to crime and urban design.** London, Bartlett School of Graduate Studies, University College.

HILLIER, Bill. In **Space is the machine: a configurational theory of architecture**. Space Syntax, 2007.

JACOBS, J. **The death and life of great american cities**. New York: Vintage, 1961.

JEFFERY, C. Ray. **Crime prevention through environmental design**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1977.

K. ROSSMO, **Mapping the Criminal Mind**, 2000.

KIM, Sangmoon; LAGRANGE, Randy L.; WILLIS, Cecil L. Place and Crime Integrating Sociology of Place and Environmental Criminology. Urban Affairs Review, v. 49, n. 1, p. 141- 155, 2013

LAGRANGE, Randy L.; WILLIS, Cecil L. **Place and Crime Integrating Sociology of Place and Environmental Criminology.** Urban Affairs Review. 1996.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun, 1998.

LEVY, Dan Rodrigues. Os condomínios residenciais fechados e a reconceitualização do exercício da cidadania nos espaços urbanos. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 7, 2010.

LEVY, Jacques. **O Contato e o Afastamento.** Tradução de trabalho de Jaime Tadeu Oliva. Capítulo 1 de Le Tournant Géographique: Penser l' espace pour lire le monde (A Virada Geográfica: pensar o espaço para ler o mundo). Paris: Belin, 1998. p. 13-24.

LOURENÇO, Nelson. **Cidades e sentimento de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana**. In Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social / E. A. Pereira Júnior, J. Francisco da Silva e Juliana Maron (org.), 2010.

LUSSAULT, Michel. **De la lutte des classes à la lutte des places**. Paris: Grasset, 2009.

MACHADO, Nara Borgo Cypriano. Violência urbana: uma reflexão sob a ótica do direito penal. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, p. 429-462, 2006.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos.** São Paulo: EDUSP, 1980.

MARTINE, C. **Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil.** In Impactos sociais da modernização agrícola / George Martine, Ronaldo Coutinho Garcia, organizadores, 1987.

MARTINE, George; CAMARGO, Liscio. **Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes.** Revista brasileira de estudos de população, v. 1, n. 1/2, p. 99-144, 2013.

MASCARENHAS, Luisa Prado. **Reconversão urbana do Largo da Batata: revalorização e novos conteúdos da centralidade de Pinheiros**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **Securização Urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança.** Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2010.

NERY, Marcelo Batista. **Crime e violência no cenário paulistano: o movimento e as condicionantes dos homicídios dolosos sob um recorte espaço-temporal.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

NEVES-JR., Edivaldo Constantino das; PAÉZ, Antonio; MENEZES, Tatiane Almeida. **Associações espaciais entre o ambiente e a criminalidade: uma aplicação para igrejas e bares,** Dissertação de Mestrado em Economia – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

NEWMAN, Oscar. 1972. **Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design.** New York: Macmillan.

OLIVA, Jaime Tadeu; FONSECA, Fernanda Padovesi. **O "modelo São Paulo": uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole".** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 65, p. 20-56, dez. 2016.

PEDRAZZINE, Yves. A Violência das Cidades. Tradução de Giselle Unti, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PEIXOTO, B. T., ANDRADE, M. V., MORO, S. **Violência urbana: uma análise comparativa da vitimização em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória.** Texto para Discussão, 323, 2007.

PETRONE, Pasquale. Pinheiros. **Aspectos geográficos de um bairro paulistano.** São Paulo: Edusp, 1963.

RABELO, Y.T.S. Condicionantes Ambientais e Crime: **Estudo sobre as condicionantes ambientais nos furtos a residências urbanas na cidade de Caete – MG nos anos de 2008 a 2010.** Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Publica/CRISP – UFMG. 2010.

REALE, Ebe. Brás, Pinheiros, Jardins: **três bairros, três mundos** . São Paulo: Pioneira, Edusp, 1982.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão Territorial e Violência: O caso do Estado de São Paulo.** Cadernos de Textos. Belo Horizonte, v. 2, p. 173 - 196, 30 ago. 2000.

ROSSI, Aldo; Eisenman, Peter. In The architecture of the city. **Cambridge**, MA: MIT Press, p.22, 1982.

SAMPAIO, Renata Alves. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana.** Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2011.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. American journal of sociology, p. 774-802, 1989.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. o Brasil. "Território e sociedade no início do século XXI." **Rio de Janeiro: Record**, 2001.

SCIFONI, Simone. "Cultura e problemática urbana. Crise urbana. São Paulo" **: Contexto, p. 129-142, 2015**.

SEPÚLVEDA, R.; PUENTE, P. DE LA; TORRES, E.; TAPIA, R. "Seguridad residencial y comunidad." **Universidad de Chile/Facultad de arquitetctura y Urbanismo/INVI/Facultad de Ciencias Sociales – Departamento de Sociología. Chile,**

1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança municipal no Brasil: sugestões para uma agenda mínima. **Prevenção da violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, p. 15-44, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Bertrand Brasil, 2008.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. Editora Perspectiva SA, 2016.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Segurança. **Comédias para se ler na Escola. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva**, p. 42-43, 2001.

VILLAÇA, F. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira.** Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 7, 2013.

VYGOTSKI, Lev-Sémionovitch. Psychologie de l'art. **Lectures, Les rééditions**, 2005.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken windows. **Atlantic monthly**, v. 249, n. 3, p. 29-38, 1982.